



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO PLANEJAMENTO TERRITORIAL

ALINE DOS SANTOS SOUSA

OS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS DA MICRORREGIÃO DE IPORÁ-GO.

GOIÂNIA-GO

2016

ALINE DOS SANTOS SOUSA

OS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS DA MICRORREGIÃO DE IPORÁ-GO.

Dissertação de mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Planejamento Territorial-MDPT, do Departamento de Ciências Econômicas da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Planejamento Territorial.

Orientadora: Profa. Dra. Margot Riemann Costa e Silva

GOIÂNIA-GO

2016

Dados Internacionais de Catalogação da Publicação (CIP)
(Sistema de Bibliotecas PUC Goiás)

S725e Sousa, Aline dos Santos
Os empreendimentos solidários da microrregião de Iporá-
GO [manuscrito] / Aline dos Santos Sousa.-- 2016.
141 f.; 30 cm

Texto em português com resumo em inglês
Dissertação (mestrado) -- Pontifícia Universidade
Católica de Goiás, Programa de Pós-Graduação Stricto
Sensu em Desenvolvimento e Planejamento Territorial,
Goiânia, 2016

Inclui referências f. 128-141

1. Economia social. 2. Agricultura familiar - Iporá
(GO). 3. Comunidade - Desenvolvimento. 4. Agricultura
e Estado. I. Silva, Margot Riemann Costa e. II. Pontifícia
Universidade Católica de Goiás. III. Título.

CDU: 332(043)

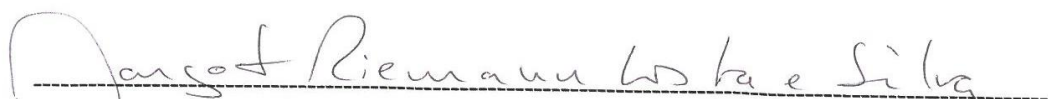
TERMO DE APROVAÇÃO

ALINE DOS SANTOS SOUSA

OS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DA MICRORREGIÃO DE
IPORÁ-GO.

Dissertação de mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento e Planejamento Territorial-MDPT, do Departamento de Ciências
Econômicas da Pontifícia Universidade Católica de Goiás-PUC Goiás, como
requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento e
Planejamento Territorial.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dra. Margot Riemann Costa e Silva (PUC-Goiás)
Presidente



Prof. Dr. Sérgio Duarte de Castro (PUC-Goiás)
Avaliador interno



Prof. Dr. Alex Pizzio da Silva (UFTO)
Avaliador externo

Dissertação defendida em: 16 de novembro de 2016.

Somos da opinião que o caminho não é a revolução no sentido clássico, não é a polarização ideológica, não são as disputas de projetos, não é a afirmação das verdades absolutas, porque todas elas fracassaram: o socialismo real fracassou, o capitalismo selvagem fracassou, os próprios conceitos de esquerda e direita já não têm limites tão definidos como pareceram ter anos atrás. Temos de buscar novos caminhos, novas fórmulas de convivência social. É nossa responsabilidade construir esse caminho de parcerias e cooperação para enfrentar e vencer os problemas, como a fome, que, mais do que uma questão político-social, deve ser encarada como um desafio ético por todos os segmentos da sociedade e do Estado.

César Bussato e Jandira Feijo

Dedico este trabalho a Iraneide Vieira Pereira, presente que ganhei de Deus aos 2 anos de idade. A você que me ensina todos os dias com suas atitudes, que o amor supera laços sanguíneos e que a cooperação, a solidariedade e a fé são valores humanos que nunca devem se perder. Obrigada mãe, por estar sempre comigo e acreditar em mim. Essa conquista, também é sua.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pois sua existência na minha vida é inquestionável, tantas graças alcançadas. Obrigada por me guiar quando os caminhos pareciam tão incertos e por me amparar quando as dificuldades pareciam ser insuperáveis.

A professora Margot, por aceitar me orientar em uma dissertação com um objeto de estudo tão desafiador, obrigada pelo cuidado e pela compreensão.

Ao professor Sérgio de Castro por oportunizar a minha participação no Programa de Pesquisa Economia Solidária Sustentável na América Latina, permitindo que eu entrasse em contato direto com diferentes tipos de empreendimentos solidários, compreendendo melhor o campo prático da economia solidária em diversas regiões do Brasil.

Ao professor Antonio Pasqualetto pelo incentivo e por confiar a mim tarefas simples, mas importantes possibilitando, que eu adquirisse novos conhecimentos, também fora da sala de aula, ao professor Aristides Moysés pelo exemplo de vida e a todos os professores do Programa de Mestrado Acadêmico em Desenvolvimento e Planejamento Territorial, pelo profissionalismo e pelas experiências compartilhadas.

Aproveito a oportunidade para agradecer a todos os professores que contribuíram com minha formação pessoal e profissional, levo em mim um pouquinho de cada um.

Não poderia deixar de agradecer a Luíza, secretária do programa de mestrado pelo apoio e pela atenção sempre que precisei da sua ajuda.

A todos os atores e empreendimentos solidários que acreditaram no meu trabalho e se dispuseram solidariamente e de boa vontade a contribuir com a minha dissertação.

A CAPES pelo financiamento da minha pesquisa.

A minha família, pelo amor, pelas orações, pelo apoio, pela força. Ao meu esposo Marcelo, por fazer do meu sonho, seu sonho e por compreender a minha ausência, quando minha presença era necessária, conduzindo sozinho os projetos que juntos idealizamos. Hoje eu creio que o amor se fortalece em fases difíceis.

A minha gratidão a todos.

LISTA DE FIGURAS, QUADROS E TABELAS

FIGURAS

- Figura 1: A multidimensionalidade da economia solidária.....p.24
- Figura 2: A organização da economia solidária no Brasil.....p.29
- Figura 3: Mapa da Localização da microrregião de Iporá no Estado de Goiás e dos municípios que compõem a microrregião de Iporá.....p.48
- Figura 4: Evolução da população urbana e rural da microrregião de Iporá comparada ao crescimento populacional do estado de Goiás no período de 1980 a 2010.....p.49
- Figura 5: Área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários na microrregião de Iporá-GO.....p.53
- Figura 6: Participação no valor bruto de produção (VBP) da microrregião de Iporá-GO referente a 9 produtos da agricultura familiar.....p.62
- Figura 7: Evolução do número de empreendimentos solidários de 2007 a 2013 na microrregião de Iporá-GO.....p.67
- Figura 8: Feira livre realizada aos Domingos no período da manhã no centro da cidade de Iporá.....p.71
- Figura 9: Feira da Economia Solidária localizada no Centro de Comercialização de Iporá.....p.71
- Figura 10: Sede COOPERCOISAS localizada no centro de comercialização de Iporá..... p.76
- Figura 11: Exposição de artesanatos na sede da COOPERCOISAS.....p.77
- Figura 12: 2º etapa do Projeto Protagonismo Juvenil para o Desenvolvimento Sustentável do Cerrado..... p.79
- Figura 13: Sede da COOMAFIR, localizada na Rua Inhumas,801, no centro da cidade de Iporá.....p.81
- Figura 14: Evolução do número de cooperados e da produção de leite da COOMAFIR 2011-2014.....p.82
- Figura 15: Produtos de origem vegetal armazenados no pátio da COOMAFIR para ser entregue ao consumidor.....p.83

Figura 16: Processo de distribuição dos recursos do Pnae.....	p.88
Figura 17: II encontro de Cooperativas, Associações, Ribeirinhos e Vazanteiros do Médio Araguaia em outubro de 2015 na cidade de Caiapônia-GO.....	p.95
Figura 18: Agricultores reunidos em plenária no II encontro de Cooperativas, Associações, Ribeirinhos e Vazanteiros do Médio Araguaia em outubro de 2015 na cidade de Caiapônia-GO.....	p.95
Figura 19: Centro de Comercialização de Iporá.....	p.98
Figura 20: Reunião de planejamento do PNAE no centro de comercialização de Iporá.....	p.101
Figura 21: Feira da Economia Solidária realizada no Centro de Comercialização de Iporá.....	p.104
Figura 22: Palestra realizada por Leonora Michelin Laboissière Mol, sobre a implantação do banco comunitário, no Salão Paroquial Santa Gema em Iporá –GO, no dia 10.07.2012.....	p.112
Figura 23: Inauguração do Banco Pequi, do Centro de Comercialização de Iporá e da feira da agricultura familiar e da economia solidária (esquerda para direita: Antônio das Chagas, Deusdete José de Oliveira, Valdion Marques, Leonora Michelin Laboissière Mol, Prefeito José Antônio, Fausto Pachêco e Valdeci Borges).	p.113
Figura 24: Rede de colaboração solidária articulada pelo Banco Pequi em Iporá.....	p.115
Figura 25: Moeda Social Pequi.....	p.119
Figura 26: Visita ao Banco Comunitário Nascente em São Carlos –SP.....	p.121
Figura 27: Sede do Banco Pequi na sede do Centro de Comercialização de Iporá	p.122

QUADROS

Quadro 1: A transversalidade da economia solidária no Governo Federal.....	p.39
Quadro 2: Motivos para a criação de EES na microrregião de Iporá-GO.....	p.68
Quadro 3: Tipos de modalidades de compra do PAA	p.85
Quadro 4: Valor diário repassado pela união para o custeio da merenda escolar por aluno de acordo com a modalidade de ensino.....	p.88
Quadro 5: Entidades beneficiadas pelo PAA executado pela COOMAFIR.....	p.90

Quadro 6: Ações que discutiram a gestão do centro de comercialização da agricultura familiar na região de Iporá no ano de 2015.p.....	p.91
Quadro 7: Ano de criação e distribuição geográfica dos bancos comunitário brasileiros de 2004 a 2013.....	p.110
Quadro 8: Entidades de Apoio aos Bancos Comunitários de Desenvolvimento do Brasil e suas ações	p.110

TABELAS

Tabela 1: Gastos diretos do Governo com a Secretaria Nacional de Economia Solidária de 2011 até outubro de 2016 e a representação do mesmo, sobre o valor total das aplicações diretas feitas pelo Governo Federal em âmbito nacional.....	p.35
Tabela 2: Evolução da taxa de crescimento populacional dos 10 municípios que compõem a microrregião de Iporá (2000-2010-2014)	p.50
Tabela 3: Comparação da Faixa Etária da população da microrregião de Iporá e do Estado de Goiás 2000-2010.....	p.51
Tabela 4: Produto Interno Bruto a preços correntes, classificação, Valor Adicionado (VA) por atividade econômica e PIB per capita, dos 10 municípios da microrregião de Iporá-GO referente ao ano de 2010 (R\$ mil)	p.52
Tabela 5: Evolução do Rebanho da microrregião de Iporá-GO de 2007 a 2013 por cabeça (em porcentagem)	p.54
Tabela 6: Evolução da Produção Agrícola da microrregião de Iporá - GO de 2007 a 2014 (toneladas).....	p.55
Tabela 7: Comparação de indicadores socioeconômicos entre os 10 municípios da microrregião de Iporá-GO e a posição dos mesmos no ranking estadual e nacional de desenvolvimento humano em 2013.....	p.57
Tabela 8: Número de estabelecimentos, área ocupada em hectares, valor de produção, o número de pessoas ocupadas pelo segmento da agricultura familiar e a participação da mesma na produção agropecuária no Brasil, Centro Oeste, Goiás e na microrregião de Iporá no ano de 2006.....	p.60

Tabela 9: Renda anual dos estabelecimentos da agricultura familiar e não familiar por área de estabelecimento na microrregião de Iporá-GO (2006) em Reais.	p.63
Tabela 10: Quantidade dos produtos comercializada pela COOMAFIR para o Programa de Aquisição Alimentar e valor pago (R\$) pelo PAA por tonelada no 1º semestre de 2014.....	p.90
Tabela 11: Comparação dos valores pagos pelo PNAE pelos produtos da COOMAFIR para merenda escolar municipal, com os preços de comercialização cotados no CEASA-GO no 2º semestre de 2014.....	p.93
Tabela 12: Carteira de Crédito do Banco Palmas de janeiro a abril de 2013 e 2014.....	p.109

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABICRED-Associação Brasileira de Instituições de Microcrédito

ADS-Agência de Desenvolvimento Solidário.

ANTEAG- Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Autogestão.

ASMOCONP- Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras.

BCDs- Bancos Comunitários de Desenvolvimento.

CEASA-GO- Centrais de Abastecimento de Goiás.

CEPEA -Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada.

CNPQ- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

COOMAFIR-Cooperativa Mista da Agricultura Familiar da Região de Iporá e Região.

COOPERCOISAS - Cooperativa dos Produtores Rurais de Iporá e Região. PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar.

COOPROL- Cooperativa dos produtores de leite de Iporá.

DARF - Documento de Arrecadação de Receitas Federais.

DRP- Diagnóstico Rápido Participativo.

EAFs- Entidades de Apoio e Fomento

EES- Empreendimentos solidários.

FASE- Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional.

FAO- Organização das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura.

FNDE- Fundo Nacional de Desenvolvimento a Educação.

IBASE -Instituto Brasileiro de Análises Socioeconômicas

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDHM -Índice de Desenvolvimento Humano.

IMB- Instituto Mauro Borges.

INCOOP/UFSCar -Incubadora Regional de Cooperativas Populares da Universidade Federal de São Carlos.

ITCPs- Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares.

ITES/UFBA- Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento dos Territórios da Universidade Federal da Bahia.

IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

JUCEG- Junta Comercial de Goiás.

LOA - Lei Orçamentaria Anual.

MST- Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

MTE- Ministério do Trabalho e Emprego.

MTE- Ministério do Trabalho e Emprego.

NESOI-USP- Núcleo de Economia Solidária na Universidade de São Paulo.

NUMI-EcoSol- Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária.

OCA- Organizacional Cultural e Artística de Iporá.

PAA- Programa de Aquisição Alimentar.

PACS- Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul.

PIB - Produto Interno Bruto.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

POLOCENTRO- Programas de Desenvolvimento dos Cerrados.

PRODECER- Programas de Cooperação Nipo-brasileira.

RBSES- Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária.

SENAES- Secretária Nacional de Economia Solidária.

SIF- Serviço de Inspeção Federal.

UNITRABALHO- Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho.

RESUMO

A economia solidária é apontada como uma estratégia catalisadora desenvolvimento local, atribuindo aos empreendimentos econômicos solidários a capacidade de gerar emprego e renda, executando atividades econômicas fundamentadas nos princípios da autogestão, solidariedade e cooperação. Esta dissertação consiste em um estudo sobre economia solidária desenvolvido na microrregião de Iporá, com o objetivo de identificar os principais gargalos enfrentados pelos empreendimentos econômicos solidários existentes na área estudada. Inicialmente, o texto traz uma discussão conceitual sobre economia solidária, desconstruindo a concepção da economia solidária, como um fenômeno que irá superar o sistema capitalista, revelando a concepção de uma economia híbrida, capaz de interagir com os diferentes princípios econômicos, fazendo no mesmo texto, uma reflexão sobre o papel do Estado diante desses empreendimentos. Posteriormente se realiza uma caracterização socioeconômica da microrregião de Iporá para compreender o cenário em que estes empreendimentos emergem. A terceira parte da dissertação discorre sobre as experiências, gargalos e desafios enfrentados pelos empreendimentos econômicos solidários na microrregião de Iporá, em especial, dois empreendimentos de produção e comercialização de produtos da agricultura familiar. A pesquisa realizada para a elaboração desta seção é delineada pelo método de pesquisa qualitativa conhecido como DRP - Diagnóstico Rápido Participativo, por melhor apresentar condições de aproximação com o objeto de estudo em discussão e com seus atores. Percebeu-se que os empreendimentos econômicos solidários da microrregião de Iporá, mesmo indicados como um instrumento para a reprodução material e imaterial dos territórios, enfrentam problemas provocados por condições internas, cujo são ampliados pela dependência e a influência de agentes e variáveis externas. Este estudo apresenta algumas sugestões e ações para que os gargalos identificados sejam superados pelos empreendimentos econômicos solidários da microrregião de Iporá.

Palavras-chave: economia solidária, empreendimentos solidários, microrregião de Iporá, agricultura familiar, políticas públicas.

ABSTRACT

The solidarity economy is seen as a catalyst local development strategy, assigning to economic developments in solidarity the ability to generate employment and income, performing economic activities based on the principles of self-management, solidarity and cooperation. This research is a study on social economy developed in micro-Iporá, in order to identify the main obstacles encountered by solidary economic enterprises existing in the studied area. Initially, the text presents a conceptual discussion about solidarity economy, deconstructing the concept of solidarity economy, as a phenomenon that will overcome the capitalist system, revealing the design of a hybrid economy, able to interact with the different economic principles, doing the same in text, a reflection on the role of State on these projects. Subsequently it performs a socioeconomic characterization of micro-Iporá to understand the scenario in which these developments emerge. The third part of the dissertation discusses about the experiences, bottlenecks and challenges faced by economic enterprises in solidarity micro-Iporá, in particular, two projects of production and marketing of products of family farming. The research conducted for the preparation of this section is delineated by a qualitative research method known as PRA* (Participatory Rapid Appraisal) for better present approach conditions to the subject matter under discussion and its actors. It was noticed that solidary economic enterprises of micro-Iporá even indicated as a tool for material and immaterial reproduction of territories face problems caused by internal conditions, which are magnified by dependence and influence of agents and external variables. This study presents some suggestions and actions to the identified bottlenecks be overcome for the supportive economic enterprises of micro-Iporá.

Keywords: social economy, solidary enterprises, micro-Iporá, family agriculture, public policies

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1: UMA NOVA CONCEPÇÃO ACERCA DO CONCEITO ECONOMIA SOLIDÁRIA E SEU CAMPO PRÁTICO NO BRASIL	21
1.2. O papel do Estado e a Economia solidária como política pública de desenvolvimento.	37
CAPÍTULO 2: CRESCIMENTO ECONÔMICO E DESENVOLVIMENTO DA MICRORREGIÃO DE IPORÁ.	46
2.1. A agricultura familiar na microrregião de Iporá: algumas questões importantes.	58
CAPÍTULO 3: OS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS DA MICRORREGIÃO DE IPORÁ-GO.	65
3.2.1. Os empreendimentos solidários da agricultura familiar no município de Iporá.	73
3.2.1.1. Cooperativa dos produtores Iporá –COOPERCOISAS: as dificuldades enfrentadas na autogestão do empreendimento.....	75
3.2.1.2. A Cooperativa Mista da Agricultura Familiar da Região de Iporá-COOMAFIR.....	80
3.4.A gestão compartilhada do Centro de Comercialização de Iporá: um desafio para cooperação.	97
3.5. A reestruturação do Banco Pequi e a perspectiva da construção de uma rede solidária.....	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
REFERÊNCIAS	130

INTRODUÇÃO

Diante do cenário de insegurança e de instabilidade econômica e social provocadas pela crise da sociedade salarial, aqueles afetados pelo desemprego buscarem outras maneiras de satisfazer suas necessidades, organizando novas formas sociais de produção.

É nesse contexto de crise do emprego e da fragmentação da classe trabalhadora, que uma nova organização ganha força no mundo. Emergem os empreendimentos econômicos solidários, organizações econômicas constituídas pela livre iniciativa dos trabalhadores em estado de marginalização e empobrecimento, no intuito de produzir renda, em que o trabalho se sustenta na cooperação, do trabalho coletivo, da solidariedade e na valorização do homem.

O crescimento dessas iniciativas tem sido observado em todos os segmentos econômicos, desde o setor de produção até o mercado de crédito em forma de associações cooperativas, grupos informais, clubes de trocas, bancos comunitários, etc.

No Brasil especificamente, existem hoje 19.708 empreendimentos solidários de acordo com o Atlas da Economia Solidária (2013), caracterizados pela multiplicidade de ações e atores, juntos eles formam uma nova dinâmica de produção chamada no Brasil pelo professor Paul Israel Singer de Economia Solidária. (SECRETARIA NACIONAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA,2014)

Singer é um dos principais intelectuais responsáveis pela produção teórica sobre economia solidária no Brasil e pela sua inserção na agenda política governamental dos governos petistas, apesar de seus conceitos serem vistos por alguns autores (Wellen,2012; Cornelian,2006) como contraditórios.

Segundo Singer e Souza (2000, p.13) a economia solidária é um modo de produção alternativo ao capitalismo criado pela livre união de produtores que se encontram a margem do mercado de trabalho estabelecendo suas relações com vínculos de solidariedade, cooperação e reciprocidade, onde todo detém a posse e o direito de uso dos fatores de produção, ampliando não só os bens materiais, quanto a melhoria da qualidade de vida.

Cabe ressaltar que neste trabalho, não se abordará a economia solidária na mesma perspectiva de Singer, como uma alternativa ao sistema econômico vigente. A economia solidária será discutida como uma economia híbrida, capaz

vincular a economia mercantil, não mercantil e não monetária, gerando oferta e demanda a partir da interação desses três tipos de economia, aderindo à concepção de economia plural, abandonando a visão reducionista de que a economia de mercado é a única forma de produzir riqueza.

Como órgão legal representativo da economia solidária no Brasil nos governos petistas, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) definia a Economia Solidária como “um novo jeito de produzir”, em que os próprios trabalhadores são donos do empreendimento e tomam decisões em conjunto sobre a gestão, embasadas nos princípios da cooperação, autogestão, ação econômica e solidariedade. (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO-MTE,2015).

A economia solidária é considerada também uma estratégia de desenvolvimento local, com potencial para gerar novas relações sociais de produção, potencializando os recursos endógenos das localidades onde estão inseridas, realizando interações com economia mercantil.

Neste estudo se convencionará a utilizar o termo economia solidária para determinar o conjunto de atividades realizadas por produtores da agricultura familiar, que de forma cooperativa e solidária, se associam para comprar, produzir, comercializar e distribuir seus produtos no intuito de adquirir competitividade de mercado, inclusão social e conseqüentemente promover o desenvolvimento local. O recorte territorial é o da microrregião de Iporá no estado de Goiás.

Atualmente, a estrutura política organizada pela Secretaria Nacional de Economia Solidária durante 13 anos, tem sido ameaçada pela conjuntura política brasileira apontando para o desmonte das políticas voltadas à economia solidária. No entanto, este fato não influenciou sobre os resultados, desse trabalho.

Conforme o ATLAS DIGITAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA (2013) a microrregião de Iporá possui 52 empreendimentos econômicos solidários. Destes 84,61% apresentam como principal atividade econômica a produção ou comercialização de produtos agrícolas e 41% desse total são formados por produtores da agricultura familiar.

O objetivo deste trabalho é caracterizar os empreendimentos solidários existentes na microrregião de Iporá, identificando gargalos e desafios, trazendo

a luz elementos para a construção de políticas públicas que fomentem o desenvolvimento local.

Os questionamentos que orientaram essa pesquisa estão relacionados aos obstáculos enfrentados pelos empreendimentos. Nesse sentido indaga-se qual o motivo que influenciaram sua formação? Que perfil possuem? Quais as dificuldades enfrentadas? Quais as políticas de fomento do poder público a nível federal, estadual e municipal? Existem políticas públicas de fomento sendo concretizadas no município? Elas efetivamente contribuem para o desenvolvimento do segmento? E contribuem para o desenvolvimento local?

Para a elaboração desse trabalho utilizou-se como método de pesquisa o Diagnóstico Rápido Participativo (DRP). As técnicas do DRP são utilizadas para a construção coletiva de informações sobre um determinado cenário, procurando indagar sobre a realidade local, apontando problemas identificados, respeitando os valores da cultura local. O método utilizado é denominado, participativo, pois a coleta de informação envolve as pessoas inseridas diretamente no cenário estudado, permitindo que haja uma interação entre pesquisador e pesquisados, podendo configurar um processo de aprendizagem (FREITAS et al. ,2012, p.73).

Foi utilizado também o recurso da pesquisa ação com participação ativa em reuniões e assembleias de empreendimentos solidários na microrregião, em grupos de trabalho, em encontros de cooperativas da agricultura familiar, de longo de 18 meses.

Foram utilizadas estratégias para a coleta de informações como entrevistas estruturadas e semiestruturadas, permitindo a contextualização da realidade enfrentada pelos empreendimentos da agricultura familiar, identificar os problemas vivenciados pelos associados, os principais gargalos que impedem a aplicação efetiva das leis de fomento, além da falta de integração entre os órgãos públicos e os empreendimentos solidários, em especial do poder municipal analisados neste estudo.

Quanto aos dados secundários, foram adquiridos por meio de pesquisa bibliográfica em livros, artigos científicos, revistas, jornais e análise de documentos, impressos ou eletrônicos, dessa forma, elencando diversos autores que abordam o objeto de estudado, adquirindo assim a percepção da situação das políticas públicas voltas para economia solidária. A pesquisa bibliográfica

permite analisar e fazer comparativos entre conhecimentos e informações globais com o ambiente local.

Esta dissertação está organizada em 3 partes. O capítulo 1 trata de uma discussão conceitual sobre a economia solidária, utilizando como referencial produções intelectuais de Paul Singer, Luís Inácio Gaiger, França Filho e Laville, apresentando diferentes concepções assumidas pela economia solidária. Nesta seção, também se apresentam reflexões acerca do papel do Estado na relação com esses empreendimentos, visto que os mesmos contribuem para reprodução econômica e social dos territórios. São analisadas também as políticas públicas advindas da ação do governo, e que surgiram a partir das necessidades da população. O texto levanta alguns questionamentos sobre as políticas públicas voltadas para a economia solidária, atentando sobre a institucionalização de políticas para uma prática econômica ainda em construção e do risco da perda da autonomia desses empreendimentos a partir dos vínculos com os órgãos governamentais.

O capítulo 2 faz uma caracterização espacial e socioeconômica da microrregião Iporá construída a partir de um conjunto de dados socioeconômicos, no intuito de identificar as peculiaridades e a identidade territorial do cenário dos empreendimentos solidários. Os dados demonstram que a microrregião de Iporá precisa articular estratégias de desenvolvimento locais viáveis e exequíveis de integração dos dez municípios que a compõem, evitando o esvaziamento populacional da microrregião. Posteriormente neste mesmo capítulo é feita uma abordagem sobre questões relacionadas à agricultura familiar da microrregião estudada, com o objetivo de demonstrar sua relevância econômica, política e social, ao mesmo tempo levantar questões relacionadas às suas limitações.

Denominado “Os Empreendimentos Solidários da microrregião de Iporá: ” o capítulo 3 denota os traços dos 52 empreendimentos solidários existentes na microrregião e dos 1.062 homens e 1.402 mulheres que participam dessa nova forma de trabalho, destacando entre eles, dois empreendimentos das duas cooperativas da agricultura familiar localizadas no município de Iporá para demonstrar as potencialidades, desafios e gargalos enfrentados.

Espera-se que a partir desse trabalho, novas pesquisas relacionadas à economia solidária, agricultura familiar e políticas públicas de desenvolvimento para microrregião estudada, sejam realizados, tendo em vista a necessidade

dessas discussões para o desenvolvimento local e a falta de estudos científicos nessa área.



Economia Solidária

Ajudar-se mutuamente
Não é coisa do passado
Nem é moda do presente
É energia de todo o sempre
Necessita renovar-se
Valorizar-se sem medo,
Viver com alegria
Comprar na comunidade
O que ela mesma produz
Com menor esforço
Acender outras luzes
Prepare-te para viver bem
Com tudo que tens direito
Mantendo responsabilidade
Sempre terás respeito
Você é o que pensa ser
Se acreditares no que faz
Vai em frente
O sucesso é permanente
Na economia solidária
A gente fortalece o grupo
Não para ajudar ninguém
E sim para crescermos juntos.

Reginaldo Figueiredo¹

¹ Reginaldo Figueiredo é nordestino, um dos fundadores do Templo da Poesia, espaço cultural localizado em Fortaleza - CE, que reúne poetas, artistas e etc. O espaço tornou-se um ponto de leitura e de projetos literários e ambiente de discussão e prática de economia solidária.

CAPÍTULO 1: UMA NOVA CONCEPÇÃO ACERCA DO CONCEITO ECONOMIA SOLIDÁRIA E SEU CAMPO PRÁTICO NO BRASIL.

Esse capítulo tem como objetivo discutir os conceitos sobre economia solidária.

O mundo vem passando por mudanças significativas nas relações econômicas e sociais, que atingem desde os países mais ricos até aqueles em desenvolvimento. Essas transformações são consequências da globalização dos mercados e dos mecanismos de inovação tecnológica que contribuíram para a modernização dos processos produtivos baseados em um modelo de produção em massa, rápido e de baixo custo, resultando em transfigurações e dissemelhanças nas relações sociais, econômicas, políticas, no ambiente e nos modos de vida do homem tanto nas cidades, quanto no campo.

Sob o olhar de Habermas (2002, p.5) a modernização é

um conjunto de processos cumulativos e de reforço mútuo: à formação de capital e mobilização de recursos; ao desenvolvimento das forças produtivas e ao aumento da produtividade do trabalho; ao estabelecimento do poder político centralizado e a formação de identidades nacionais; a expansão dos direitos de participação política, das formas urbanas de vida e da formação escolar formal; à secularização dos valores e normas, etc.

No Brasil, o fenômeno da modernização intensificou-se a partir da década de 1960, com o apoio do Estado, cujo intuito, era expandir a produção de gêneros que sustentassem o mercado exportador e conseqüentemente promovessem o *superávit* da balança comercial. Já a globalização da economia ocorreu após a abertura promovida pelo governo Collor de Mello na década de 1990.

É importante ressaltar que a modernização tecnológica e a globalização da economia podem constituir processos benéficos. Para Singer, (2010, p.04) “o problema não é a integração econômica em si, mas quem domina o processo e determina quem perde e quem ganha com ele”. A questão é que normalmente as decisões sobre mudanças estruturais na economia, são definidas pelo Estado nacional de forma desconectada das demandas da sociedade.

Uma das consequências importantes da modernização tecnológica na era da globalização da economia em versão neoliberal é o desemprego. Estar desempregado significa não ter acesso a um trabalho digno que garanta o atendimento das necessidades básicas do indivíduo. Na obra “Desenvolvimento

como Liberdade” o indiano Amartya Sen esclarece que a ausência da renda não é a única consequência do desemprego, se assim fosse, na prática essa carência seria atendida por políticas compensatórias de distribuição de renda ou auxílio desemprego. Para ele, o desemprego provoca a privação das capacidades do indivíduo desempregado, além de “danos psicológicos, perda da motivação para o trabalho, perda de habilidade e autoconfiança e morbidez” (SEN, 2000, p.177).

Reinert (2001, p.46) reitera a ideia de Sen (2000) apontando os resultados do desemprego como avassaladores, atingindo não só o desempregado, mas a vida social e política de toda sua família, afinal, conforme Peixoto (2010, p.4) o emprego não é apenas um instrumento que garante a subsistência do trabalhador, ele promove também a construção das relações sociais. No ponto de vista de alguns estudiosos (Sousa 2003, p.28; Peixoto, 2010, p.3) o desemprego contribui para a exclusão social, pois quanto mais longo for o tempo que o indivíduo estiver exposto ao desemprego, maior será a exposição à condição de pobreza e à exclusão social. É importante ressaltar que um cidadão empregado não está ileso do risco de ser excluído socialmente.

Entretanto vale destacar que nesse trabalho a economia solidária será abordada sobre um ponto de vista distinto de algumas concepções teóricas como de Singer e Souza (2000, p.13) que elegem esse fenômeno socioeconômico como “um modo de produção alternativo ao capitalismo”, propondo a construção de outra economia que substituiria o modelo econômico vigente.

Essa tese é alvo de críticas que questionam tanto as bases que fundamentam essa teoria, quanto às relações dos empreendimentos solidários com o mercado capitalista como faz Wellen (2012) em sua obra “Para a Crítica da Economia Solidária” e Germer (2006), que baseia suas críticas em conceitos elaborados por Marx.

A desconstrução do pressuposto de que a economia solidária é antagônica ao capitalismo faz-se nessa pesquisa primeiro por se olhar aqui a constituição da economia de forma mais ampla, avistando outras formas dominantes de economia, além do capitalismo como afirmam França Filho e Laville (2004), França Filho e Dzimira (1999), Azambuja (2009), inspirados em uma perspectiva polyaniana de uma economia plural.

O autor Karl Polanyi faz uma crítica à economia de mercado regulada somente pelo princípio mercantil, como única fonte de riqueza, sem ponderar outras formas de satisfação das necessidades e produção de riquezas.

Para Polanyi (2000, p.56) a economia de mercado é “uma estrutura institucional, e sempre nos esquecemos disto, que nunca esteve presente a não ser em nosso tempo...” outrora também existem outros diferentes princípios do comportamento econômico, além do mercado autorregulado controlado pela oferta e pela procura, denominados como princípio da distribuição, reciprocidade e domesticidade (Polanyi, 2000). França Filho e Laville (2004) pressupõem, influenciados pela concepção de economia plural de Polanyi, a partir de uma nova disposição desses princípios na sociedade moderna que a economia divide-se em três de formas:

- a) uma economia mercantil — fundada no princípio do mercado autorregulado. Trata-se de um tipo de troca marcado pela impessoalidade e pela equivalência monetária, limitando a relação a um registro puramente utilitário, pois neste tipo de troca/relação o valor do bem (que se mede pelo seu preço) funda a lógica do sistema, ao contrário do primado do valor do laço, do liame (ou da relação social) que se busca numa lógica recíproca;
- b) uma economia não mercantil — fundada na redistribuição. Isto é, marcada pela verticalização da relação de troca e pelo seu caráter obrigatório, pois aparece a figura de uma instância superior (o Estado) que se apropria dos recursos a fim de distribuí-los; e finalmente,
- c) uma economia não monetária — fundada na reciprocidade. Isto é, um tipo de sistema de relação de trocas orientado segundo a lógica da dívida, tal como formulada/descrita por M. Mauss. A dívida compreende três momentos: aquele do dar, do receber e do retribuir. Neste tipo de sistema, os bens circulam de modo horizontal e o objetivo mesmo da circulação destes bens é a perenização dos laços sociais (ou a tessitura do liame social). A lógica da dívida obedece a um tipo de determinação social específica, pois ao mesmo tempo livre e obrigada, a doação (ou esse registro de lógica) é essencialmente paradoxal (FRANÇA FILHO, 2001, p.253)

As três formas de economia evidenciadas por França Filho e Laville (2004) permitem compreender que é possível a existência de outros tipos de empreendimentos que não estejam restritos ao circuito do mercado, bem como demonstra que a economia em seu conjunto se beneficia de inúmeras contribuições não mercantis.

Em segundo lugar, compreende-se que a economia solidária nasce no cenário capitalista e desenvolve suas atividades em um ambiente em que há práticas de concorrência de mercado, correndo por vezes paralelamente, outras vezes, disputando espaço com empreendimentos capitalistas (NAMORADO,

2009, p.70). Na visão de Wellen (2012, p. 91), não há independência das organizações solidárias em relação ao mercado capitalista. Afirmar o contrário seria pregar uma perspectiva de “falsa autonomia” aos empreendimentos solidários, pois os mesmos estão associados a cadeias produtivas de algum modo integradas ao mercado. Existe a interação entre economia mercantil, não mercantil e não monetária e uma forma plural de atividades.

Portanto, a economia solidária será vista nesse trabalho não como a economia que substitui o capitalismo, mas como uma “nova forma de economia que viria acrescentar às formas dominantes de economia” no intuito de criar um vínculo entre economia mercantil, não mercantil e não monetária (FRANÇA FILHO E LAVILLE, 2004, p.109) criando novos modelos de organização, gerando uma hibridação dos princípios econômicos e a criação de oferta e demanda a partir da interação dos três polos econômicos (Figura1).

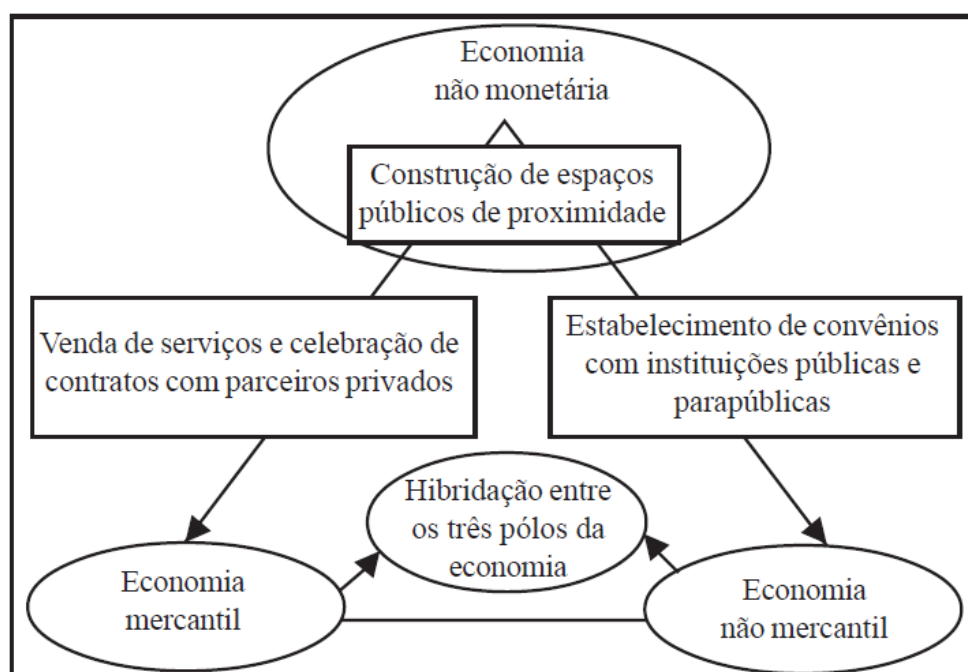


Figura 1: A multidimensionalidade da economia solidária.
Fonte: Laville, (2001, p.85).

A figura 1 revela o caráter multidimensional da economia solidária em que os empreendimentos promovem a oferta de produtos e serviços para organizações da economia mercantil e não mercantil e incentivam a demanda desses produtos por meio de feiras, centros de comercialização, exposições, etc. Um exemplo dessa relação híbrida entre as economias é o fornecimento de

produtos alimentícios produzidos por empreendimentos solidários para instituições do governo e para empresas privadas.

A economia solidária será discutida nesse trabalho como um conjunto de práticas econômicas formadas pela livre iniciativa de trabalhadores que buscam sanar problemas vinculados a suas atividades econômicas (produzir, comercializar, distribuir, consumir) com seus próprios meios de produção em um sistema produtivo baseado principalmente na cooperação e na solidariedade.

Faz-se necessário desfazer o mito da economia solidária como economia da caridade, pois a solidariedade desta difere da filantropia, ultrapassando o sentido da caridade, como é explicado por Laville (2009, p.310). Para ele existem duas percepções de solidariedade, uma de origem inglesa e outra francesa, que são totalmente antagônicas. A primeira percepção seria de solidariedade filantrópica, voltada para caridade, na qual os indivíduos realizam ações aleatórias e paliativas de ajuda para com pessoas consideradas incapazes de alcançar condições sociais ideais. A segunda forma de solidariedade baseia-se tanto na ajuda mútua, como na expressão reivindicativa, tangendo, ao mesmo tempo, a auto-organização e o movimento social. Para o autor, neste tipo solidariedade os cidadãos são livres, ligados por laços de igualdade e por um ideal de cidadania.

As discussões sobre o tema economia solidária cresceram muito no Brasil, principalmente após sua inserção no contexto institucional com criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) pelo Governo Federal em 2003. Esta foi criada com o objetivo de assessorar os empreendimentos solidários, cujo quantitativo expandia rapidamente no país.

Na comunidade acadêmica o tema economia solidária tornou-se objeto de pesquisa de diferentes áreas como Administração, Pedagogia, Sociologia e Economia, refletindo a necessidade de investigar esse fenômeno socioeconômico complexo, que tem se espalhado por inúmeros países, com diversas acepções, práticas, potencialidades e desafios. Resulta daí um aglomerado de produções científicas sobre a temática, com destaque para os trabalhos no Brasil de Paul Singer, Gaiger, Mancé, França Filho, Razeto na América do Sul e de Laville na Europa entre tantos outros. Juntos esses autores buscam indicar e compreender os fatores que têm contribuído para o crescimento e dinâmica do conjunto de iniciativas que designou-se chamar na América Latina de Economia Solidária.

No Brasil, a difusão do conceito de economia solidária é introduzida por Paul Singer em 1996, como resposta a exacerbação do desemprego e da precarização das relações de trabalho no país. Para Singer o desemprego caracteriza-se como a principal patologia social e para derrotá-lo era “necessário habilitar profissionalmente os desempregados e proporcionar-lhes algum capital que possam auto empregar-se por meio de atividades por conta própria ou estabelecimento de pequena empresa” (SINGER, 1996, p. 1).

O conceito de economia solidária foi utilizado publicamente por Singer em 1996, para embasar um programa político intitulado “Economia Solidária contra o desemprego”, vinculado ao Partido dos Trabalhadores (PT), que na ocasião pleiteava as eleições municipais de São Paulo, apresentando Luiza Erundina como candidata. O programa tinha como objetivo estimular os trabalhadores desempregados da cidade de São Paulo a se organizarem contra o desemprego (RANGEL E MANOLESCU, 2012, p.13). Segundo Singer (2003) era necessário

[...] organizá-los pela cidade inteira e criar um mercado para eles. Eles têm que construir um mercado para si próprios; o desempregado tem que solidariamente comprar uns dos outros. E para isso o ideal seria criar uma cooperativa de trabalho e de consumo ao mesmo tempo. Eles se associariam; e uma forma de proteger o mercado deles seria criar uma moeda da cooperativa, que as pessoas receberiam e aceitariam uns dos outros.

Contudo, o programa não pôde ser executado, pois outro candidato a prefeito foi eleito pelo paulistano.

Singer continuou a debater o projeto com a comunidade acadêmica, principalmente com alunos da faculdade de economia e de ciências sociais da USP (Universidade de São Paulo), fundando em 1998, a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da USP, difundindo o conceito pelo país através de grupos de estudos, encontros acadêmicos etc. (SOUZA et al.,2003, p.17-18).

Singer (2003, p.116) reconhece a economia solidária como

um conceito amplamente utilizado dos dois lados do Atlântico, com acepções variadas, mas que giram todas ao redor da idéia da solidariedade, em contraste com o individualismo competitivo que caracteriza o comportamento econômico padrão nas sociedades capitalistas. O conceito se refere a organizações de produtores, consumidores, poupadores, etc., que se distinguem por duas especificidades: (a) estimulam a solidariedade entre os membros mediante a prática da autogestão e (b) praticam a solidariedade para

com a população trabalhadora em geral, com ênfase na ajuda aos mais desfavorecidos.

Em outro trabalho o autor e ativista refere-se ao capitalismo como um modelo econômico divergente da economia solidária, entendendo que esta representa uma “alternativa de superação real ao capitalismo” (SINGER, 2002, p.83).

Já França Filho e Laville (2004, p.109) definem a economia solidária como um conjunto de iniciativas de caráter associativo e cooperativo, constituídos por atores da sociedade civil, assumindo diferentes atividades econômicas, desde a produção até a comercialização de produtos, criando cadeias sócio produtivas autogeridas pelos trabalhadores. Em contraposição a Singer (2003), França Filho e Laville (2004) percebem a economia solidária como um conjunto de diferentes práticas econômicas que coexistem no interior ou paralelamente ao mercado. São instruídas por relações não monetárias, entretanto, podem integrar-se ao o mercado. Podem desenvolver parcerias com o poder público, adotando tipologias organizacionais diversificadas como cooperativas, associações, bancos comunitários, clubes de trocas nas diferentes regiões do país.

Para a Secretaria Nacional de Economia Solidária, SENAES, órgão criado em 2003, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, para representar institucionalmente a economia solidária no Brasil e coordenar suas atividades, está em questão

...um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem. A economia solidária vem se apresentando, nos últimos anos, como inovadora alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social. Compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário ” (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO,2015).

A SENAES aponta a economia solidária como uma nova estratégia de dinamização socioeconômica em que o homem é colocado como sujeito, como um trabalhador auto gestor, inserindo a solidariedade e a cooperação dentro

das atividades econômicas como forças produtivas capazes de gerar desenvolvimento econômico e social.

Para o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (2010, p.16) as características da economia solidária são:

a cooperação como a existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária sobre os possíveis ônus. Envolve diversos tipos de organização coletiva que podem agregar um conjunto grande de atividades individuais e familiares;

a autogestão é a orientação para um conjunto de práticas democráticas participativas nas decisões estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, sobretudo no que se refere à escolha de dirigentes e de coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses, nas definições dos processos de trabalho, nas decisões sobre a aplicação e distribuição dos resultados e excedentes, além da propriedade coletiva da totalidade ou de parte dos bens e meios de produção do empreendimento;

a solidariedade é expressa em diferentes dimensões, desde a congregação de esforços mútuos dos participantes para alcance de objetivos comuns; nos valores que expressam a justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; nas relações que se estabelecem com o meio ambiente, expressando o compromisso com um meio ambiente saudável; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos 15 processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; na preocupação com o bem-estar dos trabalhadores e consumidores; e no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras;

e a ação econômica é uma das bases de motivação da agregação de esforços e recursos pessoais e de outras organizações para produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo, o que envolve elementos de viabilidade econômica, permeados por critérios de eficácia e efetividade, ao lado dos aspectos culturais, ambientais e sociais.

Esse conjunto de características que diferenciam a economia solidária da mercantil, na prática tem transformado organizações socioeconômicas em organizações sociopolíticas, segundo França Filho (2007, p.163).

Novos atores têm surgido na economia solidária, além dos próprios empreendimentos e da SENAES (figura 2). Considera-se que o campo da economia solidária no Brasil é formado inicialmente a partir de quatro grupos principais: Os empreendimentos econômicos solidários, as entidades de apoio e fomento (EAFs), os Fóruns e redes de economia solidária e os agentes públicos.



Figura 2: A organização da economia solidária no Brasil.
 Fonte: Atlas da Economia Solidária (2005)

O primeiro grupo é composto pelos empreendimentos economicamente solidários (EES). Para Gaiger (2009, p.181) compreendem “as diversas modalidades de organização econômica, originadas da livre associação de trabalhadores, nas quais a cooperação funciona como esteio de sua eficiência e viabilidade”. Portanto, os empreendimentos solidários são as diversas formas de organizações econômicas rurais e urbanas, integrados por trabalhadores, unidos pela iniciativa coletiva e livre, realizando suas atividades apoiados na cooperação, na propriedade comum dos meios de produção e na gestão democrática para garantir a sua eficácia econômica, social e ambiental e manter a sua viabilidade. Em relação à gestão desses empreendimentos, eles assumem um modelo de autogestão, estabelecendo um sistema democrático de administração, em que os atores associados aos empreendimentos têm poder deliberativo e instituído através de votos em assembleias. Considerados pela SENAES como principal personagem da economia solidária, dispõem-se no cenário brasileiro de diferentes formas: associações, grupo de consumidores,

produtores, cooperativa de trabalhadores urbanos, cooperativas de agricultores familiares e assentados de reforma agrária, redes de produção, comercialização e consumo clubes de troca, bancos comunitários, cooperativa de crédito, fundos rotativos, cadeias de produção, associações de comunidades tradicionais, entre outras (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2015)

A pluralidade de empreendimentos solidários demonstra como as iniciativas de economia solidária são heterogêneas e singulares, estando presentes em diversos segmentos econômicos que abrangem a agricultura, a agropecuária, a indústria, prestação de serviços, extrativismo, comercialização, crédito e fundo rotativo. Como foi observado durante o levantamento de dados desse trabalho, na microrregião de Iporá em Goiás, a agricultura familiar demonstra uma forte incorporação à economia solidária. Serão apontados no capítulo 3 os desafios e dificuldades de duas cooperativas de produção da agricultura familiar e do Banco Pequi, disposto como uma prática de finanças solidárias.

Em relação aos benefícios econômicos e extra econômicos resultantes da racionalização do processo produtivo com base na cooperação, há potencial para atender com eficiência a demanda dos mercados, conduzindo de maneira justa e democrática a gestão dos recursos humanos, materiais, controlando os impactos ambientais e reconhecendo o papel do consumidor no processo produtivo (GAIGER ,2009, p.172).

O segundo grupo que compõe a economia solidária brasileira são as entidades nacionais de assessoria e fomento à economia solidária ,ou seja, organizações sem fins lucrativos de caráter público ou privado subsidiadas ou não com recursos da SENAES/MTE, as quais realizam intervenções diretas nos empreendimentos solidários , por meio de atividades de capacitação, assessoria, incubação, acesso a mercados e assistência técnica e organizativa ,etc .(MTE,2015). Os empreendimentos brasileiros contam com 12 entidades nacionais de assessoria e fomento à economia solidária. São elas : Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária-RBSES; Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul-PACS; Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional - FASE; Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Autogestão - ANTEAG; Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas-IBASE; Cáritas Brasileira; Movimento dos Trabalhadores Sem Terra- MST; Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares –ITCPs ;

Agência de Desenvolvimento Solidário -ADS/CUT; UNITRABALHO- Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho; Rede Brasileira de Gestores de Políticas Públicas da Economia Solidária; Associação Brasileira de Instituições de Micro-crédito-ABICRED (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA,2016).

Geralmente, essas entidades são formadas pela sociedade civil, núcleos de pesquisa e extensão formados por pesquisadores, organizações religiosas, gestores e membros da administração pública, com aptidão e experiência na construção de práticas de economia solidária.

Para Culti (2010,p.19)

... as ações dos apoiadores, sejam eles oriundos de política pública, de outros organismos e instituições de fomento, como as universidades. Constituindo uma assessoria técnica e científica nos mais diversos campos do saber, eles fornecem a esses empreendimentos uma visão mais universal, favorecem uma análise conjuntural e estrutural que lhes propicia uma abrangência maior. O apoio pode ser de ordem financeira ou de formação profissional e educacional. As incubadoras universitárias, por integrarem as questões de ordem pedagógica, política e técnica aos empreendimentos, dão-lhes a possibilidade de construir soluções inovadoras, integradas e viáveis para o conjunto da economia solidária.

As EAFs são de fundamental importância para os empreendimentos,principalmente para aqueles que estão iniciando suas atividades, pois fazem, no ponto de vista de França Filho (2007, p.166), um papel de mediação entre o ambiente dos empreendimentos solidários e com outras instituições,sendo fundamentais para o processo de gestão, uma vez que as EAF são constituídas de profissionais bastante qualificados, sendo suas contribuições decisivas principalmente no processo de construção de cadeias produtivas e da comercialização dos produtos, devido a assessoria técnica, jurídica e administrativa disponibilizada por essas entidades.

O terceiro grupo é formado pelos fóruns e pelas redes de economia solidária. Essas organizações têm fomentado a estruturação política da economia solidária, articulando suas diversas iniciativas, entidades de assessoria e agentes públicos, para que juntos construam e acompanhem a elaboração de políticas públicas que reconheçam institucionalmente os empreendimentos solidários e garantam os direitos dos associados . Os fóruns são espaços de discussões ampliados, em que atores se reúnem, juntamente

com entidades de apoio e agentes públicos, para dialogar, trocar experiências e criar estratégias que permitam o fortalecimento e a sustentabilidade da economia solidária.

Durante a III Plenária Brasileira de Economia Solidária em Porto Alegre-RS, foi criado em Junho 2003, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) com o objetivo de integrar e mobilizar todas as iniciativas solidárias brasileiras a lutar pelo desenvolvimento de cadeias produtivas solidárias que se apoiem e se complementem mutuamente, a criação de sistema de finanças solidárias a nível local, micro e territorial, a construção de um marco legal, a constituição de um sistema de comunicação que divulgasse os valores da economia solidária, etc., assumindo um papel de interlocutor entre os empreendimentos solidários e a SENAES, com a intenção de assegurar os interesses econômicos, sociais e políticos e a autonomia dos empreendimentos solidários, atingida por práticas que os tornavam dependentes. Na mesma ocasião também foram criados fóruns regionais e estaduais. Participam hoje do FBES 160 fóruns municipais, microrregionais e estaduais, com participação direta de 3000 iniciativas solidárias, 500 EAFs, 12 governos estaduais e 200 municípios inseridos na Rede de Gestores em Economia Solidária, organizando-se em: secretaria executiva, fóruns estaduais, coordenacional nacional, conselho interlocutor e grupos de trabalho (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2016).

Diferente dos fóruns, as redes apresentam menor grau de institucionalização por serem apenas compostas de empreendimentos solidários, no entanto, as mesmas têm contribuído para o desenvolvimento e para mudanças significativas na realidade das iniciativas de economia solidária, sendo referenciada como uma estratégia adequada para a organização econômica, política e social, por ser um meio adequado para integrar empreendimentos solidários de produção, comercialização, financiamentos, consumidores, etc.

Mance (2000, p.24) faz referência às redes de economia solidária como uma

.. articulação entre diversas unidades que, através de certas ligações, trocam elementos entre si, fortalecendo-se reciprocamente, e que podem se multiplicar em novas unidades, as quais, por sua vez, fortalecem todo o conjunto na medida em que são fortalecidas por ele, permitindo-lhe expandir em novas unidades ou manter-se em equilíbrio sustentável. Cada nóculo da rede representa uma unidade e cada fio

um canal por onde essas unidades se articulam através de diversos fluxos.

Desta forma, por meio das redes, os empreendimentos solidários colaboram entre si propondo ações conjuntas em torno de questões importantes à sobrevivência e sustentabilidade dessas iniciativas, como as redes de comercialização e finanças solidárias, que tornam as cadeias produtivas mais fortes e autônomas diante do mercado, gerando transformações estruturais nas comunidades em que estão inseridas, criando um “novo jeito de produzir, consumir e viver” contribuindo para a promoção do bem-estar econômico e social das pessoas (MANCE,2005,p.04).

Observando tais características, Mance (2002, p.49) retrata as redes de economia solidária como uma estratégia de expansão da liberdade, pois, pela articulação dessas redes, os trabalhadores têm acesso e compartilham mediações materiais, políticas, educativas e informativas, condições descritas por Sen (2010, p.25) como essenciais para a promoção do desenvolvimento. Infelizmente na visão de Mance (2002, p.260), a maior parte dos empreendimentos que exerce atividades solidárias ainda não se faz valer do potencial de transformação que as redes possuem e continuam a produzir sem interação e sem uma gestão eficaz que certifique produtos e serviços de qualidade, com custos e preços adequados.

O quarto grupo que compõe a economia solidária brasileira é formado por agentes e órgãos governamentais em níveis federal, estadual e municipal. Com os resultados positivos das experiências solidárias por todo Brasil, essas iniciativas paulatinamente foram inseridas aos programas de desenvolvimento do governo e políticas de economia solidária, passaram a ser elaboradas, implementadas e executadas nos estados e municípios brasileiros, fazendo com que as práticas de economia solidária fossem potencializadas.

A nível federal, a economia solidária é representada pela a Secretaria Nacional de Economia Solidária, criada e incorporada ao Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS), pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, no Governo Lula, reunindo em seu quadro, protagonistas de movimentos sociais, como Paul Singer, Walmor Schiochet, com experiência e história construídas nas lutas sociais brasileiras, trazendo para o projeto do governo, as reais necessidades dos movimentos sociais (SENAES/MTPS, 2016, p.08)..

À SENAES compete, de acordo com o artigo 18 do Decreto de nº 5.063 de maio de 2004:

- I - subsidiar a definição e coordenar as políticas de economia solidária no âmbito do Ministério;
- II - articular-se com representações da sociedade civil que contribuam para a determinação de diretrizes e prioridades da política de economia solidária;
- III - planejar, controlar e avaliar os programas relacionados à economia solidária;
- IV - colaborar com outros órgãos de governo em programas de desenvolvimento e combate ao desemprego e à pobreza;
- V - estimular a criação, manutenção e ampliação de oportunidades de trabalho e acesso à renda, por meio de empreendimentos autogestionados, organizados de forma coletiva e participativa, inclusive da economia popular;
- VI - estimular as relações sociais de produção e consumo baseadas na cooperação, na solidariedade e na satisfação e valorização dos seres humanos e do meio ambiente;
- VII - contribuir com as políticas de microfinanças, estimulando o cooperativismo de crédito, e outras formas de organização deste setor;
- VIII - propor medidas que incentivem o desenvolvimento da economia solidária;
- IX - apresentar estudos e sugerir adequações na legislação, visando ao fortalecimento dos empreendimentos solidários;
- X - promover estudos e pesquisas que contribuam para o desenvolvimento e divulgação da economia solidária;
- XI - supervisionar e avaliar as parcerias da Secretaria com outros órgãos do Governo Federal e com órgãos de governos estaduais e municipais;
- XII - supervisionar e avaliar as parcerias da Secretaria com movimentos sociais, agências de fomento da economia solidária, entidades financeiras solidárias e entidades representativas do cooperativismo;
- XIII - supervisionar, orientar e coordenar os serviços de secretaria do Conselho Nacional de Economia Solidária;
- XIV - apoiar tecnicamente os órgãos colegiados do Ministério, em sua área de competência; e
- XV - articular-se com os demais órgãos envolvidos nas atividades de sua área de competência.

Com o compromisso de incentivar e apoiar os empreendimentos solidários, combatendo a exclusão e a desigualdade social, a SENAES tem realizado ações em conjunto com outros órgãos governamentais e com a sociedade civil. Em 2015, apoiou 111 incubadoras universitárias em parceria com o Ministério de Ciência e Tecnologia e com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), assistindo 650 empreendimentos solidários, articulou 1,8 mil empreendimentos em redes, por meio de parcerias com municípios, que contribuíram com diagnósticos e assessoramento técnico, investiu 8,2 milhões de reais na formação de cadeias produtivas e de comercialização, apoiando 286 empreendimentos e investiu 5,5

milhões para fomentar práticas de finanças solidárias, atendendo 137 empreendimentos entre bancos comunitários, cooperativas de crédito e fundos rotativos.

Apesar de avanços conquistados pelas SENAES durante treze anos de existência, essa secretaria enfrenta dificuldades devido a mudanças no cenário econômico do país, provocando um contingenciamento de 61% das dotações aprovadas na LOA (Lei Orçamentaria Anual) em 2015, quando o orçamento era de já se apresentava como um valor pequeno se confrontado ao Orçamento Geral da União ou a valores direcionados a outras áreas sociais (tabela1). Os embaraços provocados pela redução orçamental provocaram a redução das ações em muitos municípios brasileiros (SENAES/MTPS,2016, p.11).

Tabela 1: Gastos diretos do Governo com a Secretaria Nacional de Economia Solidária de 2011 até outubro de 2016 e a representação do mesmo, sobre o valor total das aplicações diretas feitas pelo Governo Federal em âmbito nacional.

PERÍODO	VALOS DOS GASTOS DIRETOS (EM R\$)	REPRESENTAÇÃO SOBRE O VALOR TOTAL DAS APLICAÇÕES DIRETAS DO GOVERNO FEDERAL
2011	R\$ 167.633,67	1,3%
2012	R\$ 239.488,26	1,7%
2013	R\$194.091,83	1,3%
2014	R\$ 227,047,29	1,2%
2015	R\$ 347.543,47	1,8%
Até outubro de 2016	R\$ 183.894,06	1,5%

Fonte: Controladoria Geral da União.

Além da redução orçamentária, Goulart e Marian (2011,p.56) apontam ainda três fragilidades da Senaes: a carência de recursos humanos e a instabilidade política e institucional provocadas pelas mudanças de governo e a seus projetos políticos. Recentemente esse ponto crítico da SENAES transpareceu ainda mais

com a substituição do Secretário Nacional de Economia Solidária professor Paul Singer² e de sua equipe por Natalino Oldakoski, nomeado pelo Governo Michel Temer em junho deste ano. (FBES, 2016). Para Roberto Marinho Alves da Silva, ex-secretário adjunto da SENAES, há uma “preocupação de que uma eventual mudança na direção da SENAES possa significar descontinuidade na política nacional de economia solidária” (FUNDAÇÃO ROSA LUXEMBURGO,2015). Em 13 anos de existência a SENAES contribuiu com êxito com a implementação de políticas de economia solidária, contribuindo com o aumento de empreendimentos solidários e fortalecimento da economia solidária no Brasil. A extinção dessa secretaria ou a interrupção das atividades operadas por ela, por falta de orçamento ou a interferência de ideais políticos, traria inúmeros danos aos empreendimentos solidários, estabelecendo-se um retrocesso na organização política, institucional e no requerimento de direitos dos empreendimentos pertencentes à economia solidária brasileira.

Nesse quarto grupo, junto com a SENAES, também compõe a economia solidária a Rede Brasileira de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária instituída por gestores de órgãos públicos municipais e estaduais, atuando como agentes mobilizadores, com o propósito de estender a introdução de ferramentas adequadas dentro do Estado para fomentar, desenvolver a economia solidária, incentivar a organização e a participação dos empreendimentos solidários nas decisões sobre as políticas públicas voltadas para a economia solidária e para o desenvolvimento territorial.

Atualmente, 90 gestores compõem a Rede Brasileira de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária, um quantitativo bem maior se comparado ao ano de 2003 quando foi criada, atestando que em consequência do crescimento das experiências de economia solidária, o empreendimento tem reclamado a atenção e o compromisso do poder público para sua emancipação e sustentabilidade.

Apesar dos embaraços enfrentados pela SENAES e pela Rede Brasileira de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária, ambas colaboram para

² Paul Singer foi Secretário Nacional de Economia Solidária de 2003 a junho de 2016, quando foi substituído por Natalino Oldakoski nomeado pelo Governo Temer sob o protesto e repúdio do FBES, por considerarem que “o novo secretário interino não tem qualquer conhecimento ou histórico de atuação no campo da economia solidária e sua nomeação representa mais um enorme retrocesso neste contexto de desmonte das políticas sociais”. (FBES,2016)

a construção de novas relações entre a economia solidária e o Estado. Quanto às contribuições, ambas têm cooperado para o aumento dos debates sobre a formulação e implementação de políticas públicas a nível federal, estadual e municipal, considerando a heterogeneidade dos empreendimentos solidários, edificando um programa estratégico de desenvolvimento territorial com políticas de Estado e não de governo.

1.2. O papel do Estado e a Economia solidária como política pública de desenvolvimento.

O Estado sempre esteve presente na sociedade, todavia a função que ele desempenha sofreu alterações, devido ao avanço da democracia. Cabe afirmar que atualmente, segundo a CF de 1988, a função do Estado é promover o bem-estar da sociedade. Para atingir esse objetivo utiliza como instrumento as políticas públicas (CALDAS, 2014, p.5).

Na visão de Schiochet (2009, p. 268) política pública

é a própria iniciativa do governo (ou do Estado) que se organiza em planos, programas e ações. É importante reconhecer que a “não-ação”, a negligência do Estado ou governo também integra esse conceito. No Estado moderno e seus governos democráticos, o âmbito da política pública é a cidadania, entendida como a relação entre Estado e sociedade civil mediada pelos direitos.

Sendo assim, a política pública é a própria ação do governo, surge a partir das necessidades da população, com o envolvimento de agentes públicos ou privados e a sociedade civil. Dessa forma, o Estado cria um conjunto de programas direcionados à saúde, educação, emprego, cultura e etc.

As políticas de economia solidária são consideradas “políticas em construção”, uma vez que as ideias sobre a economia solidária ainda são ambíguas e ainda não se determinou um conceito homogêneo sobre o assunto (FRANÇA FILHO, 2006). Para Schiochet (2009, p.268), políticas públicas são fundamentais para tirar os empreendimentos solidários do confinamento em que podem ser colocados diante do alto grau de competitividade que caracteriza o mercado na era da globalização.

No Brasil, essas políticas são recentes, surgiram com a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária em 2002 e apenas em 2003, com a

institucionalização da Secretaria Nacional da Economia Solidária, resultado das discussões da III plenária de Economia Solidária, que exigia ações para a constituição de um marco legal, é que a temática passa a fazer parte da agenda do governo, ainda que de forma sucinta, dispersa, e isolada territorialmente.

A política pública de economia solidária conforme se estabeleceu no documento final da I Conferência Nacional de Economia solidaria, deve-se tornar-se parte da construção de um Estado Republicano, o qual deve reconhecer a existência dessas organizações sociais, estabelecendo seus direitos de cidadania e regulamentando as novas formas de produção, reprodução e distribuição social, como também conceder o acesso a bens e recursos públicos que possibilitem o desenvolvimento da economia solidária, tal como é oportunizado a outros segmentos sociais.

Segundo o Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES (2010, p.32-33), no Brasil, a estruturação das políticas públicas de economia solidária se baseia nos seguintes eixos: a) o reconhecimento do direito dos trabalhadores associados aos empreendimentos solidários, b) o direito à propriedade coletiva; c) a organização política, visto que é necessário o estabelecimento de um marco legal; d) e a criação de uma lei nacional que oriente e regule a economia solidária nos níveis federal, estadual e municipal. A criação dessa lei é de fundamental importância, pois atualmente, a única legislação que regula os empreendimentos autogeridos, é conhecida como a Lei Geral do Cooperativismo, de 1971, estando totalmente defasado da realidade da economia solidária na atualidade. Faz-se necessário o apoio e fomento aos empreendimentos solidários, elaborar políticas de finanças solidárias, de assistência técnica, capacitação, comercialização e de estímulo à formalização, assim como benefícios tributários, incentivo à legalização dos empreendimentos solidários em forma de cooperativas e associações, para que os mesmos possam comercializar seus produtos legalmente.

Esses quatro eixos citados que deveriam sustentar as diretrizes das políticas de economia solidária coincidem com os princípios estabelecidos por Coraggio (2007) para a reprodução ampliada da vida com dignidade e democratização do trabalho.

Apenas diretrizes e avanços institucionais, não são suficientes para que a economia solidária se transforme em alavanca de desenvolvimento. É necessário desconstruir o desígnio dado as políticas de economia solidária de

“Políticas de governo”, dependentes da permanência de grupos políticos específicos tanto nos Governos Federal, quanto estadual e municipal, e rebaixando-a a uma política meramente compensatória. Para Schiochet (2009, p.57) esse é um dos motivos pelo qual as políticas de economia solidária, ainda não estejam incorporadas aos compromissos e deveres do Estado para com a sociedade. Para ele, a institucionalização das políticas de economia solidária ficou enfraquecida pela forma como a economia solidária entrou na agenda política do governo, praticamente pela “porta do fundo” formando a sua identidade no recôndito das estruturas do governo e de outras políticas, como políticas de assistência social, de desenvolvimento econômico de territórios rurais, de emprego e renda, se apresentando como parte de políticas setoriais contidas na agenda dos governos e do Estado e não como uma política específica.

A economia solidária não pode ser concebida como uma política setorial, que atende apenas um setor da economia. Trata-se de um recurso central no enfrentamento da exclusão social e da pobreza, assim como da heterogeneidade social e regional. A realização de ações transversais nas áreas de saúde, educação, trabalho, habitação, desenvolvimento econômico, crédito e financiamento, entre outros, se fazem necessárias no sentido da geração de desenvolvimento econômico e social (SCHWENGBER, 2006, p.294; FRANÇA FILHO, 2007, p.172).

Algumas ações de caráter transversal, que buscam transcender iniciativas, isoladas e fragmentadas já acontecem no nível do Governo Federal, como pode ser verificado no quadro abaixo, destacando –se principalmente aquelas realizadas em órgãos que possuem vínculos diretos com atores envolvidos na economia solidária, como é o caso do Ministério do Desenvolvimento Agrário, cujas políticas estão voltadas para produtores rurais, agricultores familiares, habitualmente organizados em cooperativas e associações.

Quadro 1: A transversalidade da economia solidária no Governo Federal.

Órgãos	Principais ações e programas
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	*DENACOOP- Departamento de Cooperativismo e Associativismo Rural. Objetivo: apoiar e fortalecer o cooperativismo e associativismo rural, promovendo a

	educação, acesso a mercados, internacionalização das cooperativas e a articulação entre produtores rurais e entes públicos.
Ministério das Cidades	*Programa Crédito Solidário. Objetivo: financiamento habitacional com recursos do Fundo de Desenvolvimento Social para famílias de baixa renda que estejam organizadas em associações, cooperativas, sindicatos ou entidades da sociedade civil organizada.
Ministério do Desenvolvimento Agrário	*Projeto de Comércio Solidário realizado pela SRA (Secretaria de Reordenamento Agrário. Objetivo: promover feiras e apresentação de redes solidárias de produção e comercialização, para promover o desenvolvimento por meio da articulação de potencialidades locais * Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT). Objetivo: promover o desenvolvimento territorial das regiões em espaços constituídos por agricultores familiares, fortalecendo as cooperativas e associações. *Secretaria de Agricultura Familiar (SAF). Objetivo: incentivar a produção e a comercialização de produtos da agricultura familiar por meio de ações integradas ao PRONAF-Programa Nacional de Fortalecimento da agricultura familiar.
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	*Programa fome Zero. Objetivo: incentivar a geração de emprego e renda por meio do aumento da quantidade de crédito disponível nos bancos públicos para o empreendimento de finanças solidárias; incentivar as cooperativas e associações da agricultura familiar; fortalecer o desenvolvimento sustentável da Amazônia com a criação de associações e cooperativas. Agroextrativistas
Ministério da Educação	*Incubadoras Tecnológicas de Cooperativismo Popular (ITCPs). Objetivo: apoiar, fomentar e incubar os empreendimentos solidários por meio de programas de extensão universitária e disseminar conhecimentos sobre o cooperativismo e autogestão. *Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Objetivo: criar demanda para os produtos de agricultores familiares e suas organizações, direcionando 30% do orçamento da merenda escolar para esse fim.
Ministério da Ciência e Tecnologia	*PRONINC- Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares. Objetivo: Fomentar as incubadoras de empreendimentos econômicos solidários e desenvolver novas metodologias de incubação.
Ministério de Minas e Energia	Criação de cooperativas que atuem no setor de mineração
Secretaria Nacional Especial para Políticas Públicas de Promoção e Igualdade Social	*Ações que valorizam e favoreçam a igualdade racial

Fonte: adaptado de Carvalho (2007, p.240).

No entanto, essas ações integradas e intersetoriais estabelecidas entre as políticas de economia solidária e as políticas setoriais, ainda não se realizam efetivamente nos três níveis de governo, devido a dificuldades inerentes à

própria estrutura do governo, pelo ordenamento e acesso aos recursos financeiros, gerando o fracionamento das ações e dos recursos ou até mesmo pelas relações hostis no ambiente interno do Estado, devido a interesses políticos individuais e partidários e o pouco conhecimento dos gestores sobre a temática. Porém, a mesma tem contribuído para o crescimento de uma perspectiva de desenvolvimento territorial endógeno (CARVALHO,2007; FRANÇA FILHO, 2007).

Dados de 2005, levantados pelo MTE, em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA apontam que as ações de economia solidária são mais desenvolvidas a nível municipal do que estadual. Em 77,7% dos municípios que participaram da pesquisa, há ações de economia solidária, em 51% dos municípios nota-se a existência de programas de incentivo a economia solidária, no entanto não se pode considerar que os mesmos sejam qualificados como políticas. Em 33% dos municípios, não há plano, nem mesmo política. Os dados indicam que em apenas 5% dos municípios estão sistematizando políticas de economia solidária. Portanto, na maioria dos municípios pesquisados, não há políticas públicas que apoiem e promovam a sustentabilidade e a materialização dessas ações (ARAÚJO, 2005, p.26).

Para a Rede Brasileira de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária (2016), essas ações ocorrem principalmente nos municípios, pois o ele é “o terreno socioambiental em que a vida real e cotidiana das pessoas acontece”, além disso os governos municipais são impulsionadores de desenvolvimento local e regional, uma vez que os municípios possuem autonomia para fixar políticas públicas ou adotar espontaneamente projetos ofertados por outros níveis de governo.

Já existem no Brasil municípios em que o poder público tem desempenhado um papel significativo na construção e na implementação de políticas públicas, a exemplo de São Carlos –SP, que desde de 2011, instituiu por meio da Lei municipal n.º 15.853/2011 o Conselho Municipal de Economia Solidária e Fundo Municipal de Fomento à Economia Solidária, transformando iniciativas de apoio em Lei.

Para Meireles (2012) as políticas públicas de economia solidária em São Carlos são resultado de 14 anos de trabalho da INCOOP/UFSCar (Incubadora Regional de Cooperativas Populares da Universidade Federal de São Carlos), hoje conhecida como NUMI-EcoSol (Núcleo Multidisciplinar e Integrado de

Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária), dos programas municipais de apoio à economia solidária e das mobilizações sociais em fóruns, reuniões, espaços de discussão para estabelecer em São Carlos-SP um modelo de desenvolvimento fundamentado na sustentabilidade.

A experiência do município de São Carlos, confirma que as implementações de políticas públicas viáveis de economia solidária dependem da relação que o poder público estabelece com a sociedade e sua capacidade de dialogar com a população alvo dessas políticas, abandonando os velhos modelos de governo que condenavam a interação entre Estado e sociedade, incorporando ao poder público um modelo de gestão descentralizado e participativo.

A articulação entre Estado e os empreendimentos econômicos solidários é essencial, pois as políticas públicas de economia solidária devem ser idealizadas levando em consideração as demandas e prioridades dos empreendimentos econômicos solidários, suas heterogeneidades e especificidades, a diversidade de seus integrantes, além de considerar as características de cada território em que essas iniciativas se manifestam. Também se faz necessário para garantir a efetividade das políticas criadas, que o poder público seja transparente quanto às possibilidades técnicas, financeiras e estruturais para elaboração e execução das políticas criadas. Por isso, é importante a criação de espaços e ferramentas (fóruns, conselhos, conferências, orçamentos participativos) em que a comunidade exponha as suas demandas e interesses e o poder público possa conhecer, acolhê-las e a partir de então planejar e implementar políticas intersetoriais de economia solidária que sejam capazes de explorar as potencialidades territoriais, contribuindo para o desenvolvimento endógeno dos municípios.

Nesse contexto, a economia solidária deixa de ser uma política assistencialista, emergencial ou partidária e passando a ser reconhecida como “direito de cidadania, entendido como direito dos trabalhadores às condições socialmente necessárias de produção e como dever do Estado”, se tornando parte permanente da estrutura do governo (CONAES,2010, p.19), facilitando a emergência de estratégias de desenvolvimento.

De acordo com as deliberações da II Conferência Nacional de Economia Solidária, este é o primeiro desafio para a institucionalização das políticas de economia solidária, a expansão e o reconhecimento dos empreendimentos

solidários e de seus associados como pessoas de direito. São necessárias a definição de ações e instrumentos pelo Estado, que ampliem o acesso à educação solidária, à formação e capacitação técnica, à disponibilidade de crédito, fortalecendo as finanças solidárias, estendendo o acesso aos mecanismos de produção e comercialização, possibilitando a venda de produtos para o governo (CONAES,2010, p.8). A implantação dessas ações a nível municipal e estadual resultaria na solidificação dos empreendimentos solidários.

A falta de um marco legal, ou seja, de leis federais, estaduais e municipais e a vigência de leis defasadas, como a Lei do Cooperativismo de 1971, constitui um problema, já que a legislação brasileira não ampara legalmente os empreendimentos solidários.

Atualmente um projeto de lei, tramita no projeto Congresso Nacional, trata-se do Projeto de Lei nº 4685/2012 que dispõe dos princípios e as diretrizes norteadoras da Economia Solidária, dos empreendimentos econômicos solidários e para formulação de um Sistema Nacional de Economia Solidária. Mesmo com as recentes manifestações para aprovação dessa Lei em todo Brasil coordenadas pelo FBES e com a participação dos movimentos sociais, a mesma permanece sob análise da Câmara dos Deputados Federais há quatro anos sem data prevista para aprovação.

A aprovação da Lei da Economia Solidária tornaria legalmente conhecida as singularidades dos empreendimentos econômicos solidários, atendendo às necessidades de regulamentação jurídica, trabalhista, fiscal, previdenciária e comercial, viabilizando a reprodução e a sustentabilidade dessas organizações autogestionárias.

O ordenamento legal das iniciativas econômicas solidária abriria condições para a disputa pelos orçamentos e fundos públicos.

A constituição de um marco regulatório seja imprescindível para a economia solidária, mas não seria de acordo com Schiochet (2009, p.58) suficiente para institucionalizar a política, pois isso transcende a aprovação de direitos e deveres.

É necessário o reconhecimento da importância da economia solidária como alavanca para o desenvolvimento por parte dos gestores e da sociedade, a ampliação de espaços de discussões, potencializando sua força política com capacidade para requerer a permanência dos compromissos traçados nos projetos. Para isso, é essencial que a economia solidária seja mais conhecida e

estudada pelos entes públicos, sociedade civil, empresas privadas e instituições de ensino. Para uma política em construção esse é um grande desafio.



Cordel da Economia Solidária

“Vem crescendo um movimento,
na cidade, no campo,
No sertão,
com o povo se organizando
prá mudar a situação
E traçar o seu destino
com as suas próprias mãos
Nasceu da necessidade
de sair da exclusão,
do sonho acalentado
de ser seu próprio patrão,
de se libertar enfim,
do julgo da exploração
Essa nova economia,
é fator de inclusão
está ajuntando excluídos
Criando cooperação
tirando do anonimato
transformando em cidadão.
É uma nova dinâmica,
Redesenhando o país
Onde havia gente triste
o povo hoje é feliz está
plantando, está colhendo
do jeito que sempre quis.
Seja no café, no almoço, na
merenda, no jantar
a mesa fica bonita dá gosto
de admirar
é a Economia Solidária
entrando aí no teu lar...
A arma do novo milênio
não é arma de verdade
não tem nem nome de arma
mas muda a sociedade
se cada um usar a sua,
a Solidariedade”

Luiz H.P. Silva

CAPÍTULO 2: CRESCIMENTO ECONÔMICO E DESENVOLVIMENTO DA MICRORREGIÃO DE IPORÁ.

Como muitas regiões brasileiras, a microrregião de Iporá demanda por alternativas, que a torne capaz de superar os entraves que impedem o desenvolvimento socioeconômico do seu território. A partir do pensamento de Santos (1979,p.10), para quem o espaço e a sociedade não podem ser compreendidos de forma separada, pois ambos são interdependentes, uma vez, que o espaço é fruto da racionalidade do homem, que vive em sociedade, bem como, toda sociedade gera seu próprio espaço como local para a reprodução da vida, e de Boisier (1996, p.12), para qual as formas de agir dos indivíduos de um território dependem substancialmente das ações que ocorrem em torno dele, percebeu-se a necessidade de produzir uma caracterização espacial e socioeconômica da microrregião de Iporá. Não se poderia compreender a emergência e a dinâmica dos empreendimentos solidários existentes nesta região, sem compreender a organização e o uso do seu espaço.

A caracterização da microrregião de Iporá foi construída a partir do levantamento de informações e dados secundários de fontes bibliográficas (livros, artigos de jornais, revistas) e de fontes estatísticas como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, Instituto Mauro Borges e do Atlas do Desenvolvimento Humano (2013) .Para melhor compreensão e organização dos dados quantitativos expostos nessa secção, os mesmos foram tratados e dispostos em tabelas criadas no editor de texto Word e em gráficos gerados no Excel, ambos pertencentes aos pacotes de *Softwares* da Microsoft Office Professional Plus, versão 2013.

Esse capítulo inicia-se com a contextualização histórica do processo de ocupação dos municípios que compõem a microrregião. Em seguida serão apresentados dados quantitativos que demonstram o perfil demográfico e econômico da microrregião. Após a apresentação desses aspectos, será exposta uma breve discussão sobre agricultura familiar, com base em dados do IBGE, oriundos do Censo Agropecuário 2006, por não haver nenhuma pesquisa estatística confiável sobre a temática, após esse período.

Falar da agricultura familiar na microrregião de Iporá se faz necessário pois, 41% dos empreendimentos solidários que realizam atividades de produção

e comercialização agrícola, são formados por agricultores familiares, como será levantado no capítulo seguinte.

O contexto histórico no qual se deu o processo de ocupação dos municípios da microrregião de Iporá está relacionado à corrida do ouro, especificamente à exploração de diamantes e ouro nos rios Claro e Pilões e com a vinda de famílias de outros estados, como Minas Gerais, Bahia e Paraná, atraídas pelas condições propícias das terras para realizar atividades agropastoris (IBGE, 2016).

Entretanto, na década de 1970, a região de Iporá passa por um processo de expansão e povoamento, com a chegada da rodovia GO 03, conhecida atualmente como GO 060, facilitando o acesso à capital Goiânia, que antes durava até dois dias (GOMIS, 2002, p.93,147).

Localizada na região Centro-Oeste do estado de Goiás (figura 3) a microrregião de Iporá abrange os municípios de Amarinópolis, Cachoeira de Goiás, Córrego do Ouro, Fazenda Nova, Iporá, Israelândia, Ivolândia, Jaupaci Moiporá e Novo Brasil, ocupando uma área territorial de 7.074,21 Km².

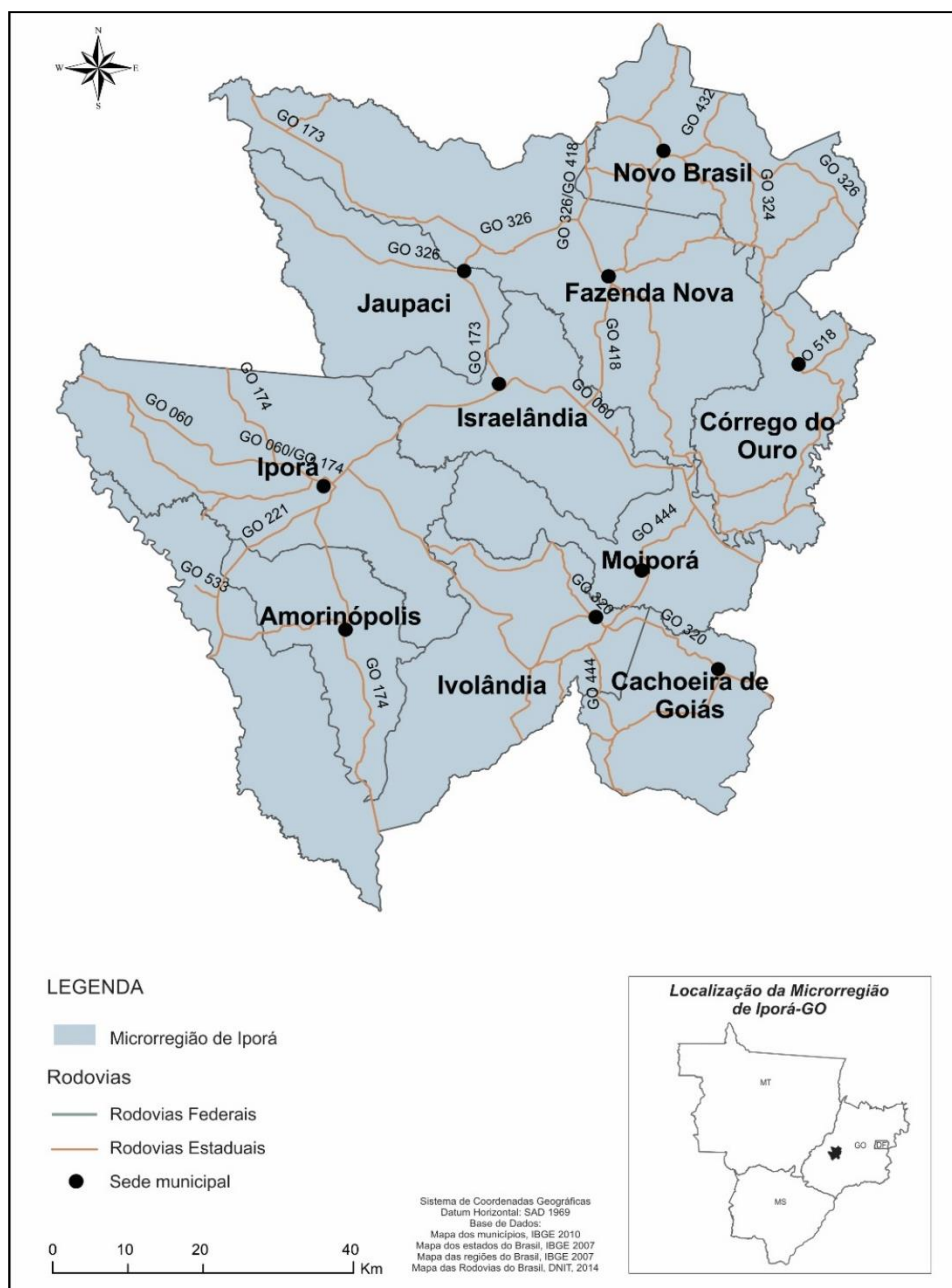


Figura 3: Mapa da Localização da microrregião de Iporá no Estado de Goiás e dos municípios que compõem a microrregião de Iporá.

Fonte: elaboração própria

A microrregião de Iporá possui uma população total de 59.086 habitantes (Figura 4), dessa população 79,8% residem na zona urbana e 20,2% na zona rural, a maior parte de seus moradores está no município de Iporá, que possui 32.169 munícipes, segundo estimativa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para o ano 2014. (INSTITUTO MAURO BORGES).

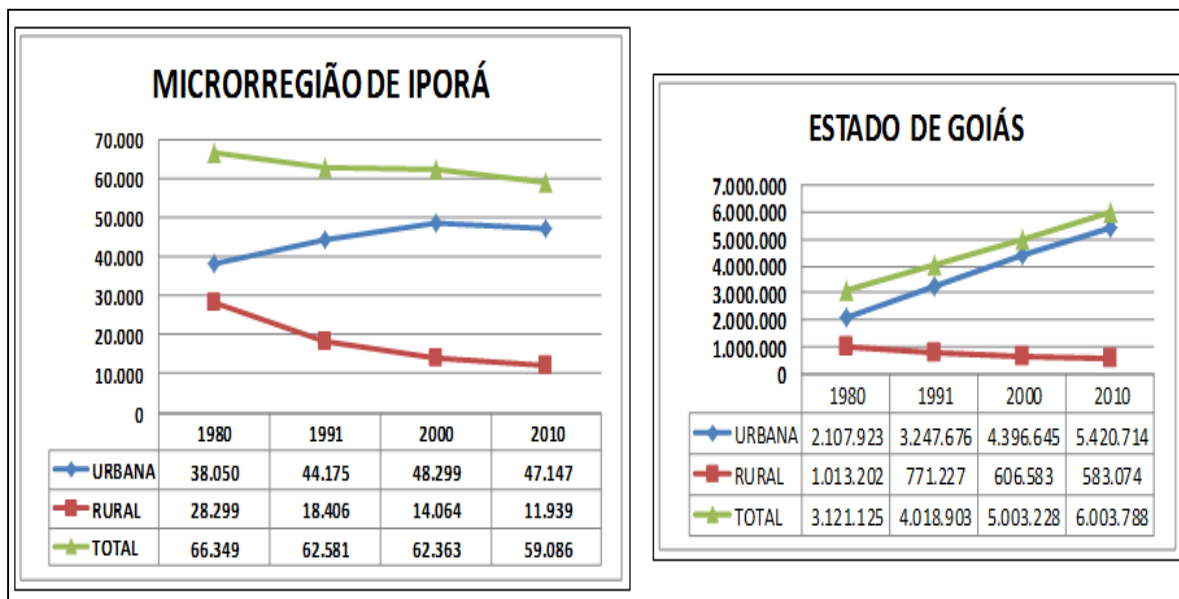


Figura 4: Evolução da população urbana e rural da microrregião de Iporá comparada ao crescimento populacional do estado de Goiás no período de 1980 a 2010.
Fonte: Instituto Mauro Borges, 2015.

Desta forma, analisando os dados percebe-se o crescimento do êxodo rural desde 1980 e a estagnação do crescimento populacional da microrregião entre 2000 e 2010. Para Alves e Rocha (2010, p. 279-280) o homem sai do seu local de origem acreditando que sua vida ou da sua família será melhor na zona urbana. Para os autores, migrar para cidade é uma decisão extrema, fundamentada na defasagem de renda entre o campo e a cidade.

Nesse sentido, a população rural da microrregião de Iporá migra para a zona urbana atraída pela oportunidade de obter uma renda superior a do campo e pelos benefícios que são oferecidos no espaço urbano, como educação, serviços de saúde, lazer, entre outros. Observa-se que os habitantes da zona rural fogem das deficiências de infraestrutura, da dificuldade de acesso a tecnologias e aos insumos para realizar suas atividades econômicas mais produtivas de forma competitiva.

Tabela 2: Evolução da taxa de crescimento populacional dos 10 municípios que compõem a microrregião de Iporá (2000-2010-2014).

MUNICÍPIOS	2000	2010	2014
AMORINÓPOLIS	-0,73	-1,38	-0,57
CACHOEIRA DE GOIÁS	0,48	-0,55	0,23
CÓRREGO DO OURO	-1,12	-1,21	-0,4
FAZENDA NOVA	-0,11	-1,14	-0,33
IPORÁ	0,59	-0,01	0,71
ISRAELÂNDIA	-1,22	-0,4	0,37
IVOLÂNDIA	-0,08	-1,16	-0,35
JAUPACI	0	-0,5	0,28
MOIPORÁ	-1,19	-1,37	-0,56
NOVO BRASIL	-1,52	-1,71	-0,91

Fonte: Instituto Mauro Borges Mauro Borges.

Percebe-se pelos dados da tabela que a evolução da população nos últimos trinta anos, não demonstra taxas de crescimento significativas. Nota-se que apenas 04 municípios (Jaupaci, Israelândia, Iporá e Cachoeira de Goiás) tiveram crescimento populacional entre 2010 e 2014. Porém, cabe ressaltar que em 2010 a taxa de crescimento populacional dos outros 09 municípios, também foi negativa, chegando ao índice 0,01 em Iporá, que possui a maior população da microrregião (INSTITUTO MAURO BORGES).

A paralisação na taxa de crescimento populacional é uma grande preocupação para a economia local, uma vez que, há uma grande evidência de fluxos de migração para algumas cidades da microrregião de Goiânia. Queiroz e Santos (2015, p.25), descrevem os motivos que levam a população a migrar para as cidades da microrregião de Goiânia.

a microrregião de Goiânia exerce efeito de atração sobre as demais microrregiões circunvizinhas, devido ao perfil urbano de suas atividades econômicas. Desta forma, esta microrregião exerce peso expressivo no processo de migração rural-urbano no interior do Estado de Goiás.

Observando a faixa etária da população (tabela 3) entre os anos 2000-2010, percebe-se uma redução acentuada entre a população de 19 a 39 anos (CENSOS DEMOGRÁFICOS, 2000 e 2010). Nessa faixa etária, o fluxo

emigratório ocorre, pois, a população deixa o local em que vive em busca de um curso superior ou por melhores oportunidades de emprego.

Tabela 3: Comparação da Faixa Etária da população da microrregião de Iporá e do Estado de Goiás 2000-2010.

FAIXA ETÁRIA	2000		2010	
	MICRORREGIÃO DE IPORÁ	ESTADO DE GOIÁS	MICRORREGIÃO DE IPORÁ	ESTADO DE GOIÁS
0 A 4	4.816	482.645	3.237	437.864
05 A 09	5.735	486.892	3.857	472.727
10 A 14	8.175	497.208	6.643	530.658
15 A 19	5.773	520.838	4.994	533.590
20 A 29	10.273	954.123	8.384	1.110.741
30 A 39	10.336	796.262	8.864	1.005.904
40 A 49	7.639	558.427	9.210	802.725
50 A 59	5.385	348.017	7.023	547.654
60 A 69	3.821	217.013	4.917	324.267
70 A 79	1.696	103.402	2.891	170.431
80 OU +	714	38.401	1.076	66.927

Fonte: IBGE-Censo Demográfico 2000 e 2010.

Desta forma, a população entre 50 e 59 anos em 2010, aumenta sua representação para 30,41%, e o percentual da população acima de 60 anos obtém um crescimento de 42,5% em relação a 2000. (Instituto Mauro Borges, 2000-2010). Os indicadores revelam que a população da microrregião está envelhecida. Cerca de 10, 5% dos habitantes de Iporá têm mais de 60 anos, característica que é evidenciada ainda mais, quando comparada a um município da microrregião de Goiânia, como Aparecida de Goiânia que possui 6,1% e a capital Goiânia 9,6% de habitantes com mais de 60 anos (IBGE- CENSO, 2010). Apesar de uma população envelhecida, outros fatores também contribuem para a estagnação econômica da microrregião estudada.

O município de Iporá é considerado polo comercial da microrregião estudada, atraindo a população dos municípios vizinhos instigada pela necessidade de usufruir de serviços inexistentes em seus municípios de origem, contribuindo para que o PIB (Produto Interno Bruto) do município de Iporá, seja o maior da microrregião, ocupando a 56ª posição no ranking estadual.

Em 2010, Iporá foi responsável por 45,8 % do PIB da microrregião, no mesmo ano o município de Cachoeira de Goiás teve o menor PIB, ocupando a

240ª posição no ranking em relação aos municípios goianos, seis posições acima do último colocado, uma vez que o Estado de Goiás possui 246 municípios. Na tabela 4 é possível verificar que a atividade econômica que mais contribui com o PIB é a de prestação de serviços (59,8%) seguida pela agropecuária (28,9%) e pela indústria (11,1%)

Tabela 4: Produto Interno Bruto a preços correntes, classificação, Valor Adicionado (VA) por atividade econômica e PIB per capita, dos 10 municípios da microrregião de Iporá-GO referente ao ano de 2010 (R\$ mil).

Municípios	Agropecuária	Indústria	Serviços	Valor adicionado	Impostos	PIB	Class.	PIB Per capita (R\$)
Cachoeira de Goiás	5.074	3.261	8.463	16.798	1.679	18.477	240	13.039
Córrego do Ouro	18.042	2.532	13.003	33.577	1.134	34.711	195	13.203
Fazenda Nova	25.295	6.638	32.456	64.390	2.516	66.905	137	10.590
Iporá	29.115	26.391	183.342	238.848	19.150	257.998	56	8.250
Israelândia	9.121	2.714	12.689	24.524	839	25.363	221	8.782
Ivolândia	18.833	1.968	12.106	32.907	901	33.808	198	12.696
Jaupaci	9.236	2.268	13.864	25.368	992	26.360	217	8.787
Moiporá	9.667	1.315	9.236	20.218	542	20.759	233	11.775
Novo Brasil	18.493	2.679	16.707	37.879	1.295	39.174	182	11.142
Amorinópolis	11.333	9.788	16.511	37.631	2.060	39.692	180	11.004
TOTAL	154.209	59.553	318.377	532.139	31.108	563.247		10.927

Fonte: Instituto Mauro Borges /Secretaria de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás, 2015.

Do ponto de vista econômico a SEGPLAN considera 50% dos municípios da microrregião de Iporá como economia de pequeno porte dinâmica (Novo Brasil, Moiporá, Amorinópolis, Córrego do Ouro e Cachoeira de Goiás), considera-se 20% dos municípios como economia de pequeno porte estagnada (Fazenda Nova, Jaupaci e Israelândia, Ivolândia) e 10% economia de pequeno porte com crescimento intermediário (INSTITUTO MAURO BORGES, 2012, p.10).

Todavia, em relação às propriedades da microrregião de Iporá, os dados do Censo (2006) demonstram que 69,6% das propriedades são de até 100 hectares, ocupando 17,5% da área, 27,9% são identificadas como

estabelecimentos de 100 a 1000 hectares distribuídos em 55,8% da área, enquanto 26,6% são ocupadas por propriedades que possuem mais de 1000 hectares. Comparando a área ocupada e o tamanho dos estabelecimentos agropecuários da microrregião de Iporá ao Estado de Goiás e a Região Centro-Oeste, percebe-se que não há grande concentração de terra nessa microrregião.

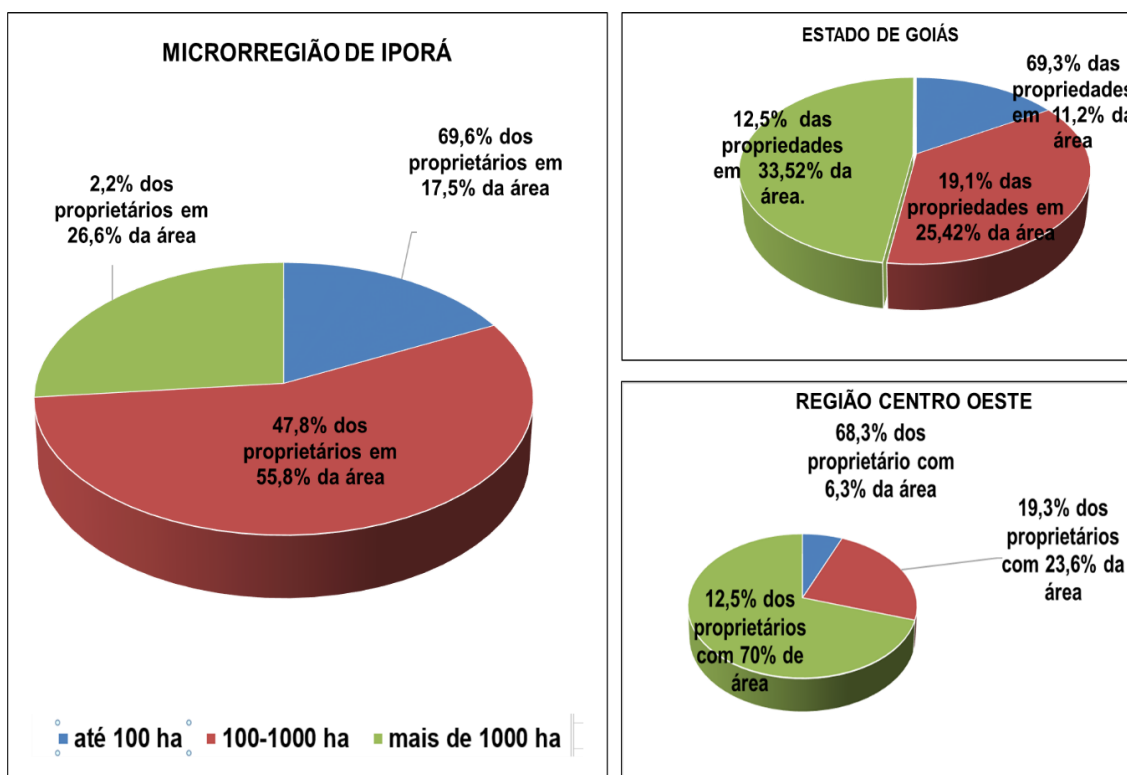


Figura 5: Área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários na microrregião de Iporá-GO. Fonte: IBGE/SIDRA—dados do Censo 2006.

Segundo (GOMIS, 2002, p.100-101) a expansão desse tipo de propriedade rural na região de Iporá está associada à política de reforma agrária regional adotada por Israel de Amorim³ nos anos de 1940 e 1950, que dividiu 80% das terras em áreas de 10 a 20 hectares. Motivado pelo interesse em tornar-se prefeito promoveu a reforma agrária no intuito de atrair pessoas para região e conseqüentemente aumentar o número de eleitores.

A produção de origem animal tem a criação de bovinos como principal atividade econômica, utilizando 70% (IBGE-CENSO AGROPECUÁRIO, 2006) da terra disponível para o manejo do gado, sobressaindo a produção de leite,

³ Era natural de Conceição do Araguaia (PA). Chegou à região de Iporá em 1926, atraído pelas terras ricas em diamantes do oeste goiano. Era comerciante de pedras preciosas, logo, tornou-se o homem mais rico de Iporá. Foi eleito prefeito em 1949 na primeira eleição para prefeito da cidade. Israel de Amorim foi a liderança política que mais contribuiu para com o município. Na década de 60 foi eleito deputado estadual suplente. Israel de Amorim faleceu em 1994.

mesmo com o aumento de vacas ordenhadas de 80.635 para 88.750 no período de 2010 a 2014, um aumento de 10,6 % em quatro anos. (IBGE- PESQUISA PECUÁRIA MUNICIPAL, 2014).

Todavia a atividade leiteira não é fácil para o pequeno produtor que investe e trabalha muito e não possui infraestrutura (energia elétrica, estradas pavimentadas) para comercializar o leite em escala e acaba vendendo a sua produção para os laticínios, que pagam valores inferiores ao justo, marginalizando o trabalho do pequeno produtor (SILVA, 2013).

Tabela 5: Evolução do Rebanho da microrregião de Iporá-GO de 2007 a 2013 por cabeça (em porcentagem).

Ano	Aves	Asininos	Bovinos	Bubalinos	Caprinos	Equinos	Suínos	Muare	Ovinos
2007	26,1	0,02	67,42	0,16	0,09	1,57	4,07	0,16	0,35
2008	23,49	0,02	70,11	0,16	0,09	1,59	3,93	0,18	0,39
2009	23,01	0,02	72,2	0,16	0,09	1,53	1,59	0,17	0,37
2010	23,01	0,02	73,12	0,18	0,1	1,45	1,59	0,16	0,34
2011	19,05	0,02	74,96	0,27	0,1	1,38	3,53	0,16	0,44
2012	18	0,03	76,43	0,27	0,09	1,29	3,24	0,16	0,44
2013	17,65	X	77,05	0,26	0,07	1,26	3,23	x	0,44
2014	16,21	X	78,85	0,22	0,06	1,25	2,97	x	0,44

Fonte: Adaptado do IBGE/ Produção Pecuária Municipal 2007-2014.

Obs.: Ao número de aves está somado o total de galináceos e codornas.

Observa-se nessa tabela que o crescimento do número de bovinos de 2007 a 2014 é constante, enquanto a produção de aves declina a cada ano na microrregião estudada.

Desta forma, apesar de Goiás ter sido responsável, 45,78% da produção de frangos do Centro-Oeste em 2014, segundo o IBGE, os produtores goianos que não estão inseridos em um sistema de produção por integração com uma agroindústria ou produção cooperativa, ainda enfrentam dificuldades para viabilizar o processo produtivo independente do frango, pois ainda é muito arriscado, devido à onerosidade dos recursos utilizados e no processo de produção dos frangos (FILHO E FRANÇA, 2003).

A explicação para a baixa eficiência produtiva na microrregião de Iporá está relacionada aos custos de produção nessa atividade devido à necessidade de infraestrutura para a produção e um manejo eficiente, principalmente em relação aos aspectos nutricionais, sanitários e reprodutivos (SAGRILO et al.,2003). Como a maioria das propriedades da microrregião são da agricultura familiar e não possuem capital para investir na produção, é comum que o manejo das aves seja realizado de forma extensiva, provocando um alto índice de mortalidade dos animais, principalmente nos primeiros meses de vida, tornando a produção de aves, uma atividade com baixa lucratividade e de alto risco. Quanto ao rebanho de asininos e muares, não é possível identificar sua evolução nos anos posteriores, pois não há disposição desses dados no IBGE.

Os principais produtos agrícolas cultivados na microrregião de Iporá são: soja, milho e a cana de açúcar. Os dados do IBGE indicam uma expressiva redução na produção de gêneros agrícolas na microrregião de Iporá de 2007 a 2013, como o arroz, a banana, a mandioca, milho (tabela 6).

Tabela 6: Evolução da Produção Agrícola da microrregião de Iporá - GO de 2007 a 2014 (toneladas).

Ano	Arroz	Banana	Cana de açúcar	Mandioca	Milho	Soja	Sorgo
2007	5,29	5,24	4,35	39,72	29,21	12,68	2,09
2008	5,86	5,67	5,89	37,40	29,22	12,84	1,68
2009	7,10	5,58	6,33	33,10	30,92	13,30	1,91
2010	7,41	5,07	6,40	33,48	29,35	13,99	1,50
2011	4,38	5,26	5,87	30,25	27,81	23,90	x
2012	4,70	5,61	5,11	27,45	25,65	28,97	x
2013	1,42	1,08	60,00	12,07	9,79	14,47	x
2014	1,15	1,24	51,65	10,06	6,99	27,91	x

Fonte: Adaptado do IBGE.

Entretanto, os motivos que estão provocando o declínio na produção agrícola, ainda não são certos, principalmente da mandioca, pois a baixa produtividade local tem inviabilizado a fabricação da farinha de mandioca e do polvilho, que fazem parte da alimentação de subsistência e cultural da população de toda microrregião, aumentando o preço dos produtos ao consumidor final, “com isso, de exportadora de farinha a região de Iporá passou a ser importadora.

Farinha de baixo custo está chegando do Estado de Mato Grosso” (JORNAL OESTE GOIANO, 2014).

A queda na produção da mandioca não é uma particularidade da microrregião de Iporá, dados da CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) de 2010 a 2014, demonstram que a área plantada da mandioca tem diminuído em todas as regiões brasileiras, devido ao pessimismo provocado pela instabilidade do preço pago ao produtor pela raiz da mandioca que não compensa os custos de produção. Em junho de 2015, a raiz da mandioca, chegou a ser negociada a R\$130,00, 38,67%, a menos que o preço do mesmo período no ano de 2014. Essa instabilidade tem desanimado os produtores e levado os mesmos a cultivar outros produtos com maior retorno de mercado como a soja (Associação Brasileira dos Produtores de Amido de Mandioca-ABAM, 2016).

Desta forma, percebe-se na tabela acima, o aumento constante da produção de soja e um imenso crescimento da cana de açúcar, resultante do acesso à mecanização e à tecnologia de ponta, provocando pouca ocupação nas áreas de cultivo.

É perceptível que mesmo com o avanço econômico provocado pela agropecuária e pelo setor de serviços, a microrregião não demonstra um nível de desenvolvimento considerável. Os municípios que a compõem apresentam índices de desenvolvimento muito inferiores, quando comparados à média estadual e nacional.

Na tabela 7, é possível identificar municípios que possuem IDHM (índice de Desenvolvimento Humano) considerado alto pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), porém ocupam posição inferior a 100ª posição no ranking estadual.

Tabela 7: Comparação de indicadores socioeconômicos entre os 10 municípios da microrregião de Iporá-GO e a posição dos mesmos no ranking estadual e nacional de desenvolvimento humano em 2013.

MUNICÍPIOS	IDHM	RANKING ESTADUAL	RENDA PER CAPITA DOMICILIAR	RANKING NACIONAL	% DE POBRES	RANKING NACIONAL	ÍNDICE GINI	RANKING NACIONAL
Amorinópolis	0,696	177 °	R\$ 523,25	2.397 ^o	9,54	1.872 ^o	0,41	591 ^o
Cachoeira de Goiás	0,711	37 °	R\$ 549,16	2.178 ^o	9,82	1.909 ^o	0,47	2.157 ^o
Córrego do Ouro	0,685	159 °	R\$ 608,31	1.727 ^o	9,59	1.885 ^o	0,48	2.504 ^o
Fazenda Nova	0,704	163	R\$ 519,87	2.420 ^o	11,14	2.420 ^o	0,45	1.543 ^o
Iporá	0,743	15 °	R\$ 757,39	807 ^o	6,36	1.235 ^o	0,51	3.513 ^o
Israelândia	0,681	79 °	R\$ 498,82	2.573 ^o	7,55	1.514 ^o	0,43	1.015 ^o
Ivolândia	0,699	98 °	R\$ 551,05	1.162 ^o	6,87	2.162 ^o	0,45	1.547 ^o
Jaupaci	0,689	149 °	R\$ 479,14	2.706 ^o	11,44	2.157 ^o	0,41	595 ^o
Moiporá	0,727	128 °	R\$ 461,94	2.817 ^o	16,87	2.689 ^o	0,43	1.016 ^o
Novo Brasil	0,686	115 °	R\$ 588,85	1.879 ^o	5,31	977 ^o	0,43	1.019 ^o

Fonte: PNUD -Atlas do Desenvolvimento Humano (2013) e IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia Estatística.

Em 2010, dos 10 municípios da microrregião, Iporá possuía a maior renda per capita (R\$757,00) ocupando a 807^a posição no ranking nacional dos municípios. Moiporá apresentava o menor rendimento (R\$461,94), atingindo a 2.817^o posição. Simultaneamente, este mesmo município dispõe da maior porcentagem de pobres da região (16,87%). A concentração de renda dos 10 municípios varia entre 0,41 a 0,51. Amorinópolis e Jaupaci são os municípios que demonstram menor índice Gini (Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013).

Portanto, partindo da análise dos resultados do Censo Demográfico 2000 e 2010, do Censo Agropecuário de 2006, do Instituto Mauro Borges, do PNUD, indubitavelmente, pode-se afirmar que a conjuntura atual da microrregião não é de desenvolvimento, mas de estagnação, impactando de forma silenciosa a população, provocando esvaziamento populacional, violência, segregação sócio - espacial e etc.

O conjunto de dados contidos nesse estudo sobre a microrregião de Iporá é necessário e relevante para compreender o contexto histórico, econômico e social em que surgem em Iporá empreendimentos ligados à

Economia Solidária, uma prática utilizada como alternativa na estagnação econômica, capaz de gerar renda e a ressignificação do trabalho.

2.1. A agricultura familiar na microrregião de Iporá: algumas questões importantes.

Desde a inclusão da agricultura familiar na agenda política do Brasil, na década de 90, essa categoria tem sido alvo de intensas discussões que envolvem tanto sua delimitação conceitual, quanto as perspectivas e desafios para o futuro.

Na verdade, definir agricultura familiar, gera um intenso campo de reflexão devido as características singulares e a diversidade de suas atividades e dos atores envolvidos nesse processo. São inúmeras as nomenclaturas criadas para definir esse grupo social, por muitos agentes da área científica, política e econômica como é relatado por Abramovay (1998, p.146)

A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho, vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional. É perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiar) estão presentes em todas elas.

Não se quer aqui estudar a diversidade e a densidade do conceito de agricultura familiar como faz Wanderley (2003). Para ela a produção de caráter familiar, não é apenas uma simples característica desse modelo de produção, pois a associação família, trabalho e produção interferem diretamente no comportamento dessas estruturas diante das dimensões econômicas e sociais.

O Censo Agropecuário registrou, em 2006 no Brasil, a existência 5.175.489 propriedades rurais, das quais uma área 80.102.694 hectares são de estabelecimentos da agricultura familiar. Por meio desses dados é possível observar uma disparidade, apesar da 84,36% dos estabelecimentos serem da agricultura familiar, ocupam apenas 80.102.694 hectares, o que equivale apenas a 24,01% de área de produção agrícola, ou seja, há um pequeno número de

estabelecimentos utilizando uma extensa quantidade de terras produtivas para grandes explorações agrícolas. A desigualdade na distribuição de terras agrícolas é uma situação comum nos países em desenvolvimento com menor renda, principalmente na América Latina e no Caribe (LOWDER e SKOET, 2014, p.19). Porém, essa realidade foi superada pelos países desenvolvidos por meio da democratização do acesso a terra, implicando não apenas em vantagens econômicas, como também benefícios sociais (RAMOS, 2012, p.111-112).

A produção agrícola familiar produz cerca 70% dos alimentos consumidos pelos brasileiros, apesar das limitações provocadas pela modernização da agricultura no Brasil. Com a intensificação desse processo e com políticas de Estado como o POLOCENTRO (Programas de Desenvolvimento dos Cerrados) e PRODECER (Programas de Cooperação Nipo-brasileira) para o Desenvolvimento dos Cerrados, estabelecidas para fomentar a produção em grande escala, a produção agrícola do Cerrado Goiano voltou-se para o mercado de exportação de *commodities*, desestruturando a capacidade produtiva e de comercialização da agricultura familiar, provocando transformações nas relações de trabalho e a fragilização econômica e social dos produtores dessa categoria, motivando o esvaziamento rural e conseqüentemente as aglomerações nos grandes centros urbanos (SILVA, 2013, p.75; MOYSÉS e SILVA, 2012, p.35 e 49).

Os dados do Censo 2006 contribuem para a compreensão realidade da microrregião de Iporá que também vem sofrendo com a modernização da agricultura, as transformações sócio espaciais e as organizações que sucedem nessa microrregião.

A microrregião de Iporá possui 4.323 estabelecimentos agropecuários dos quais 2.607 (60,31%) pertencem à agricultura familiar, abrangendo uma área de produção de 95.775 hectares (15,4%), demonstrando que a área utilizada para a produção agrícola familiar é consideravelmente pequena, uma vez que a agricultura não familiar dispõe de 84,6% da extensão da área disponível.

No entanto entre todos os estabelecimentos com produção familiar pesquisados pelo Censo Agropecuário em 2006, 79,2% declararam não serem associados a cooperativas e associações, 25,1% a mais quando se compara às propriedades da agricultura não familiar que não participam de organizações associativas (54,08%), evento detectado também por Carvalho et al. (2014) em seu estudo sobre os produtores rurais de Iporá e região, em que de 240

entrevistados 40,4% fazem parte de cooperativas e 30,8% são membros de associações e apenas 42,9% dos produtores recebem assistência técnica. Para o autor citado esses resultados demonstram que os produtores rurais de Iporá “exercem suas atividades agropecuárias de forma isolada e desarticulada o que pode influir principalmente no acesso ao mercado. ”

Tabela 8: Número de estabelecimentos, área ocupada em hectares, valor de produção, o número de pessoas ocupadas pelo segmento da agricultura familiar e participação da mesma na produção agropecuária no Brasil, Centro Oeste, Goiás e na microrregião de Iporá no ano de 2006.

	Brasil (A)	Centro Oeste (B)	Goiás (C)	Microrregião de Iporá (D)	Porcentagem da agricultura familiar no total			
					(A)	(B)	(C)	(D)
Estabelecimentos (Em Unidades)	4.366.267	217.022	88.326	2.607	84,36	68,35	65,09	60,31
Área ocupada (Hectares)	80.102.694	9.350.556	3.317.908	95.775	24,01	8,88	12,69	15,4
Valor de produção (Em reais)	59.222.203	4.187.149	1.708.114	44.377	36,11	14,52	19,23	38,9
Pessoal ocupado (Unidades)	12.323.110	530.937	212.800	6.278	74,83	52,58	56,93	51,24

Fonte: IBGE- SIDRA (Dados do Censo Agropecuário 2006, FÃO e do INCRA)

Em termos do valor de produção a microrregião de Iporá é a terceira com menor valor de produção entre as 18 microrregiões do Estado de Goiás. A agricultura familiar não se configura numa participação protuberante no valor de produção, sendo responsável por apenas 38,9% do valor produzido pelo segmento agrícola na microrregião de Iporá, representando 2,5% sobre o total do montante produzido pelo Estado de Goiás.

Assim, atribui-se à produção animal como a atividade da agricultura familiar com maior contribuição no valor total da produção desse segmento, correspondendo a 85,4, % sobre o valor total da produção familiar, seguido da produção vegetal (14,4%).

A agricultura familiar é responsável por nove dos principais produtos da microrregião de Iporá). Atribui-se a ela 95,22% (399 toneladas) da produção total de hortaliças. Entre as mais produzidas estão a alface (135 toneladas), a abobrinha (60 toneladas), a pimenta (52 toneladas) e o tomate estaqueado (41 toneladas). Também se produz 80,42% de arroz (304 toneladas), embora o

número de estabelecimentos desse gênero alimentício (1,68%) seja pequeno. Entre os vegetais mais produzidos destacam-se a cana de açúcar (15.416 toneladas), o milho (2.359 toneladas) produzido por 11,77% dos estabelecimentos e a mandioca (1.452 toneladas) (CENSO AGROPECUÁRIO, 2006).

Com relação à produção animal, a criação de gado de corte apresenta menor participação na agricultura familiar (28%), enquanto a atividade leiteira a produção familiar detém 40% do leite produzido (30.286.830l), ou seja, cada propriedade produz mensalmente 968,125l (CENSO AGROPECUÁRIO, 2006).

Porém, considerando o valor de R\$ 0,95, como média de preço pago aos produtores de leite por litro em 2015, conforme foi divulgado pelo CEPEA (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada) (CENTROLEITE, 2016) este é o menor valor pago desde 2010, ou ainda, o valor pago pela COOPROL (Cooperativa dos produtores de leite de Iporá) de R\$ 0,90 em 25 de dezembro de 2015 (OESTE GOIANO, 2015), cada família teria na época receita média oriunda do leite de R\$ 895,51, um pouco mais de um salário mínimo. A expectativa em possuir uma renda mensal estável e a fácil absorção desse produto no mercado interno pelos consumidores e, principalmente pelos laticínios, incentivando o aumento da atividade leiteira, mesmo viabilizando uma renda pequena aos agricultores familiares, eles conseguem com a receita do leite, liquidar despesas básicas. Com o desejo de aumentar a produtividade e conseqüentemente a renda, acabam por explorar excessivamente o meio ambiente e a força de trabalho doméstico que detêm, tornando o processo produtivo predatório, resultando na evasão dos jovens das propriedades (SILVA, 2012,103-104).

Outra atividade praticada na agricultura familiar é a criação de aves e suínos que é praticada pelo maior número de estabelecimentos familiares, contabilizando 75% da quantidade produzida de aves (98.285 cabeças) em 82,25% dos estabelecimentos familiares e 67,23% da produção de suínos (19.762 cabeças) em 61,65 % das propriedades. Observa-se que entre os principais gêneros alimentícios da agricultura familiar encontram - se alimentos direcionados para o autoconsumo da propriedade e para a comercialização no mercado local como leite, mandioca, suínos, aves, etc.

Sendo assim, em relação às atividades realizadas pela agricultura familiar nota-se que há um misto de produção gêneros da lavoura temporária e

da produção animal, entretanto, as informações exibidas na tabela acima indicam a existência de uma concentração produtiva nesses estabelecimentos, uma vez que em muitas propriedades da agricultura familiar concentram-se a bovinocultura de leite (77,5% das propriedades), apesar de possuir baixa participação (39,24%) no total do valor da produção da microrregião de Iporá e na criação de suínos. A pecuária e a criação de outros animais envolvem juntas 5.383 pessoas.

A diversificação produtiva, por meio das atividades integradas ou combinadas, provoca impactos positivos para o agricultor familiar, permitindo a potencialização dos recursos disponíveis, o aumento da renda, a redução dos prejuízos provocados pelos fatores climáticos e pela oscilação de preço nos mercados (Dogeraldine, 2007, p.25; Grisa, et al., p.169) e assegura uma alimentação mais variada para a família. Nesse contexto, a inserção de outras atividades produtivas como a agregação de valor ao leite por meio da fabricação de queijos e iogurtes, o manejo sustentável das reservas legais (Diniz, 2014, p.243;) e o cultivo e a extração de frutos naturais do cerrado goiano, para a fabricação de doces, geleias, licores, sorvetes, óleos, etc. além de serem fontes de vitaminas, fibras e proteínas certamente podem contribuir não só para o desenvolvimento socioeconômico dos agricultores familiares, quanto para a conservação do cerrado e dos valores culturais inseridos na culinária local (ABRAMOVAY, 2000).

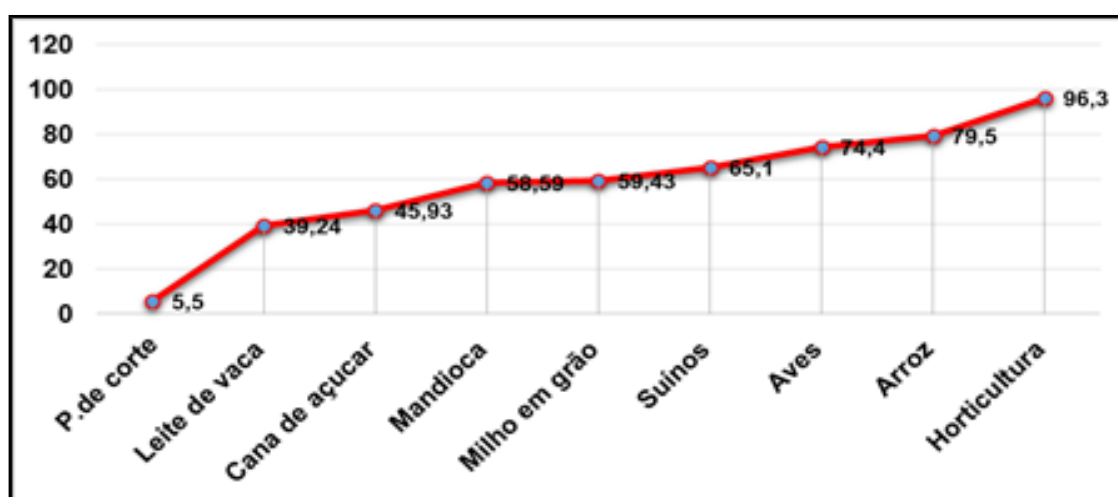


Figura 6: Participação no valor bruto de produção (VBP) da microrregião de Iporá-GO referente a 9 produtos da agricultura familiar.

Fonte: IBGE- SIDRA (Dados do Censo Agropecuário 2006, FAO e do INCRA).

Pela análise do gráfico percebe-se que quanto à participação no valor bruto de produção da microrregião os produtos que mais se destacam são a horticultura (96,3%), o arroz (79,5%) e a produção de aves (74,4%), de suínos e com menor participação a pecuária de corte (5,5%), leite de vaca (39,24%) e a cana de açúcar (45,93%). Outro ponto a ser considerado nesse item é a renda agrícola familiar da microrregião de Iporá, que é inferior em comparação ao segmento não familiar, cerca de 57,4% (1.498 propriedades) dos estabelecimentos da agricultura familiar possuíam em 2006 uma renda anual menor que R\$ 10.500,00, ou seja, uma renda menor que R\$ 875,00 ao mês. Esse grupo de agricultores ocupa 79,1% de toda área ocupada pelos agricultores não familiares com o mesmo rendimento, abarcam apenas 7,8%.

Tabela 9: Renda anual dos estabelecimentos da agricultura familiar e não familiar por área de estabelecimento na microrregião de Iporá-GO (2006) em Reais.

RENDA	AGRICULTURA FAMILIAR	AGRICULTURA NÃO FAMILIAR
Menos de R\$ 10.500	75.796	41.496
Mais de R\$ 10.500 a R\$ 28.000	52.678	45.917
Mais de R\$ 28.000 a R\$ 52.500	18.511	26.562
Mais de R\$ 52.500 a R\$ 96.250	11.763	42.399
Mais de R\$ 96.250	4.304	78.753

Fonte: Fonte: IBGE- SIDRA ((Dados do Censo Agropecuário 2006, FAO).

A discrepância é ainda mais acentuada quando se compara a área ocupada entre os grupos que possuem renda acima de R\$ 96.250,00 somente 5,6% da área possui famílias com renda nesse valor.



Economia Solidária, Trabalho Emprego e Renda

...São assim os nossos encontros

Com prosa e diversão

Repleto de alegrias

E cheios de emoção

Para poder transferir

O que vem do coração.

Nessa alegria constante

O grupo se fortalece

Convida a sociedade

Pra ver o que acontece Com proposta de mudança

A economia agradece.

Clube de troca e serviço

Ideia renovadora

Pela reciprocidade

Da classe trabalhadora

Trabalho emprego e renda

Numa ação motivadora.

Na base da união

Na força de cooperar

O associativismo

Modifica o seu pensar

Fortalece a agricultura

De base familiar...

Lindicássia Nascimento⁴

⁴ Lindicássia é poetisa popular. É sócia fundadora da Sociedade dos Poetas de Barbalha-CE, é técnica em Fruticultura Irrigada e agricultora familiar.

CAPÍTULO 3: OS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS DA MICRORREGIÃO DE IPORÁ-GO.

Após a determinação do ambiente socioeconômico da microrregião de Iporá, este capítulo discorrerá sobre as experiências, gargalos e desafios enfrentados pelos empreendimentos da economia solidária neste cenário. Para isso, optou-se inicialmente por fazer uma caracterização do perfil dessas organizações, por meio da coleta e interpretação de dados secundários fornecidos pelos Atlas Digital da Economia Solidária. Posteriormente serão retratadas algumas experiências dessa prática encontradas nessa área de estudo. Embora a investigação realizada demonstre a existência de empreendimentos associados a diversas categorias de atividades econômicas na microrregião de Iporá, optou-se por elencar experiências de empreendimentos solidários, voltados para a produção e comercialização de produtos da agricultura familiar, por possuírem maior expressão na área estudada. Nesse intuito, buscou-se uma aproximação com alguns empreendimentos solidários como COOPERCOISAS (Cooperativa dos Produtores Rurais de Iporá e Região), COOMAFIR (Cooperativa Mista da Agricultura Familiar da Região de Iporá e Região) e de algumas iniciativas promovidas por eles como a gestão compartilhada do centro de comercialização de Iporá e a reestruturação do Banco Pequi.

Para a elaboração desse capítulo foi primordial a construção de uma interação com os empreendimentos solidários e com os atores envolvidos nessas organizações, para diagnosticar as necessidades e problemas enfrentados por eles, por esse motivo, elegeram-se algumas técnicas individuais de coleta de dados do Diagnóstico Rápido Participativo entre elas: a observação não participante, entrevistas não estruturadas e entrevistas semiestruturadas.

Desta forma, procurou-se fazer um apanhado de dados e informações secundárias sobre os empreendimentos solidários da microrregião de Iporá, com o objetivo de obter referenciais que permitissem explorar e comparar a dinâmica dessas organizações ao longo da construção histórica de suas trajetórias, o que

não foi possível, pois não existem produções científicas sobre o desenvolvimento de empreendimentos econômicos solidários nessa microrregião.

Entretanto, em um segundo momento, foram feitos os primeiros contatos com os empreendimentos solidários, por meio de conversas informais com alguns representantes, daí em diante foi possível estabelecer um convívio com esses empreendimentos por meio da participação em reuniões e encontros com os produtores, parceiros e autoridades do poder público em grupos de trabalhos, visita técnica a outros empreendimentos, viabilizando a coleta de informações por meio da observação não participante e da aplicação de entrevista não estruturada e a semiestruturada.

A entrevista não estruturada é livre, um diálogo informal, que se sustenta por meio de perguntas abertas, levando o entrevistado a falar sobre o assunto que se pesquisa, sem se sentir forçado e constrangido a responder, obtendo informações mais próximas das práticas realizadas por eles (MARKONI e LAKATOS,2003, p.197; BASTOS,2008, p.99).

Na entrevista semiestruturada é proposto um conjunto de perguntas abertas pré-estabelecidas em um roteiro ao entrevistado, porém o entrevistador permite o entrevistado falar de forma mais ampla sobre o tema abordado, pode ser realizada com pessoas de forma individual ou em grupos (BASTOS,2008, p.99).

Sendo assim, a familiaridade com os empreendimentos ao longo da pesquisa possibilitou a aplicação desses tipos de entrevistas com os atores dos empreendimentos solidários, por melhor se adequarem ao perfil dos entrevistados, que se sentiam mais à vontade e mais livres para responder as perguntas, do que se fossem responder questionários. Por meio dessas entrevistas, foi possível identificar os problemas enfrentados pelos empreendimentos solidários apontados neste estudo.

Em seguida, foram realizadas entrevistas com agentes de instituições externas aos empreendimentos solidários como coordenadores de merenda escolar de escolas estaduais e municipais, comerciantes, que mantêm laços com esses empreendimentos, no intuito de compreender como essas organizações são vistas por esses agentes, identificar seu papel para essas instituições e a existência de obstáculos nas relações estabelecidas entre eles.

3.1.O perfil dos empreendimentos solidários da microrregião de Iporá-GO.

De acordo com a Atlas Digital da Economia Solidária (2013), Goiás possui 843 empreendimentos solidários (EES) em 127 municípios goianos. Em Goiás, já existiam manifestações desse tipo de atividade em 1966, porém em outra realidade política, econômica e social. De todos os empreendimentos existentes em Goiás, 95% iniciaram suas atividades em 1990 (ARRIEL e COSTA, 2014).

Todavia, a microrregião de Iporá possui 52 empreendimentos solidários, um aumento de 30,76% em relação ao ano de 2007. Desses grupos 76,92% atuam na zona urbana, 13,46% realizam suas atividades na zona rural e 9,61% operam na zona rural e urbana (ATLAS DIGITAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2013).

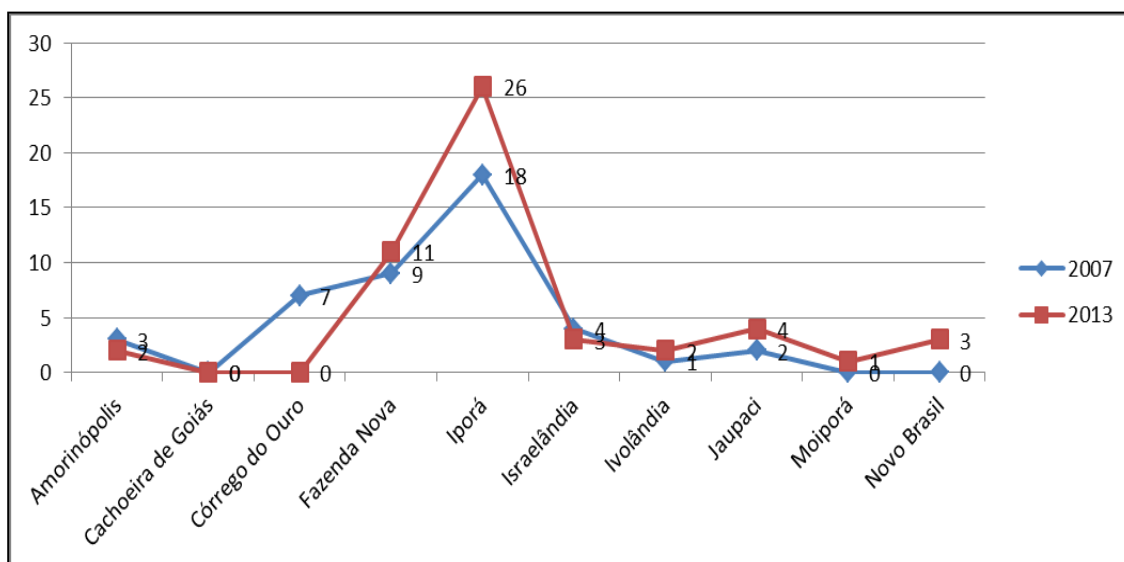


Figura 7: Evolução do número de empreendimentos solidários de 2007 a 2013 na microrregião de Iporá-GO.

Fonte: Atlas da Economia Solidária (2007) e Atlas Digital da Economia Solidária (2013).

Estão associados a esses empreendimentos 2.464 pessoas, 1.062 homens e 1.402 mulheres. A inserção das mulheres nas relações de trabalho tem sido uma grande conquista, porém a mulher ainda sofre com a desvalorização do trabalho e com a desigualdade salarial. É interessante ressaltar a importância do trabalho feminino na construção dos EES da microrregião de Iporá. Das mulheres associadas, 21,18% ocupam cargo de direção ou coordenação (ATLAS DIGITAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2013).

Os motivos que levam as pessoas a se organizarem em empreendimentos solidários na microrregião de Iporá (Quadro 2), estão relacionados à renda, reafirmando a proposição de Gaiger (2003, p.182) de que o aumento das organizações solidárias é reflexo da falta de emprego e das condições de trabalho extremamente suscetíveis. Na microrregião de Iporá, entre as principais justificativas para o surgimento dessas organizações, 43 empreendimentos dos 52 empreendimentos, existentes na área pesquisa, declararam que as empresas autogeridas oferecem ao associado a possibilidade de auferir maior ganho, 36 revelaram que buscam uma fonte complementar de renda, o que é compreensível, pois, em média a renda per capita da microrregião é de R\$ 806,15⁵ valor que está 31,25% abaixo da média do Estado de Goiás. Entretanto, 23 dessas iniciativas nasceram pelo desejo de desenvolver a comunidade otimizando potencialidades e capacidades locais existentes na microrregião. (PNUD/ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2013).

Quadro 2: Motivos para a criação de EES na microrregião de Iporá-GO.

MOTIVAÇÃO PARA A CRIAÇÃO DOS ESS	Nº DE EMPREENDIMENTOS
Obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo	43
Uma fonte complementar de renda para os (as) associados	36
Alternativa ao desemprego	31
Desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades	23
Desenvolvimento de uma atividade onde todos (as) são donos (as)	19
Incentivo de política pública (governo)	6
Condição exigida para ter acesso a financiamento e outros apoios	5
Possibilidade de atuação profissional em atividade específica	4
Motivação social, filantrópica ou religiosa.	5
Recuperação de empresa privada que faliu em processo falimentar	3
Produção ou comercialização de produtos orgânicos ou ecológicos	3
Alternativa organizativa e de qualificação	2
Organização econômica de beneficiários de políticas	2
Fortalecimento de grupo étnico	2

Fonte: Atlas Digital da Economia Solidária, 2013.

⁵ Valor atualizado de 12/2010 a 06/2016 utilizando o IGP-M (FGV) Índice Geral de Preços do Mercado a partir de 06/1989.

A maior parte dos EES está organizada em associações (80,76%), em cooperativas (9,61%) e grupos informais (9,61%). Índice que pode estar relacionado a Lei 5.764/71 que define a Política Nacional de Cooperativismo, instituindo o regime jurídico das sociedades cooperativas, estipulando algumas restrições às cooperativas como no artigo 6º, determinando o número mínimo de 20 pessoas associadas para a instituição de uma sociedade cooperativa, impedindo a formação de pequenas cooperativas, além de alguns critérios exigidos para a legalização e autorização de funcionamento, de acordo com os parâmetros estabelecidos no artigo 17.

Art. 17. A cooperativa constituída na forma da legislação vigente apresentará ao respectivo órgão executivo federal de controle, no Distrito Federal, Estados ou Territórios, ou ao órgão local para isso credenciado, dentro de 30 (trinta) dias da data da constituição, para fins de autorização, requerimento acompanhado de 4 (quatro) vias do ato constitutivo, estatuto e lista nominativa, além de outros documentos considerados necessários (LEI N º 5.764 DE 16 DE DEZEMBRO DE 1971)

Portanto, para que as cooperativas adquiram o direito de desempenhar suas atividades na sociedade é necessário que se faça o registro na junta comercial, no caso das cooperativas goianas esse registro é feito pela Junta Comercial de Goiás (JUCEG) mediante a apresentação de uma lista de documentos e do pagamento da Guia de Recolhimento de Serviços da Junta Comercial no valor de R\$ 475,00 e da taxa de inscrição relativa ao Cadastro Nacional de Sociedade Mercantil por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF) no valor de R\$ 21,00 (JUCEG, 2015). Essa burocracia estabelecida pela Lei em vigor tem se tornado uma barreira para a abertura de sociedades cooperativas, devido aos grupos, principalmente aqueles mais comedidos, não possuírem noções jurídicas, circunstância que os obriga a contratar um advogado, inviabilizando a legalização das cooperativas (OLIVEIRA, 2010, p.24).

Conforme o Atlas Digital da Economia Solidária (2013), 84,61% dos empreendimentos da microrregião apresenta como principal atividade econômica a produção ou comercialização de produtos agrícolas, evento explicado pela categoria social a que pertencem os indivíduos envolvidos nessas

organizações. Nesse caso 41% são formados por produtores da agricultura familiar.

As dificuldades encontradas pela maioria dos empreendimentos da microrregião estudada são a falta de capital de giro, falta de estrutura física para a comercialização, a precariedade das estradas usadas para o escoamento das produções, alto custo de transporte, a concorrência e os atravessadores e a regulamentação para a venda dos produtos (ATLAS DIGITAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2013).

A falta de capital de giro é uma ameaça para esses empreendimentos, uma vez que já emergem com escassez de capital, principalmente para aqueles que realizam atividades agrícolas, visto que esse tipo produção exige a compra de muitos insumos e produtos, além de custos com a armazenagem e com o processamento da produção, exigindo a aplicação numerosa de capital (BIALOSKORSKI NETO, 2012, p.60). A disponibilidade de capital de investimento também é importante para o seu desenvolvimento.

Assim, por falta de recursos para investir, apenas 17,3% dos 52 empreendimentos solidários lograram fazer investimentos para a compra de equipamentos e estrutura física. Dados do Atlas Digital da Economia Solidária (2013) revelam que apenas 2 empreendimentos buscaram e obtiveram crédito no ano de 2013. Em Goiás, os 22,7% dos empreendimentos reclamam da dificuldade de auferir crédito dos agentes financeiros, 15,9% reclamam da falta de apoio para elaborar o projeto e 14,6% reclamam da falta de linha de crédito.

Quanto a localização dos EES pertencentes a microrregião de Iporá, 50% (26/52) estão localizados no município de Iporá, estando organizados em associações (69,23%), cooperativas (11,53%) e grupos informais (19,23%), formados por agricultores familiares e artesãos, possuindo como atividade econômica a produção ou comercialização (77%), a comercialização ou organização da comercialização de cereais, verduras, produtos processados como mel, farinha, rapadura e polpa de frutas (3,84%), atividades voltadas para o crédito e finanças solidárias (7,7%) e prestação de serviço(11,5%). Os produtos desses empreendimentos são vendidos em feiras, direto para o consumidor final em centros de comercialização (figura 8) ou em espaços físicos próprios em que são realizadas vendas a órgãos governamentais, atacadistas e a empresas privadas ou ainda em feiras da economia solidária (figura 9).



Figura 8: Feira livre realizada aos Domingos no período da manhã no centro da cidade de Iporá.

Fonte: arquivo da pesquisa (2015)



Figura 9: Feira da Economia Solidária localizada no Centro de Comercialização de Iporá.

Fonte: arquivo da pesquisa (2015)

Para os EES iporaenses as maiores dificuldades enfrentadas na comercialização são as ações dos atravessadores, o custo elevado dos transportes, a falta de registro sanitário, falta de capital de giro e pela dificuldade em manter a regularidade do fornecimento (Atlas Digital da Economia Solidária, 2013).

No balanço financeiro, apenas 3,8% dos 26 empreendimentos não conseguiu ter saldo positivo e não puderam honrar suas dívidas; 96,1% tiveram saldo positivo, todavia 46,1% geraram excedentes aplicados em fundos de reservas de segurança, investimento e de apoio a outros empreendimentos solidário (ATLAS DIGITAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2013).

No município de Iporá alguns empreendimentos solidários notabilizam-se em toda a microrregião por suscitaram experiências empíricas consequência de resultados positivos locais, ratificando a viabilidade e a eficácia desses empreendimentos, isto não quer dizer que essas iniciativas sejam perfeitas e não tenham problemas e desafios a serem superados.

Porém, antes de versar sobre as ESS que têm sobressaído aos embaraços suscitados por diversos obstáculos, gerando externalidades positivas para o desenvolvimento local de seus atores, é importante compreender que os conceitos viabilidade e eficácia para as organizações solidárias, possuem significados antagônicos daqueles compreendidos pelas empresas privadas. Esses dois termos similarmente são utilizados para avaliar o desempenho organizacional de empresas privadas. Gaiger (2000, p.180-181) faz a seguinte reflexão sobre o significado desses dois termos, proclamando que o conceito de viabilidade aplicado aos ESS está à frente da concepção tradicional de auto sustentação e do domínio de todos os fatores de produção indispensáveis a sua reprodução.

A viabilidade nos empreendimentos solidários tem um outro caráter. Pelo seguinte: trata-se de pensar viabilidade no sentido de trazer resultados para todos os que estão no empreendimento. Uma empresa capitalista pode ser viável diante de demissões, mediante a achatamentos salarial, férias negociadas e uma série de outros estratégias para diminuição dos custos e aumento dos ganhos financeiros. Muitas dessas estratégias não teriam o menor sentido numa cooperativa produção, então pensar viabilidade e auto – sustentação nesse tipo empreendimento é diferente.

Chiavenato (2003, p.23) descreve como empreendimento eficaz aquele que consegue atingir os objetivos e resultados determinados. Gaiger (2009, p.181) para explicar o conceito de eficácia, apropria-se da ideia compartilhada por Coraggio (2000, p.116) da eficácia como reprodução ampliada da vida. Desta forma, o que Gaiger (2000) quer expressar, é que os empreendimentos solidários tornam-se eficazes quando a dimensão econômica deixa de ser o único resultado

adquirido pelos empreendimentos e outros critérios ambientais, sociais, culturais, etc. passam a ser considerados, atingindo diretamente os associados, provocando externalidades positivas, que são os impactos provocados por uma atividade econômica, sem estar diretamente ligados aos seus objetivos, podendo impactar sobre o meio ambiente, o capital humano e as relações de trabalho. Marchi (2004, p.07) descreve que as externalidades seriam resultados da atividade cooperativa enquanto organização coletiva.

3.2. Experiências, gargalos e desafios dos empreendimentos solidários da microrregião de Iporá.

Ações estratégicas têm sido realizadas para viabilizar essa nova economia, apesar da escassez de políticas públicas locais de incentivo ou regulamentação dos empreendimentos da economia solidária. Essas iniciativas emergem com mais força, no município de Iporá, a partir da articulação de atores locais envolvidos no processo de associação cooperativa e entidades de apoio, sendo reconhecidas diante de um universo de diversificação de modalidades organizacionais de economia solidária, como práticas de finanças solidárias e formação de redes de colaboração solidárias, consolidadas em Iporá por meio das cooperativas da agricultura familiar, através do Banco Comunitário Pequi, da gestão compartilhada do Centro de Comercialização de Iporá e da feira da economia solidária, que são experiências únicas no Estado de Goiás.

3.2.1. Os empreendimentos solidários da agricultura familiar no município de Iporá.

Os empreendimentos solidários que aqui mencionados – COOMAFIR (Cooperativa Mista da Agricultura Familiar da Região de Iporá e Região) COOPERCOISAS (figuras 10 e 11) estão organizados em forma de cooperativas que compartilham de objetivos e metas comuns, buscando por meio do cooperativismo assegurar e fortificar a produção e a comercialização dos produtos locais oriundos da agricultura familiar e dos pequenos produtores de leite, pois se acredita que

o cooperativismo, principalmente o agropecuário, pode ser a solução para muitos dos problemas enfrentados pela agricultura familiar, visto que estes agricultores sofrem constantemente com as dificuldades

para sobreviver perante a crescente globalização econômica (SCHNEIDER et al., 2014, p.140).

O cooperativismo é um instrumento de desenvolvimento utilizado para promover transformações econômicas, sociais e ambientais no local em que está inserido, baseando-se nos princípios da cooperação, da autogestão, da solidariedade e da democracia, ao contrário do que se observa na economia capitalista retratada pela competição oligopolizada. Singer (2002, p.09) enfatiza essa visão argumentando que

A chave dessa proposta é a associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais. Na cooperativa de produção, protótipo de empresa solidária, todo o sócio tem a mesma parcela do capital e, por decorrência, o mesmo direito de voto em todas as decisões. Este é o seu princípio básico. Se a cooperativa precisa de diretores, estes são eleitos por todos os sócios e são responsáveis perante eles. Ninguém manda em ninguém. E não há competição entre os sócios: se a cooperativa progredir, acumular capital, todos ganham por igual.

O argumento de Singer leva a entender as dimensões do cooperativismo como um novo caminho a ser seguido para o desenvolvimento. Dentre os efeitos da ideia fomentada por Paul Singer surge, no exercício do cooperativismo, a sustentação para a economia solidária e a utilização do cooperativismo como ferramenta de desenvolvimento econômico e social.

Namorado (2005) ressalta que apesar de muitos referirem ao cooperativismo como uma utopia, é necessário considerar como essas práticas têm respondido de maneira eficaz aos problemas atuais com uma identidade marcada pela cooperação.

De acordo com o Censo do Cooperativismo Goiano (2012), o cooperativismo tem contribuído para melhorar o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) e o PIB (Produto Interno Bruto) dos municípios goianos. Conforme pesquisa, o IDH dos municípios que possuem cooperativas é de 0,75, enquanto nas cidades que não possuem nenhuma cooperativa é de 0,72. Dos 246 municípios goianos 73 possuem pelo menos uma cooperativa. Para Beneck (1980) citado por Ribeiro et al. (2012, p.4) “quando há um acréscimo de 10 % na proporção de produtores associados em cooperativas, a um acréscimo médio de 2,5% da renda média regional”, esse crescimento é provocado por ações dos próprios cooperados que se transformam em atores de desenvolvimento local.

Assim, esses dados do IDH e os indicadores sociais mostram que as cooperativas agropecuárias promovem o desenvolvimento socioeconômico não só dos cooperados, mas de toda a comunidade em que estão inseridas, comprovando que o cooperativismo é uma atividade econômica que promove externalidades positivas de produção.

Os benefícios trazidos pelas cooperativas iporaenses, como aumento da renda, assistência técnica, inclusão no mercado local e institucional, a troca de saberes sobre o cooperativismo já é significativa para os cooperados. Nas palavras do Sr. Valdeci Lima (COOMAFIR) esses resultados poderiam envolver com maior abrangência toda a comunidade se houvesse mais políticas públicas de fomento e mais parcerias entre os empreendimentos solidários, o poder público e a sociedade.

3.2.1.1. Cooperativa dos produtores Iporá –COOPERCOISAS: as dificuldades enfrentadas na autogestão do empreendimento.

Considerada por Silva et al. (2014, p.3) como uma experiência de inovação sustentável na agricultura familiar da região Centro-Oeste e por Silva (2011) como um empreendimento solidário que contribui para o desenvolvimento local. Cabe ressaltar que na conjuntura atual em que se encontra, a Coopercoisas está em crise.

A COOPERCOISAS foi fundada em 2004, a partir da iniciativa de um grupo de agricultores apoiados pela Prefeitura Municipal de Iporá, sob a administração do prefeito José Antônio Sobrinho, o projeto chamado Coisas de Iporá, tinha como finalidade agregar valores aos produtos oriundos das pequenas propriedades do município, por meio da criação de uma marca que identificasse esses produtos, ideia similar ao selo de identificação geográfica⁶, considerado como uma estratégia para a agregação de valor, além de engendrar a diferenciação dos produtos no mercado de produtos agrícolas que detém características homogêneas. Logo depois, percebeu-se a necessidade da formação de uma cooperativa. Assim, para a viabilização do projeto, nasce a

⁶ Conforme o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (2015), o selo identificação geográfica é uma certificação emitida pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), a produtos ou serviços que tenham qualidade singular em função das características e das condições geográficas de uma região (vegetação, clima, *know-how*).

COOPERCOISAS, com o propósito de facilitar o acesso ao mercado e a comercialização dos produtos da agricultura familiar, por um preço justo, promovendo a reprodução social e econômica dos pequenos produtores agrícolas, respeitando os princípios da economia solidária e prezando pelo desenvolvimento sustentável.

Desde a sua idealização a COOPERCOISAS tem contribuído para o fortalecimento da agricultura familiar, por meio de ações práticas como a criação da feira da economia solidária, abertura do Banco Pequi, a Gestão do Centro de Comercialização de Iporá, levando os produtos da agricultura familiar para feiras e eventos interestaduais, etc. Seu desempenho foi referência para muitos empreendimentos da economia solidária, no cenário nacional. Sua sede está localizada na Av. Dr. Neto nº 1182. Porém, ressalta-se que a sede da cooperativa está fechada, situação já comentada por SILVA (2011) em seu estudo sobre a COOPERCOISAS. Segundo a tesoureira Luzia Luzinete a cooperativa possui 30 cooperados, mas somente 6 participam das atividades desenvolvidas pelo grupo. Este pequeno grupo mantém-se por acreditar, não apenas na viabilidade financeira do empreendimento, mas na autogestão, na economia solidária, no princípio da coletividade, na reprodução social através do cooperativismo.



Figura 10: Sede COOPERCOISAS localizada no centro de comercialização de Iporá.
Fonte: arquivo da pesquisa (2015).



Figura 11: Exposição de artesanatos na sede da COOPERCOISAS.
Fonte: arquivo da pesquisa (2015).

Por meio da metodologia aplicada nessa pesquisa, da análise do discurso dos atores envolvidos diretamente com a COOPERCOISAS e com outros os empreendimentos solidários locais, cabe afirmar que atualmente a COOPERCOISAS está estruturalmente enfraquecida.

Sendo assim, Cook (1995) citado por Pivoto et al. (2014, p.53) em seu estudo sobre o ciclo de vida das cooperativas agropecuárias, aborda cinco fases. A primeira é a de criação. Nesta fase, todos estão estimulados a participar, motivados pelo desejo de superar os problemas que são comuns a todos. A segunda fase é aquela em que muitas cooperativas são fechadas, quando os empreendimentos cooperativos não conseguem organizar sua estrutura de governança, em suma, não conseguem determinar suas políticas de ação, de controle e divisão dos remanescentes financeiros. Na terceira fase, investimentos em ativos são realizados, com a finalidade de que aconteça a expansão das atividades da cooperativa e do número de cooperados, conseqüentemente, começam os conflitos de governança voltados para o direito de propriedade, pois na organização cooperativa todos são donos e nem sempre condescendem sobre os investimentos feitos. A fase seguinte é de tomada de decisão em que se decide entre continuar com a mesma estrutura de governança, alterar o direito da propriedade ou sair do mercado, tais escolhas

acontecem em virtude da necessidade de a cooperativa dispor de novas ferramentas de incentivo ao investimento, de controle da organização devido a sua expansão. A quinta fase é o resultado da tomada de decisão da fase anterior, em que se fica no mercado com a estrutura atual ou com a transformação da mesma ou a opção por deixar o mercado (PIVOTO et al. 2014, p.53).

Desta forma, considerando o pressuposto de Cook (1995), pode-se dizer que a COOPERCOISAS não consegue ultrapassar a segunda fase do ciclo de vida sugerido pelo autor. Nos dois últimos anos ela vem passando por alguns problemas decorrentes dos seguintes aspectos: a ineficiência da autogestão, pois o empreendimento enfrenta dificuldades para desenvolver um plano de ação estratégico a longo prazo, estabelecendo atividades que atendam às necessidades da cooperativa.

Com o mandato da última diretoria vencido, o esforço em articular uma assembleia para a eleição de uma nova diretoria, não atinge a todos, demonstrando que a sua capacidade de planejar ações e implementar ferramentas eficientes para o processo de tomada de decisão e controle estão abaladas. Além disso, os indivíduos envolvidos nesse empreendimento estão atarefados com outras atividades fora da cooperativa. Sem um caminho certo a percorrer, dúvidas sobre a sustentabilidade do empreendimento emergem atingindo a confiança dos próprios cooperados.

O segundo aspecto que contribui para a instabilidade dessa cooperativa é a escassez de capital humano, revelando a falta de força da cooperação e da coletividade entre os membros, princípios essenciais para a sobrevivência de empreendimentos solidários, contrapondo os princípios estabelecidos pelo Fórum Brasileiro de Economia Popular Solidária, definidos na III Plenária Nacional de Economia Solidária (Fórum Brasileiro de Economia Solidária, 2015). Para um empreendimento solidário a perda do espírito associativo é um grande risco (LAVILLE e GAIGER, 2009, p.166). Sem a participação ativa dos cooperados, torna-se impossível a realização de atividades que capitalizem financeiramente a própria cooperativa, sendo que as estratégias de capitalização da COOPERCOISAS, estão relacionadas a taxa de associação do cooperado no valor de R\$ 1000,00 e uma taxa operacional de 5% cobrada dos produtores mensalmente, sobre o total produzido, inviabilizando financeiramente até mesmo as atividades operacionais da cooperativa, como manter sua sede aberta. A última atividade expressiva no âmbito econômico foi em 2012, quando executou

o Programa de Aquisição Alimentar no valor de R\$ 139.485,88 beneficiando 31 cooperados.

Todavia, recentemente o pequeno grupo ativo de cooperados, na perspectiva da reestruturação da COOPERCOISAS, ciente de que um dos grandes gargalos que atinge as cooperativas de Iporá é a falta de formação em economia solidária e cooperativismo, o grupo ativo, resolveu abraçar o projeto Protagonismo Juvenil para o Desenvolvimento sustentável do Cerrado, desenvolvido pelo Cajueiro - Centro de Formação, Assessoria e Pesquisa em Juventude. Direcionado para os filhos de produtores rurais, o projeto tem como objetivo demonstrar a esses jovens que é possível produzirem de forma sustentável no Cerrado. Este projeto também recebe apoio do Fundo Sócio ambiental Casa e do Fundo Sócio ambiental Caixa, ainda tem como parceiros a Universidade Estadual de Goiás e o Instituto Federal Goiano.



Figura 12: 2º etapa do Projeto Protagonismo Juvenil para o Desenvolvimento Sustentável do Cerrado desenvolvido pelo Cajueiro nos dias 12 e 13 de novembro em Iporá-GO.
Fonte: Projeto Cajueiro,2015.

Outro projeto em que o grupo está envolvido é a gestão compartilhada do centro de comercialização de Iporá, juntamente com outra cooperativa de Iporá e de municípios vizinhos (Diorama, Caiapônia e Bom Jardim de Goiás).

A crise vinculada à cooperativa influencia fortemente as atividades de outros empreendimentos ligados a COOPERCOISAS, como o Banco Pequi, o único banco comunitário de desenvolvimento de Goiás, conquistado pela própria cooperativa em 2012, do qual ela é entidade gestora.

Contudo, a capacidade da COOPERCOISAS em manter-se funcionando, não pode ser mensurada apenas pela eficiência econômica, a viabilidade dos empreendimentos solidários, também está associada a fatores sociais, políticos, de gestão e de formação. Como sugere Gaiger (2009, p.173) a COOPERCOISAS, assim como outros empreendimentos solidários deve buscar novos modos de gerir, assumindo um modelo de gestão e administração que abandone o improviso, adaptações e a prática de ações aleatórias diante de determinadas eventualidades, afastando-se dos modelos informais de organização. Ainda é necessário um reconhecimento da realidade, das necessidades e dos ideais dos cooperados e de suas famílias, para que haja uma racionalidade entre o modelo de cooperação assumido e as aspirações dos indivíduos inseridos nesse empreendimento.

3.2.1.2. A Cooperativa Mista da Agricultura Familiar da Região de Iporá-COOMAFIR.

A COOMAFIR teve como cenário para sua criação, o ambiente mais comum em que todas as cooperativas agrícolas são criadas. Em uma realidade em que há poucos recursos financeiros, um mercado de insumo e mercado de produtos concentrados (BIALOSKORSKI NETO, 2012, p.60). Essa cooperativa foi criada em 2009, por livre iniciativa de sete agricultores de Iporá e das comunidades do Cruzeiroinho, Pé de Pato e Taquari, por estarem insatisfeitos com a desvalorização de seus produtos e por acreditarem que trabalhando de forma coletiva, obteriam maiores vantagens competitivas no mercado.

O objetivo da COOMAFIR é promover a comercialização de produtos da agricultura familiar e oferecer assistência técnica, no intuito de baratear custos e aumentar a renda dos seus cooperados. Bialoskorski Neto citado por Schmidt et al. (2005) afirma que a vantagem da formação de organizações cooperativas agrícolas, é o aumento da renda e a possibilidade da redução dos custos.

Quanto a sua estrutura organizacional, a cooperativa é uma organização autogerida, formada por 250 membros do segmento da agricultura familiar e

assentados de reforma agrária, que são atendidos na sede da COOMAFIR, situada em prédio alugado no centro da cidade de Iporá, local em que são realizadas as atividades administrativas (fluxo de caixa, controle de despesas, elaborações de projetos) comerciais (comercialização de leite e das hortaliças e frutas para o mercado institucional), orientações técnicas (controle da qualidade do leite), reuniões e assembleias.



Figura 13: Sede da COOMAFIR, localizada na Rua Inhumas,801, no centro da cidade de Iporá. Fonte: Arquivo da pesquisa (2015).

Assim a COOMAFIR emprega seis colaboradores distribuídos em funções gerenciais, administrativas e técnicas. Tem como principal parceiro o Instituto Federal Goiano. Sua principal atividade é a comercialização de leite (30.000 litros por dia). Hoje, todos os cooperados entregam leite gerando uma renda média de R\$ 3.000,00. Em relação ao valor pago pelo leite, não há distinção quanto à qualidade e volume produzidos, o preço é igual para os que produzem maior ou menor volume de leite. Para o primeiro semestre de 2016, a

perspectiva é que a produção alcance mais 1.000.000 de litros de leite. Na figura 14 é apresentado a evolução do número de cooperados de 2011 a 2015, verificando que o número de associados cresceu 97,2%, atingindo a meta estabelecida para 2015 de atingir 250 cooperados, consequentemente a produção de leite cresceu em 92,7% em 4 anos.

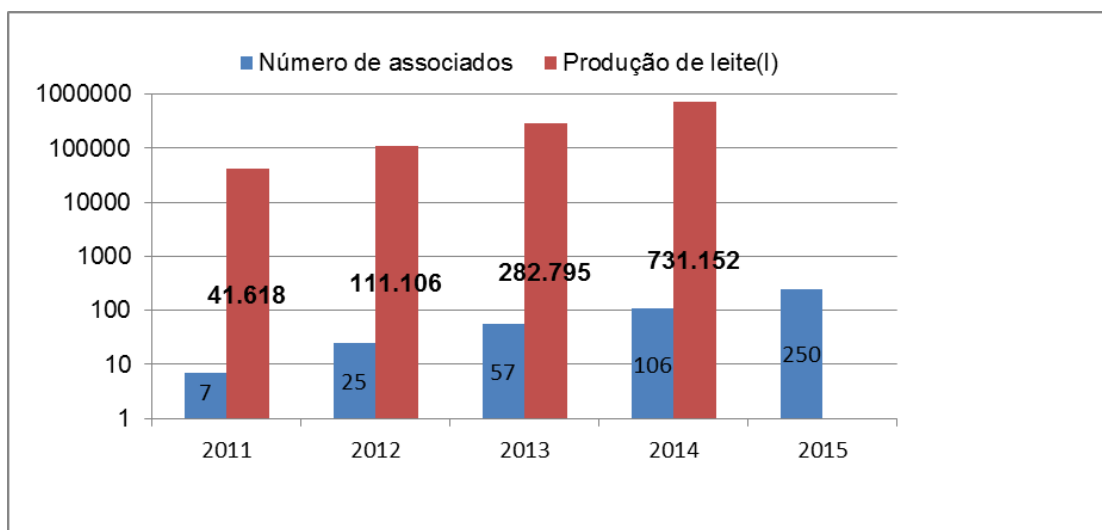


Figura 14: Evolução do número de cooperados e da produção de leite da COOMAFIR 2011-2014.

Fonte: dados da pesquisa.

Sendo assim, percebe-se que a cooperativa teve um crescimento significativo no número de cooperados a partir de 2012, quando os produtores não associados passaram a entender melhor, a adequar-se ao processo do cooperativismo e a perceber que os preços de seus produtos eram mais valorizados quando negociados pela COOMAFIR, principalmente nas negociações do preço do leite com os laticínios.

A outra atividade econômica realizada pela cooperativa é a comercialização da produção vegetal de seus cooperados para o mercado institucional, garantindo ao cooperado a libertação da exploração dos atravessadores, além de poupá-los da exaustão provocada pelas burocracias contratuais e pela logística de comercialização, antes operada pelo próprio agricultor.



Figura 15: Produtos de origem vegetal armazenados no pátio da COOMAFIR para ser entregue ao consumidor.

Fonte: COOMAFIR (2015).

Quanto à estratégia de capitalização, a cooperativa mantém suas operações com recursos próprios, adquiridos por meio da taxa de manutenção de R\$ 0,02 por litro de leite produzido, receita que financia todas as despesas operacionais do empreendimento.

Porém, a primeira dificuldade enfrentada, segundo o atual presidente da COOMAFIR, são as parcerias, principalmente com a gestão pública que se mantém inerte diante dos problemas enfrentados pelas cooperativas de Iporá. Em 2013, o empreendimento deixou de receber mensalmente o valor de R\$ 3.000,00 destinados para o pagamento de serviços de assistência técnica prestados aos cooperados, referentes ao convênio que havia entre a Prefeitura Municipal de Iporá e o Projeto Pró-leite da COOMAFIR, com durabilidade de um ano, não havendo abertura por parte da gestão pública para novas parcerias após o fim do convênio.

A segunda dificuldade é a falta de compreensão dos princípios do cooperativismo pelos cooperados, provocando conflitos entre eles e a diretoria (Presidente da COOMAFIR, 2015). Essa não é uma singularidade apenas da COOMAFIR, muitos produtores aderem ao cooperativismo não por se identificar com os ideais cooperativistas, muitos se apresentam atraídos pelas políticas públicas de incentivo ao cooperativismo, outros vêm para sanar suas

necessidades econômicas, o que existe de comum entre eles, é que todos chegam desvalidos de conhecimentos sobre a origem e a essência do cooperativismo e da complexidade que envolve uma organização cooperativa (FRANTZ, 2012, p.65).

Entre as preocupações da cooperativa está a construção da sede própria e a necessidade de diversificar a produção de seus associados. Tendo em vista a necessidade de conquistar novos nichos de mercado, prevê em seu planejamento estratégico para 2016, o início de atividades voltadas para o beneficiamento do leite, com o propósito de agregação de valores e geração de oportunidades de emprego para os filhos dos cooperados. Esta ação está sendo planejada a partir de um diagnóstico de viabilidade obtido por meio da parceria entre o Instituto Federal Goiano e a COOMAFIR.

3.3. O acesso ao mercado institucional e a execução do Programa de Aquisição Alimentar- PAA e do Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE.

O PAA e o PNAE são políticas públicas do Governo Federal utilizadas para fomentar a produção agrícola familiar, incentivando o consumo de alimentos locais e regionais por entidades públicas. Ambos os programas têm sido apontados como mecanismos estratégicos para valorizar a produção local e promover o desenvolvimento dos territórios.

O programa de aquisição alimentar foi instituído em 2003, em um ato do Governo Federal e está ligado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), seu principal objetivo é contribuir com a erradicação da fome e da pobreza e o fortalecimento da agricultura familiar (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2014).

Assim, para operacionalizar o PAA, a CONAB adquire alimentos produzidos pela agricultura familiar, sem a necessidade de licitação e encaminha esses produtos para a formação de estoques de alimentos e para a distribuição entre as populações expostas a vulnerabilidade social, além de organizações filantrópicas. Para a execução do PAA, a CONAB conta com a participação dos agricultores, associações, cooperativas, prefeituras e governos estaduais.

Para participar do programa, os agricultores ou organizações coletivas devem estar enquadrados na Política Nacional da Agricultura Familiar e

Empreendimentos Familiares Rurais (Lei nº11. 326/06) cumprindo as determinações do artigo 3º

Art. 3º. Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011)

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família

Também é necessário possuir a Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP, instrumento utilizado pelo MDA, para identificar e classificar os produtores rurais e as organizações associativas em forma de pessoa jurídica. O DAP também pode ser fornecido para populações indígenas, para populações de remanescentes de Quilombos; o Ministério da Agricultura e Pesca ou Federação de Pescadores e suas colônias filiadas, para pescadores artesanais, para assentados da reforma agrária, entre outros conforme a Portaria do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) nº 17 de 23 de março de 2010. As Cooperativas e associações devem obter a DAP Jurídica. O PAA possui um sistema de compras dividido em seis modalidades que determinam fornecedores, limites de compra, órgão que irá custear a compra e os beneficiários do programa conforme o quadro abaixo:

Quadro 3: Tipos de modalidades de compra do PAA.

MODALIDADE	FORMA DE ACESSO	LIMITE	ORIGEM DO RECURSO	AÇÃO
Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea	Por unidade familiar	R\$ 6.500,00 Ao ano	MDS	Responsável pela doação de produtos adquiridos da agricultura familiar a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.
	Organizações (cooperativas/associações)	R\$ 2.000.000,00 Ao ano		
	Por unidade familiar	R\$ 8.000,00 ao ano	MDS/MDA	

Formação de Estoques pela Agricultura Familiar – CPR Estoque	Organizações (cooperativas/associações)	1.500.000,00 sendo a primeira operação limitada à R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais)		Disponibiliza recursos para que organizações da agricultura familiar formem estoques de produtos para posterior comercialização.
Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF	Por unidade familiar	R\$ 8.000,00 ao ano	MDS/MDA	Voltada à aquisição de produtos em situação de baixa de preço ou em função da necessidade de atender a demandas de alimentos de populações em condição de insegurança alimentar.
	Organizações (cooperativas/associações)	R\$ 500.000 ao ano		
Incentivo à Produção e Incentivo de Leite – PAA Leite	Individual ou organizações (cooperativas/associações)	R\$ 4.000 por semestre	MDS	Assegura a distribuição gratuita de leite em ações de combate à fome e à desnutrição de cidadãos que estejam em situação de vulnerabilidade social e/ou em estado de insegurança alimentar e nutricional. Atende os estados do Nordeste.
Compra Institucional	Individual ou organizações (cooperativas/associações)	R\$ 20.000,00 ao ano	-	Compra voltada para o atendimento de demandas regulares de consumo de alimentos por parte da União, Estados, Distrito Federal e Municípios;
	Organizações (cooperativas/associações)	R\$ 6.000.000,00		
Aquisição de Sementes ⁷	Por unidade familiar	R\$ 16.000 ao ano	-	Compra de sementes, mudas e materiais propagativos para alimentação humana ou animal de beneficiários fornecedores para doação a beneficiários consumidores ou fornecedores.
	Organizações (cooperativas/associações)	R\$ 6.000.000,00		

Fonte: MDA, 2015.

Segundo os dados disponibilizados pela Conab (2014) a modalidade que desempenha melhores resultados é a Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea, por permitir aos agricultores comercializarem hortaliças, frutas, verduras, doces, biscoito caseiros, entre outros, porém ainda pouco executada.

O recurso para a efetivação do programa tem origem do MDS e do MDA. Em 2013, o Governo Federal aplicou na Aquisição de Produtos R\$ 224.517.124,45 na aquisição de produtos do PAA, distribuindo 30% dos Recursos para o Sudeste, 30% para o Nordeste, 19% para o Sul, 11% para o Centro-Oeste e 10% para o Norte. Segundo a Conab os critérios de estabelecidos para a distribuição dos recursos dependem das “características próprias de cada região, em termos de organização social local e o acesso à

⁷ Esta modalidade foi incluída em decreto de Lei de nº 8.293, de 2014. Nesta modalidade as compras acima de R\$ 500.000,00 devem ser efetuadas por meio de chamada pública.

informação por parte dos produtores ou de suas representações legais” (CONAB, 2014, p.03).

Em 2013, foi liberado para Goiás um montante no valor de R\$ 7.636.729,00 para a execução do Programa de Aquisição Alimentar, atendendo 9% (23/246) dos municípios goianos. O PAA, no ano de 2013, foi executado pela COOMAFIR tendo como modalidade a compra para doação simultânea, estendendo-se até 14 de outubro de 2014 conforme exposto pela Conab em seu sistema de informações sobre o PAA.

Outra política que potencializa a da economia solidária em Iporá é a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que discorre sobre a alimentação escolar dos alunos do ensino básico, tendo como principal preocupação resguardar o direito a uma alimentação saudável, com alimentos variados que estejam inseridos na cultura, nas tradições locais, reconhecendo o direito dos alunos e a responsabilidade do Estado, ou seja é responsabilidade do Governo Federal, estadual e municipal de promover uma alimentação adequada aos alunos da educação pública. Além de incentivar a aquisição de alimentos produzidos pela agricultura familiar, para comunidades indígenas e procedentes de quilombolas (Lei 11.947, de 16 de junho de 2009).

As diretrizes dessa legislação são executadas por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) introduzido no Brasil desde 1955, é reconhecido em todo mundo, como modelo sustentável de alimentação escolar e pelos acordos internacionais com Organização das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura (FAO) e com o Programa Mundial de Alimentos (FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO A EDUCAÇÃO).

O Pnae é subsidiado pelo FNDE que transfere os recursos ao Pnae de fevereiro a novembro fracionado em 10 parcelas mensais repassadas diretamente aos estados e municípios com valores baseados em critérios analisados pelo Censo Escolar do ano anterior.

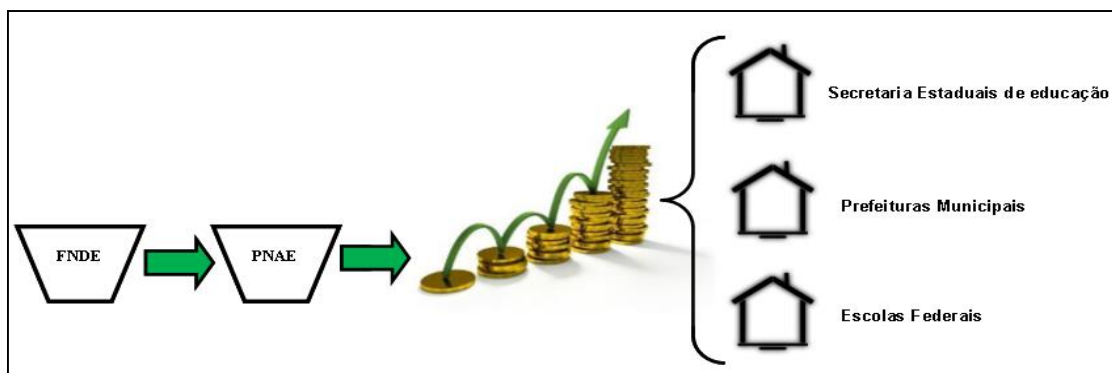


Figura 16: Processo de distribuição dos recursos do Pnae.
Fonte: Adaptado do FNDE,2015.

O valor repassado aos estados e municípios tem o objetivo de sanar as despesas diárias de 200 dias letivos em parcelas que correspondem a 25 dias letivos e variam de acordo com a modalidade de ensino em que o aluno está inserido conforme o quadro a seguir:

Quadro 4: Valor diário repassado pela união para o custeio da merenda escolar por aluno de acordo com a modalidade de ensino.

MODALIDADE DE ENSINO	VALOR DO REPASSE DO GOVERNO FEDERAL (PER CAPITA)
Creches	1,00
Pré-escola	0,50
Escolas indígenas e quilombolas	0,60
Ensino fundamental, médio e educação de jovens e adultos	0,30
Ensino integral	1,00
Alunos do Programa Mais Educação	0,90
Alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado no contra turno	0,50

Fonte: Fundo Nacional de Desenvolvimento Agrário,2015.

Sobre a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar a Lei supramencionada determina:

Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

§ 1º A aquisição de que trata este artigo poderá ser realizada dispensando-se o procedimento licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, observando-se os princípios inscritos no art. 37 da Constituição Federal, e os alimentos atendam às exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria.

§ 2º A observância do percentual previsto no caput será disciplinada pelo FNDE e poderá ser dispensada quando presente uma das seguintes circunstâncias:

I - impossibilidade de emissão do documento fiscal correspondente;

II - inviabilidade de fornecimento regular e constante dos gêneros alimentícios;

III - condições higiênico-sanitárias inadequadas (LEI 11.947/2009).

Diferente do PAA, o Pnae não depende da distribuição orçamentária realizada pelo governo anualmente entre Ministérios e da disposição de agentes públicos, pois é uma política pública obrigatória estabelecida em Lei com orçamento garantido e mensurado pelo número de alunos existentes nas escolas públicas municipais, estaduais e federais.

Assim, segundo dados do FNDE, em 2014 foi disponibilizado para Goiás um orçamento de R\$ 105.000.372,00 e de R\$ 336.124,00 para a microrregião de Iporá, somente o município de Amarinópolis não recebeu repasse em 2014. Em Iporá, o repasse chegou a R\$ 207.012,00, atendendo em 2014, 5.584 alunos; desse montante 36,14% foi direcionado para o ensino fundamental, 33,52% para creches, 26,61% para pré-escolas, 1,94% para o programa mais educação, 1,76% para os alunos do EJA (Educação de Jovens e Adultos).

Todavia em Iporá, no ano de 2014, do valor repassado para a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar apenas 27% foi aplicado para este fim, quando a Lei 11.947 determina que seja empregado 30%.

Essas duas políticas configuram-se como essenciais para os empreendimentos solidários da microrregião de Iporá, uma vez que o acesso à comercialização é uma das maiores dificuldades enfrentadas por este empreendimento. A possibilidade de inserção no mercado institucional e de atender essa demanda estruturada pelo Governo Federal tem incentivado os empreendimentos da agricultura familiar da microrregião de Iporá a se organizarem e a superarem suas limitações.

A COOMAFIR foi a única cooperativa entre as cinco existentes na microrregião de Iporá, a executar uma política de fomento aos empreendimentos solidários no período de 2013 a 2014.

Desta forma, a execução do PAA pela cooperativa, rendeu R\$ 326.400,00, beneficiando 68 associados, dos quais 6% são assentados da reforma agrária e 94 % de agricultores familiares. Desses 68 associados

beneficiados 35% são mulheres, quanto à posse da propriedade 32% são proprietários, 32% arrendatários.

Levando em consideração que cada família de agricultores em 2013 poderia vender R\$ 4.500,00 por ano, dentro da modalidade, hoje se comemora o aumento da cota de participação para R\$ 6.500,00.

Portanto esse foi um aumento significativo em relação ao ano de 2012, cujo projeto foi realizado pela COOPERCOISAS (Cooperativa dos Produtores Rurais de Iporá) alcançando um rendimento de R\$139.485,88 trazendo benefícios para 31 cooperados. Segundo os gestores dessa cooperativa, há dificuldades para elaborar novos projetos para o PAA, por não conseguir auferir uma produção que atenda às necessidades do PAA, por isso não está executando novos projetos.

A COOMAFIR, no entanto, comercializou 155 toneladas de alimentos divididas em 43 tipos de produtos como frutas, verduras, cereais, etc. (Tabela 10).

Tabela 10: Quantidade dos produtos comercializada pela COOMAFIR para o Programa de Aquisição Alimentar e valor pago (R\$) pelo PAA por tonelada no 1º semestre de 2014.

PRODUTO	QUANTIDADE COMERCIALIZADA (Toneladas)	VALOR PAGO (R\$)	TOTAL COMERCIALIZADO (R\$)
MILHO VERDE	54	1,80	97.200,00
ABACAXI	22	1,50	33.000,00
MANDIOCA	20,2	1,50	30.300,00
MELANCIA	15	0,90	13.500,00
TOMATE	3	3,86	11.580,00
MAMÃO	2	2,00	4.000,00
LARANJA	3	2,00	6.000,00
SALDO TOTAL			195.580,00

Fonte: COOMAFIR (2014).

Desta forma são beneficiadas 21 escolas, 08 creches, 03 instituições filantrópicas distribuídas nos municípios de Amarinópolis, Diorama e Iporá que recebem gratuitamente produtos de origem confiável e qualidade garantida.

Quadro 5: Entidades beneficiadas pelo PAA executado pela COOMAFIR.

MUNICÍPIO	BENEFICIÁRIOS	CATEGORIA
AMORINÓPOLIS	ESCOLA ESTADUAL ALFREDO NASSER	ESCOLA
AMORINÓPOLIS	ESCOLA MUNICIPAL MARIA IZABEL DE MELO	ESCOLA
DIORAMA	ESCOLA ESTADUAL ANTÔNIO MENDES	ESCOLA
DIORAMA	ESCOLA ESTADUAL DONA EVA	ESCOLA
DIORAMA	ESCOLA MUNICIPAL GERALDO GERMANO DA SILVA	ESCOLA

DIORAMA	ESCOLA MUNICIPAL GUANABARA	ESCOLA
IPORÁ	ASSOCIAÇÃO DE COMBATE AO CÂNCER EM IPORÁ	ASSOCIAÇÕES BENEFICENTES / ASSISTÊNCIA SOCIAL
IPORÁ	CASA DOS DEFICIENTE DE IPORÁ	INSTITUIÇÕES DE AMPARO AOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS
IPORÁ	CONSELHO ESCOLAR DO COLEGIO APLICAÇÃO	ESCOLA
IPORÁ	CONSELHO ESCOLAR DO COLEGIO ESTADUAL DOM BOSCO	ESCOLA
IPORÁ	CONSELHO ESCOLAR ESCOLA ESTADUAL DE ENS. ESPECIAL	ESCOLA
IPORÁ	CONSELHO ESCOLAR ISRAEL AMORIM	ESCOLA
IPORÁ	CONSELHO ESCOLAR VEREADOR ANTONIO LAURINDO	ESCOLA
IPORÁ	CONS. ESCOLAR COLEGIO EST. ODILON JOSÉ DE OLIVEIRA	ESCOLA
IPORÁ	CONS. ESCOLAR DO COL. EST. ARISTON GOMES DA SILVA	ESCOLA
IPORÁ	CONS. ESCOLAR ESCOLA ESTADUAL EVANGELICA BETEL	ESCOLA
IPORÁ	CONS. ESCOLAR ESCOLA ESTADUAL JOAQUIM BERTO	ESCOLA
IPORÁ	CONS. ESCOLAR OSORIO RAIMUNDO DE LIMA	ESCOLA
IPORÁ	ESCOLA MUNICIPAL DONA RITINHA	ESCOLA
IPORÁ	ESCOLA MUNICIPAL JORCELINO ALVES BARBOSA	ESCOLA
IPORÁ	ESCOLA MUNICIPAL ODETE ATAÍDES CARVALHO FONSECA	ESCOLA
IPORÁ	ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA VILMA BATISTA TEIXEIRA	ESCOLA
IPORÁ	ESCOLA MUNICIPAL VALDIVINO SILVA FERREIRA	ESCOLA
IPORÁ	INSTITUTO EVANGELICO SOCIAL E EDUCACIONAL OÁSIS	INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS
IPORÁ	LAR SÃO VICENTE DE PAULO	ASSOCIAÇÕES BENEFICENTES / ASSISTÊNCIA SOCIAL
IPORÁ	NÚCLEO INFANTIL APARECIDA RODRIGUES DA PAIXÃO	CRECHE
IPORÁ	NÚCLEO INFANTIL COSME E DAMIÃO	CRECHE
IPORÁ	NÚCLEO INFANTIL CRIANÇA FELIZ	CRECHE
IPORÁ	NÚCLEO INFANTIL DONA CAROLINA	CRECHE
IPORÁ	NÚCLEO INFANTIL EDMÉ FALCÃO	CRECHE
IPORÁ	NÚCLEO INFANTIL JOAQUIM PITOMBA	CRECHE
IPORÁ	NÚCLEO INFANTIL PADRE WIRO VAN VLIET	CRECHE
IPORÁ	NÚCLEO INFANTIL VEREADOR GERALDO RIBEIRO DA SILVA	CRECHE

Fonte: Conab, 2015.

Para compreender se o PAA estava realmente atendendo às necessidades dos seus beneficiários, foram visitadas algumas entidades beneficiadas com as doações de alimento PAA, durante a execução da COOMAFIR no período de 2013 a 2014. Os gestores declararam que os alimentos recebidos do PAA são uma complementação importantíssima para a merenda escolar.

... foi muito significativo contribui muito com o lanche dos alunos, com o currículo escolar, dos alunos com os lanches escolar dos menores também nós somos escola integral, então também colabora no almoço. É fantástico porque a verba que a gente recebe tanto do Governo Federal, quanto do Governo Estadual que complementa é ainda insignificante diante do grande aumento né? do mercado. Então o PAA contribui muito enriquece a merenda escolar ...o produtor lá na sua roça, na sua chácara ele precisa ter comércio do seu produto porque é difícil pra plana cuidar produzir ter qualidade né ter para quem vender e receber direitinho, então com o PAA ele consegue isso porque ele vende seu produto de modo imediato lá na cooperativa que paga ele

direitinho de acordo com que precisa ser feito e nós beneficiados vamos receber esses alimentos geralmente de boa qualidade fresco, qualidade total, os dois lados são beneficiados com essas parceria com as cooperativas. (Maria Vitória Nogueira Diniz- supervisora de merenda escolar do Colégio Estadual de Aplicação).

Assim, Maria Vitória ressalta em seu relato, a importância da parceria do PAA com as cooperativas e sobre o papel da COOMAFIR nesse processo, a gestora avalia de forma positiva, pois “a COOMAFIR é bastante cuidadosa..., repassam alimentos, fazem os documentos que precisam, eu vejo seriedade no trabalho deles”.

Em 2013, o Colégio Ariston Gomes da Silva com seus 1.068 alunos foi beneficiado pelos produtos vendidos pela COOMAFIR ao PAA. Em relação ao PAA, o gerente de merenda escolar em entrevista declarou:

...Ele ajuda muito né? a enriquecer muito a merenda, Você sabe que o dinheiro que vem, você sabe o valor né? ... 0,44 centavos...0,30 do Governo Federal e um complemento de 0,14 do Governo Estadual. Agora eu te pergunto o que você faz com 0,44 centavos (Divino Donizeth Cipriano - Gerente de merenda, 2015).

Também o Senhor Divino, ressalta a relevância das cooperativas, sugerindo que novas cooperativas sejam criadas, pois facilitam o processo de compra da merenda escolar, no caso da COOMAFIR, segundo ele quando precisa comprar algum gênero alimentício da agricultura familiar para alimentação escolar, não precisa ficar comprando de vários fornecedores, compra na cooperativa, tendo garantia certa de entrega.

Outro instrumento utilizado como fomento pela cooperativa foi a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, determinando que 30 % dos valores investidos no município, pelo Fundo de Desenvolvimento da Educação para Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), devem ser direcionados para a aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar (FNDE, 2014).

No 2º semestre de 2014 a cooperativa realizou duas vendas para a Secretaria Municipal de Educação de Iporá, totalizando o valor de R\$ 61.172,40, além de frutas e verduras, o empreendimento, também, forneceu leite em pó e leite pasteurizado. A norma técnica nº 01/2013 do FNDE, baseada no decreto de Lei de 10 de outubro de 1969, que proíbe venda de leite cru, obriga que os produtos lácteos consumidos pelo Pnae sejam pasteurizados. Como a COOMAFIR ainda não possui domínio dessa tecnologia, encaminha o leite in

natura para a ITALAC, de quem são fornecedores, em Santa Helena de Goiás. Depois de pasteurizado e embalado, o leite chega às escolas com o rótulo e SIF (Serviço de Inspeção Federal) da ITALAC.

Quanto ao valor de venda dos produtos o preço praticado pela COOMAFIR para as duas instituições (tabela 11) citadas, se comparado aos preços cotados pelas Centrais de Abastecimento de Goiás S.A (CEASA-GO) no ano de 2014, os preços praticados pelo PAA e pelo PNAE são bem maiores.

Tabela 11: Comparação dos valores pagos pelo PNAE pelos produtos da COOMAFIR para merenda escolar municipal, com os preços de comercialização cotados no CEASA-GO no 2º semestre de 2014.

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO COMERCIALIZADO PNAE (R\$)	TOTAL (R\$)	PREÇO COMERCIALIZADO NO CEASA-GO
ABACAXI	PEÇA	450	3,50	1.575,00	R\$ 1,50
LARANJA	DÚZIA	530	3,90	2.067,00	R\$ 0,72
MAMÃO	Kg	300	2,00	600,00	R\$1,75
POLPA DE FRUTAS	Kg	1.140	11,00	12.540,00	-----
LEITE EM PÓ	Kg	464	14,85	6.890,40	R\$ 1,13
LEITE PASTEURIZADO	Litro	6.960	2,25	15.660,00	R\$0,70

Fonte: Prefeitura municipal de Iporá (2014) / Centro de Abastecimento do Estado de Goiás (2014).

Sobre o PNAE, os gestores entrevistados esclarecem que é uma lei e precisa ser cumprida, não há dificuldades, há resistência em adquirir os produtos da agricultura familiar, provocada pelos preços elevados dos produtos.

Em termo de pesquisa de mercado as vezes sai um pouquinho mais caro... nós temos certa resistência das escolas nesse sentido porque quando a gente vai fazer a tomada de preço o mercado tem promoção e aí ocorre o preço da agricultura familiar tá um pouquinho mais elevado, mas a gente tem procurado colocar esses produtos como frutas, mandiocas que é uns produtos que eles têm mais condições de fazer um preço mais equilibrado (Maria Vitória Nogueira Diniz-supervisora de merenda escolar do Colégio Estadual de Aplicação).

A orientadora municipal do programa PNAE, considera que os preços dos legumes e verduras estão em equilíbrio com o mercado, já o leite tem preço elevado, porque o frete está incluído no valor e a logística de entrega

determinada pela Secretaria Municipal de Educação. Para ela não há dificuldades em gerir o programa junto com a COOMAFIR.

Não há dificuldades !! Tem produção agora! Eu vejo na cooperativa ... que produção está tendo agora, o que a gente vai colocar na chamada, tem que ter sabe? Tem que casar isso ai não adianta eu colocar coisas que não é da época... o que está sendo produzido... estão produzindo esses elementos os então eu vou colocar na chamada, porque são alimentos da época ... é uma parceria boa” tem que ter fruta, tem que ter a verdura, é uma parceria boa porque ajuda o produtor...é bom para ambos os lados, tanto para o produtor que tem onde vender e para nós que ele faz parte da nossa região e sendo daqui é um produto da nossa região, do nosso paladar. (CLEONICE DE SOUSA ROCHA-Orientadora Municipal do PNAE).

Assim, na visão de Cleonice esses empreendimentos solidários ajudam muito, a primeira experiência vivenciada por ela foi através das ações de execução do PAA pela COOMAFIR e pela COOPERCOISAS. Para ela, a formação de uma rede de comercialização composta pelos empreendimentos solidários de Iporá e de outros municípios seria favorável não só ao Pnae, mas a toda comunidade iporaense.

A COOMAFIR fez tanto do PAA, quanto do PNAE um meio para a criação de um mercado de comercialização antes inexistente, suscitando também a comercialização de produtos que antes eram direcionados apenas para o consumo próprio ou não possuíam uma demanda elevada pelos consumidores finais, como é o caso do mamão e de outros gêneros perecíveis.

Segundo colaboradores da COOMAFIR, os índices positivos foram gerados primeiramente pela credibilidade que a cooperativa possui com os seus cooperados, pelo acompanhamento técnico voltado para produtores, pela disseminação do conhecimento sobre cooperativismo na comunidade, que tem feito com que a população aproxime-se mais da cooperativa e o esforço de diretores, cooperados e colaboradores em manter os cooperados unidos e a cooperativa sustentável.

No entanto, diante dessas duas políticas inseridas no cenário da microrregião, contempla-se a existência de contrariedades que obstruem as cooperativas e associações em usufruir dos benefícios gerados por elas, o que se confirma quando apenas um empreendimento de uma microrregião que possui dez municípios, consegue beneficiar-se do PAA.

Em depoimentos prestados por associados de alguns empreendimentos no 2º encontro de Cooperativas, Associações e Vazanteiros e Ribeirinhos do

Território Médio Araguaia (figura 17 e 18) realizado em Caiapônia nos dias 01 e 02 de outubro de 2015, foi possível perceber que os empreendimentos tem enfrentado dificuldades para inserir-se nessas políticas, estas provocadas por questões internas relacionadas à estrutura da organização e externas referentes a mecanismos fiscais e sanitários locais que enfraquecem e ameaçam os empreendimentos.



Figura 17: II encontro de Cooperativas, Associações, Ribeirinhos e Vazanteiros do Médio Araguaia em outubro de 2015 na cidade de Caiapônia-GO.
Fonte: arquivo da pesquisa (2015).



Figura 18: Agricultores reunidos em plenária no II encontro de Cooperativas, Associações, Ribeirinhos e Vazanteiros do Médio Araguaia em outubro de 2015 na cidade de Caiapônia-GO.
Fonte: arquivo da pesquisa (2015).

A primeira dificuldade interna, além da necessidade de formalização dos empreendimentos, que gera dispêndios financeiros, é a elaboração do projeto exigido pelo PAA para comprovar sua capacidade em executar o programa, pois

os empreendimentos não se sentem capazes para a elaboração dos mesmos, sendo obrigados a contratar terceiros. A segunda dificuldade relatada é o planejamento e racionalização da produção que atenda a escala de produção e responda às demandas tanto do PAA quanto do Pnae, ora os produtores estão acostumados a produzir de forma desordenada.

Outro obstáculo para a comercialização institucional é promovido por fatores externos aos empreendimentos e trata-se da regularização dos produtos de origem animal (ovo, frango, queijo, mel, leite etc.) e gêneros alimentícios de origem vegetal, (rapadura, polvilho, farinha) processados. A inexistência do SIM (Serviço de Inspeção Municipal), conseqüentemente restringe a comercialização desses produtos que não podem ser vendidos, nem mesmo em feiras devido à fiscalização da vigilância sanitária. Em relação ao SIM também não há nenhuma movimentação política para a implementação desse serviço em Iporá, apesar da obrigatoriedade sua implantação ter sido aprovada pela Lei n.º 07/16 em 04 de maio de 2016 (OESTE GOIANO,2016).

Outro fator externo discutido em plenária no mesmo encontro e apresentado ao grupo presente e para a Gerente Estadual de Merenda Escolar do Estado de Goiás, convidada para o encontro, está relacionado às exigências para o transporte dos alimentos dos empreendimentos até as escolas, consideradas pelos produtores fora da realidade econômica em que estão inseridos. Levando cooperado a expressar sua indignação

Para atender as exigências do Pnae sou obrigado a comprar um caminhão Baú , não temos dinheiro para comprar um caminhão um Baú ,pra isso precisamos fazer um financiamento no banco,financiamento para cooperativa aqui não existe!,é só ir lá no Banco do Brasil, vou lá me individuo, faço um Pronaf que garantias eu tenho que o dinheiro do Pnae vai pagar ou contribuir com o pagamento da parcela? Nenhuma!! É um risco... (Cooperado da Cooperjardim).

Como resposta, os produtores ouviram da Gerente Estadual de Merenda Escolar, que os mesmos terão que se adequar às normas, porque o Estado tem que cumprir a Lei imposta pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, revelando um aparente distanciamento entre os gestores públicos e os empreendimentos da agricultura familiar, quando a articulação desses atores faz-se tão necessária para ambas as partes.

Desta forma, os problemas discutidos trazem à luz os embaraços vivenciados pelos empreendimentos para ter acesso às duas políticas públicas, apesar de reconhecidas como oportunidades de acesso ao mercado pelos empreendimentos solidários e uma alternativa para desencadear o desenvolvimento local, o seu alcance ainda é complexo e laborioso para muitos, deixando claro, que só a oferta de acesso aos mercados institucionais ainda não é suficiente para a sustentabilidade das cooperativas e associações da microrregião de Iporá.

3.4.A gestão compartilhada do Centro de Comercialização de Iporá: um desafio para cooperação.

O centro de comercialização de Iporá foi construído pela Prefeitura Municipal por meio de recursos federais oriundos do Proinf (Projetos de infraestrutura e serviços nos territórios rurais) com o objetivo de oferecer infraestrutura física e equipamentos aos produtores da agricultura familiar e impulsionar a produção dessa categoria em toda a microrregião de Iporá.

O Proinf é resultado das estratégias do Ministério do Desenvolvimento Agrário e da implementação de políticas públicas que se opõem à pobreza, à desigualdade social, buscando realizar a inclusão produtiva e o fortalecimento da agricultura familiar. De acordo com o MDA (2014, p.02) o Proinf “tem contribuído para a qualificação de processos produtivos e econômicos da agricultura familiar nos Territórios Rurais”



Figura 19: Centro de Comercialização de Iporá.
Fonte: arquivo da pesquisa.

Apesar de o centro de comercialização de Iporá ter uma aplicabilidade importante na cadeia produtiva da agricultura familiar, esse espaço enfrenta, desde 2011, alguns empecilhos provocados por entraves políticos entre o grupo gestor do espaço (COOPERCOISAS) e convênio com o poder público que financiava o pagamento de despesas operacionais geradas pelo centro de comercialização, provocando o fechamento do mesmo por alguns períodos, conforme noticiado pelo jornal local Oeste Goiano.

Em dez visitas que a reportagem do Jornal OG fez durante o mês de junho ao Centro de Comercialização de Iporá, localizado na Feira Coberta constatou que este se encontra fechado. No primeiro semestre deste ano, a Coopercoisas realizou na Câmara de Vereadores apresentação da proposta do plano de gestão do centro de comercialização da agricultura familiar do Território do Médio Araguaia – micro–região de Iporá e deu prosseguimento no processo de implantação do mesmo com o espaço cedido pela Prefeitura de Iporá. No entanto, o que se observa, apesar da Coopercoisas ter se mudado para o novo estabelecimento, é que este ainda não funciona (OESTE GOIANO,2011).

A dificuldade em gerir o centro de comercialização de Iporá, tornou esse espaço subutilizado, passando a ser usado apenas para realização de feiras, como narra Luzia Luzinete

... centro em si ele está funcionando como feira, enquanto a produção o local, produção local né? De uma maneira mostrou mesmo na precariedade, dificuldades desafios é o único centro do território tem que tem uma atividade aqui em Iporá... (Luzia Luzinete,2015).

Luzia Luzinete afirma que o centro estava sendo utilizado apenas para a realização da feira da economia solidária local, subutilizando a função do mesmo, que deveria ser a de organizar a produção e comercialização dos produtos da agricultura familiar de Iporá e região.

Em 2015, após várias discussões sobre a necessidade e importância do funcionamento dos centros de comercialização existentes no Território, promovidas pelo Comitê Gestor do Território Médio Araguaia, apoiados pelo Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal de Goiás, o MDA e os empreendimentos solidários da agricultura familiar, chegou-se a conclusão de que apesar de todos os problemas enfrentados pelo Centro de Comercialização de Iporá, ele apresenta melhores condições de funcionamento quando comparado a outros dois centros de comercialização existentes no Território Médio Araguaia localizados no município de Piranhas e Jussara.

Quadro 6: Ações que discutiram a gestão do centro de comercialização da agricultura familiar na região de Iporá no ano de 2015.

PERÍODO	LOCAL	PAUTAS
29 de maio	Câmara Municipal de Iporá	Diagnóstico da realidade rural dos municípios do território Médio Araguaia. Avaliação dos 3 centros de Comercialização do Território Médio Araguaia (Iporá, Piranhas e Jussara)
05 de agosto	Universidade Estadual de Goiás	Apoio aos Projetos de Infraestrutura em Serviços em Territórios Rurais. /Planejamento das atividades do Grupo de Comercialização. / Lançamento do plano safra e II Encontro de Cooperativas, Associações, Vazanteiros e Ribeirinhos e I Feira da Agricultura Familiar e Reforma Agrária do Território Médio Araguaia,
17/08/2016	Centro de comercialização de Iporá	Criação do regimento interno da gestão compartilhada do centro de comercialização de Iporá e conversa com os produtores vinculados ao centro.

Fonte: Quadro organizado a partir de dados da pesquisa.

A partir de então, as preocupações voltaram-se para o modelo de gestão que tornasse o funcionamento do centro de comercialização de Iporá eficaz, surgindo das plenárias de discussão territorial, a ideia da Gestão Compartilhada desse espaço, no intuito de fortalecer as atividades do centro de comercialização através da inserção de outras cooperativas no planejamento das atividades do centro de comercialização e reforçar a feira da economia solidária e da agricultura familiar juntamente com a COOPERCOISAS,

“O objetivo é fazer com que funcione, para funcionar precisa como é um centro de comercialização precisa ter produto pra venda ... então aí porque se compartilhou entre as quatro cada cooperativa tem um pouquinho de cada coisa, então ao forma de funcionar juntar as quatro para fazer uma base e dentro dessa base fazer com que funcione, cada uma participa com o que teme ninguém pode dar aquilo que não tem (VICENTE PINHEIRO,2015- Membro do grupo de trabalho do centro de comercialização de Iporá).

Sendo assim, os trabalhos sob a gestão compartilhada do Centro de Comercialização foram iniciados em 3 de setembro de 2015, com a reinauguração da nova feira da agricultura familiar e da economia solidária. Foram inseridas nesse processo de gestão compartilhada a COOPERCAP (Cooperativa Mista Agroindustrial dos Agricultores Familiares dos Municípios de Caiapônia e Palestina de Goiás), COOPERGUIA (Cooperativa Mista Dos Agricultores Familiares da Comunidade Nossa Senhora da Guia) COOMAFIR e COOPERJARDIM (Cooperativa Mista de Agricultores e Agricultoras familiares de Bom Jardim de Goiás).

Portanto, o papel dessas cooperativas na gestão compartilhada do Centro de Comercialização é criar um plano de gestão com apoio da Universidade Federal de Goiás, focando no primeiro momento no planejamento da produção em conjunto, para atender o mercado institucional do PNAE e PAA e criar estratégias para superar os desafios e gargalos do processo de comercialização em todo o Território Médio Araguaia (LUZIA LUZINETE e VICENTE PINHEIRO,2015- Membros do grupo de trabalho do centro de comercialização de Iporá).

Para Renata Ferreira Soares (2015) – presidente do grupo de trabalho do centro de comercialização de Iporá e Vicente Pinheiro (2015), o maior desafio dessa gestão compartilhada é que não há um modelo para seguir, pois esta é a primeira experiência do Estado de Goiás.

Não há um grupo em possamos nos espelhar, é o único, nunca ouviu –se falar em gestão compartilhada entre cooperativas, não se vê, não tem como buscar um apoio, vamos lá aprender..., começamos do nada... vamos seguir... como diz a frase a frase do Vitorino, nós não casamos, mas juntamos a escova, pois nunca se viu cooperativas grandes querendo apoiar cooperativas pequenas, a partir do momento que eles aceitaram ajudar nós, nós nos sentimos na obrigação, no dever de ajudar eles com o quê? O quê que nós tem? A nossa força de vontade né. Porque do mesmo jeito que eles não dariam conta de trazer os produtos deles pra cá com a nossa ajuda eles estão trazendo e tá levando o nosso pra lá, que dia nós ia dar conta de levar nossos produtos pra lá, não daria! Hoje já tem espalhado produto por boa parte do território. Não me atrevo falar em pontos ne ativos, eu não me atrevo, porque o projeto está muito recente, porque tá muito cedo são cinco meses de discussão e um mês de trabalho.

Como resultado dessa gestão compartilhada e assessoria da Universidade Federal de Goiás na elaboração de projetos em outubro de 2015 (figura 20) para o PNAE, o Centro de Comercialização de Iporá, conseguiu viabilizar a venda dos seus produtos para 70 escolas da subsecretaria de educação de Piranhas e Jussara e Iporá, gerando um montante R\$ 116.556,00, atendendo praticamente 100% do repasse do FNDE para estas escolas.



Figura 20: Reunião de planejamento do PNAE no centro de comercialização de Iporá.
Fonte: Centro de Comercialização de Iporá (2015)

Na visão de Vitorino Batista (2015) presidente da COOPERCAP, as conquistas já alcançadas, nesse pouco espaço de tempo, devem-se aos espaços de discussão e informação sobre essas políticas, criados a partir da

ideia do projeto de gestão compartilhada, que tem apoiado o produtor da agricultura familiar e a formação de parcerias.

A partir dessa proposta da gestão compartilhada ... surgiu a possibilidade do acesso ao repasse das escolas, que as escolas que poderiam tá comprando, melhorando sua alimentação durante esse restante de ano, isso é muito dinheiro, apesar que as escolas não tá sabendo, criando dificuldades, criando picuinha, mas nós conseguimos pessoas qualificadas juntos a UFG que já tinha o projeto para ajudar o território e ai foi chegando mais pessoas para agente poder atender a demanda e a Secretaria de Educação do Estado foi um dos pontos que abraçou essa causa ...mostrando para as escolas que elas eram obrigadas a comprar , esse dinheiro, que não era para desviar para outro lado, é comprar da agricultura familiar. Então isso para nós cooperativa, como eu acho que não existe cooperativa grande ou pequena, mais organizada ou menos organizada, o que existe é a boa vontade...tudo começou agora estamos começando tudo junto apesar da COOPERCOISAS já ter uma longa caminhada de conhecimento, mas hoje, nós, assim praticamente a gente se olha pra gente mesmo, não olha para o outro com diferença e senta para discutir as coisas, olhar as nossas planilhas porque é coisa nossa, não é minha, é uma construção, é uma rede...(VITORINO BATISTA,2015-membro da COOPERCAP).

O relato dessa experiência descrita pelo presidente da COOPERCAP demonstra os tipos de relações que são estabelecidas no processo de formação de uma rede de colaboração solidária como a que se constrói em Iporá.

A construção dessas relações significa incorporar-se ao outro, apropriando-se de certos comportamentos, dos quais o propósito é garantir também o desenvolvimento do outro, em um movimento recíproco e em diversos graus. Quanto maior a diversidade assimilada nas redes de colaboração solidária, maior serão as conquistas da liberdade pública e privada para todos e a construção do bem viver. Porém, não se compartilha em uma rede de colaboração solidária, somente a vida cultural e política, também se partilha a vida econômica, suas atividades produtivas em um fluxo material que nutrem a reprodução social da vida de todos (MANCINI, 2002, p.83).

Conforme a Rede Brasileira de Comercialização Solidária (2014), a organização das redes solidárias tem sido utilizada como uma estratégia para incentivar o desenvolvimento local pela sua capacidade de interligar os empreendimentos solidários de produção, comercialização, consumidores e outras entidades da sociedade civil, tornando sua sustentabilidade dependente da interação ativa de seus participantes, para que se mantenha a produção material (produtos) e imateriais (informações, valores, conhecimento).

Para a sustentabilidade desse projeto, o grupo de trabalho do centro de comercialização de Iporá, compreende a importância da participação dos produtores da agricultura familiar e da comunidade de todo o território. Para isso é necessário que

...as pessoas acreditem no potencial dos projetos desenvolvimentos pelas cooperativas, que as pessoas acreditem em uma outra logística de produção, de produzir e vender não para o atravessador, para o centro de comercialização, não só o centro de comercialização, mas o mercado que tá ai aberto para receber produtos de qualidade, é uma construção... (LUZIA LUZINETE,2015).

Ainda em relação à sustentabilidade desse tipo de ação, Mance (2005) fundamenta a ideia expressa pelo Grupo de Trabalho formado para gerir o Centro de Comercialização de Iporá, elencando a colaboração dos participantes, já citado por Luzia Luzinete- membro da COOPERCOISAS, o reinvestimento dos excedentes e difusão do consumo solidário, como os três fatores, cujas viabilidades deste tipo de alternativa dependem para funcionar. Segundo o autor, atendendo a esses quesitos, é possível construir um novo modo de produzir e viver, apesar dos inúmeros gargalos que a gestão compartilhada do Centro de Comercialização de Iporá precisa enfrentar como assistência técnica, infraestrutura logística, a inexistência do selo de inspeção municipal.

Inserida ao projeto de gestão compartilhada do centro de comercialização de Iporá, está a feira da agricultura familiar e da economia solidária. Paralela à inauguração do centro de comercialização de Iporá, elaborou-se também, um novo formato para a feira que se realiza todas as quintas –feiras no espaço externo do centro.

Esta feira foi criada com o objetivo de facilitar e comercializar a produção local de hortifrutigranjeiros, extinguindo a presença de atravessadores do processo de comercialização.



Figura 21: Feira da Economia Solidária realizada no Centro de Comercialização de Iporá.
Fonte: Centro de comercialização de Iporá (2015).

As feiras desempenham um elo importantíssimo entre empreendimentos solidários, viabilizando aos produtores que foram postergados pelos grandes mercados uma relação direta com o consumidor, sem a presença de atravessadores, possibilitando ao consumidor adquirir informações sobre a origem do produto, oportunizando aos mesmos uma nova percepção sobre valor, que não esteja somente relacionado ao preço, mas sobre um novo prisma acerca de valores sociais, condições de trabalho e preservação do meio ambiente (ROCHA e CECCON, 2009, p.90).

Em seu novo modelo, a feira receberá produtores de cooperativas de outros municípios, com a finalidade de oferecer por meio da cooperação um *mix* de produtos diversificados.

Assim, em visita à feira em 26 de novembro de 2015, identificou-se a participação de 20 feirantes, alguns de Caiapônia e Diorama, comercializando produtos de produção própria, com exceção de um feirante que também ofertava hortaliças trazidas da Central de Abastecimento do Estado de Goiás (CEASA). Observou-se a venda de produtos in natura (alface, couve, pimenta, mandioca, pepino, tomate, peixe, frutas, etc.), de produtos processados (doces, temperos, molhos, farinha, bolos, tapioca, mel) e artesanatos.

Por meio da aplicação de um questionário em doze bancas, verificou-se que, 75% dos responsáveis pelo ponto de venda são mulheres, possuem uma faixa etária entre 40 a 49 anos de idade e 58,33%, moram na zona urbana e realizam suas atividades econômicas na zona rural. A principal atividade econômica realizada pelos feirantes é agricultura (58,33%) e 83,33% declararam participar de associações ou cooperativas.

De acordo com os feirantes os principais motivos para participar dessa feira é o espaço de comercialização que permite vender direto para o consumidor e divulgar seus produtos, além do aumento da renda.

Com a aplicação dos questionários os resultados demonstram que 66,66% dos feirantes possuem uma renda superior a um salário mínimo. Porém, quando questionados sobre a importância da feira e o que ela proporciona, os mesmos ressaltam que por meio da feira é possível aumentar a renda, mas que o encontro com outros produtores promove a criação de laços de amizade e a troca de informações.

Para eles o que falta para a feira ser ainda melhor é uma divulgação mais intensa, mais participação da comunidade e contribuição do poder público.

Portanto, para os produtores vinculados ao projeto da gestão compartilhada do centro de comercialização de Iporá, a feira da economia solidária é bem mais que um local de comercialização, é um espaço em que os produtores tornam-se visíveis aos olhos da comunidade iporaense, um espaço de socialização, em que há troca de conhecimento entre produtores e consumidores e troca de experiências entre os próprios produtores, demonstrando que a feira tem relevância econômica, social e política.

Todavia, o projeto da gestão compartilhada do centro de comercialização é novo, ainda não é possível fazer ponderações sobre seus impactos, mas é possível notar que esse novo paradigma permitirá a abertura de novos canais de comercialização para os produtores, fundamentado em relações baseadas no princípio da solidariedade, da cooperação e da democracia, ao mesmo tempo em que media relações econômicas e imateriais, melhorando as condições de vida dos agricultores familiares e contribuindo para o desenvolvimento local sustentável.

3.5. A reestruturação do Banco Pequi e a perspectiva da construção de uma rede solidária.

No encaço dos debates sobre o progresso econômico e social da microrregião de Iporá, nascem propostas de desenvolvimento atadas a um modelo produtivo, inerente a uma nova lógica econômica que integra as dimensões econômica, social e cultural .

No decorrer desta pesquisa ,observou-se que os bancos comunitários e as redes de colobaração solidária colocam-se como estratégias primordiais para a geração de renda e para a sustentabilidade dos empreendimentos solidários por todo Brasil,principalmente na região nordeste, contribuindo para o desenvolvimento local por meio de atividades que incentivam a produção e o consumo local.

Os bancos comunitários de desenvolvimento (BCDs) são empreendimentos de natureza associativa e comunitária que prestam serviços financeiros , por meio de microcréditos e serviços financeiros , com o fim de gerar renda e reorganizar as economias locais, considerando os princípios da economia solidária(Instituto Palmas, 2015), assumindo singularidades que o diferem dos bancos tradicionais.

Para melhor compreensão sobre os bancos comunitários cabe destacar o que é microcrédito. De acordo com Servet (2009,p.243) microcréditos são empréstimos de pequeno valor destinados a pessoas que não são atendidas pelo sistema financeiro tradicional, seu público alvo está voltado para pessoas ou grupos que possuem baixa renda, principalmente nos países em desenvolvimento, local em que a grande parte da população encontra-se em situação de exclusão financeira,constituindo um conjunto de clientes potenciais para o microcrédito(SINGER,2009).

Para Abramovay(2004) "O acesso aos bancos é uma das mais importantes condições para aumentar as chances daqueles que vivem do trabalho por conta própria e próximos à linha de pobreza", negando a ideia de que é preciso que as pessoas melhorem suas condições financeiras, para depois ter acesso e usufruir dos serviços financeiros.

A primeira experiência de microcrédito foi realizada em 1976, por Muhammad Yunus em Blangadesh na Ásia. Yunus ,após o término do doutorado

nos Estados Unidos, inconformado com a ineficiência das teorias econômicas e com as políticas de desenvolvimento, voltadas para as comunidades pobres de Bangladesh, resolveu juntamente com professores e alunos da Universidade de Chittagong fazer excursões na aldeia de Jobra, uma área próxima à universidade, a fim de descobrir uma forma de melhorar as condições de vida das comunidades pobres. Após anos de investigação compreendeu que o principal motivo para aquelas pessoas se manterem na pobreza estava relacionado à falta de acesso ao crédito e a sujeição aos juros exorbitantes cobrados pelos agiotas. Muhammad Yunus concluiu que pequenos empréstimos poderiam mudar a realidade daquela comunidade. Nasce então, Grameen Bank (Banco da Aldeia) ,o Banco dos Pobres,com a função de conceder empréstimos para a população rural baseados na confiança,na ajuda mútua e na solidariedade, principalmente das mulheres que eram chefes de família,sem a exigência de nenhuma garantia. Com o passar dos tempos o Grammen Bank passou a prestar outros serviços financeiros além do crédito,como poupança, seguros, orientação financeira,etc ,tornando-se a mais célebre instituição de microfinanças do mundo, difundindo-se por mais de 50 países da Europa (FIORI et al.,2004,p.75.). Para Silva Júnior (2008,p.9) o Gramenn Bank serviu de inspiração para a criação do primeiro banco comunitário do Brasil, o Banco Palmas.

O Banco Palmas foi criado em 1998, em uma bairro em Fortaleza no estado do Ceará, pela Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP), no Conjunto Palmeiras,na época com 30.000 habitantes. Após terem resolvido os problemas de falta de infraestrutura na comunidade, a população tinha ainda o desafio de superar a escassez de trabalho e a falta de renda. O Banco Palmas fundamenta suas ações no financiamento de atividades econômicas dos moradores do bairro, na capacitação da população e na criação de uma rede solidária de produção e consumo local. Por meio do modelo organizacional transformador da entidade, baseado na inclusão produtiva, o Banco Palmas tornou-se um instrumento capaz de reduzir a probreza e combater a exclusão social, em suma sua metodologia passou a ser reconhecida mundialmente e replicada por meio do Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidário, criado em 2003, com o objetivo de disseminar no Brasil e no exterior a estratégia de desenvolvimento local utilizada pelo Banco Palmas e as tecnologias sociais da economia solidária .

Em 2005, após o reconhecimento do Governo Federal da relevância da experiência realizada em Fortaleza-CE, como um mecanismo impulsor de desenvolvimento territorial, firmou por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) uma parceria com o Instituto Palmas ,financiando o Projeto de Apoio à Organização de Bancos Comunitários, permitindo ao Banco Palmas incentivar e acessar a criação de novos bancos, fazendo com que essa experiência se multiplicasse em todo país (SILVA JÚNIOR, 2008,p.12) .

Sobre os resultados das atividades do Banco e do Instituto Palmas, Melo Neto ratifica a importância das duas entidades, difundindo em números os impactos promovidos pelas duas instituições no período de 2010 a 2011, citando que as ações desenvolvidas pelo Banco juntamente com o Instituto Palmas colaboraram

... para superação da pobreza, através da inclusão socioproductiva, financeira e bancária de 15.000 pessoas nesses últimos dois anos. “Colaborou” é o termo certo, diante de nossa crença que “ninguém supera a pobreza sozinho e sem desejar supera-la”, por tanto, é a própria pessoa/comunidade a protagonista do seu desenvolvimento. Sendo assim, o primeiro mérito dos resultados alcançados é o da própria comunidade, homens e mulheres que resolveram não aceitar a condição de pobreza como uma dádiva de Deus, nem se contentaram em viver simplesmente com ajuda dos programas de distribuição de renda. Ao mesmo tempo é bom afirmar que dentre esses 15 mil vários já não viviam na extrema pobreza, são pequenos comerciantes, trabalhadores formais e informais que de uma forma ou de outra já tinham seu sustento assegurado (MELO NETO ,2012, *apud* INSTITUTO PALMAS,2012, p.04).

Em 2013, o Banco Palmas completou 15 anos, apresentando resultados positivos. De Janeiro a Abril de 2013 o Banco Palmas portava 3.789 famílias em sua carteira ativa, movimentando o valor de R\$ 2.416.229,47, um aumento de 23,8%, se equiparado ao mesmo período no ano anterior, beneficiou 1.011 famílias com crédito produtivo, emprestando R\$ 1.331.153,75 (tabela 12) , fazendo circular 42.500 Palmas⁸ pelo bairro por meio dos 260 estabelecimentos .Foram realizadas 1.380 visitas pelos agentes de inclusão socioproductiva às famílias beneficiadas pelo programa Bolsa Família (INSTITUTO PALMAS ,2013, p.01-09).

⁸ Moeda social que circula pelo bairro.

Tabela 12: Carteira de Crédito do Banco Palmas de janeiro a abril de 2013 e 2014.

Ano	Dados da carteira	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril
	Carteira ativa (Em reais)	1.511.417,51	1.583.156,58	1.742.979,48	1.839.226,39
2012	Carteira ativa (Nº de famílias)	3.148	3.197	3.336	3.416
	Carteira ativa (reais)	2.213.925,73	2.251.434,40	2.313.953,16	2.416.229,47
2013	Carteira ativa (Nº de famílias)	3.772	3.759	3.754	3.789

Fonte: adaptado de Instituto Palmas (2012) e Instituto Palmas 2013.

Os serviços prestados à comunidade pelo Banco Palmas vão além da oferta de crédito, no mesmo intervalo mencionado acima, 1.655 pessoas receberam cursos de qualificação financeira, pedagógica ou profissional, efetivou 84.327 atendimentos para as correspondentes bancárias (aberturas de contas, pagamento bolsa família), movimentando R\$ 12.002.572 (INSTITUTO PALMAS, 2013, p.01-09)

Assim, os serviços microfinanceiros prestados pelo Banco Palmas, configuram em uma importante ferramenta de inclusão social, por permitir o acesso ao sistema financeiro, geralmente com juros baixos, além de instigar a criatividade e capacidade empreendedora da população carente.

Desde a criação do Banco Palmas, 102 bancos comunitários foram criados até 2013 em todo o Brasil, entre eles o Banco Pequi em Iporá-GO. Esses empreendimentos apresentam maior concentração nos estados do Nordeste (51), seguido pela Região Sudeste (25), Norte (16) e Centro Oeste (10) formando a rede brasileira de bancos comunitários e a inexistência de bancos comunitários na Região Sul.

O quadro abaixo, demonstra a expansão dessas experiências de geração de renda e trabalho originados em contextos diversos. Observa-se um crescimento significativo após 2005, isso se explica devido ao reconhecimento do Governo Federal da importância dessa estratégia como uma política pública de inclusão financeira e de desenvolvimento territorial.

Quadro 7: Ano de criação e distribuição geográfica dos bancos comunitário brasileiros de 2004 a 2013.

Ano	Região Norte					Região Nordeste							Região Centro Oeste				Região Sudeste			
	AC	AP	AM	PA	RO	BA	CE	MA	SE	RN	PB	PI	GO	MT	MS	DF	SP	RJ	MG	ES
2004							1													
2005						1	1													
2006							3								1					1
2007							3	1				1								1
2008						1	16				1									2
2009				1		2	1										5		1	
2010							1											1		
2011	1	1	3	1		1	10											3		
2012	1	1		5	1				1		1	1	1	2	2	3	5	1	2	3
2013				1		3				1				1						
TOTAL	2	2	3	8	1	8	36	1	1	1	2	2	1	3	3	3	10	5	3	7

Fonte: Adaptado de Rede Brasileira de Bancos Comunitários (2013).

Como resultado, novos BCDs surgiram financiados pela SENAES/MTE e apoiados pelas EAFs (Entidades de Apoio e Fomento). Atualmente, os BCDs brasileiros contam com cinco instituições de apoio e fomento, porém cabe a essas organizações a disseminação da metodologia de criação dos BCDs, identificando nos territórios, comunidades que se assemelham e acreditam no projeto BCDs, adequando as metodologias de implementação dos bancos às singularidades de cada comunidade.

Quadro 8: Entidades de Apoio aos Bancos Comunitários de Desenvolvimento do Brasil e suas ações.

ENTIDADE DE APOIO E FOMENTO	AÇÕES
Instituto Palmas	Coordenação nacional da rede de BCDs e a criação de novos bancos no estado do Ceará
Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento dos Territórios da Universidade Federal da Bahia (ITES/UFBA)	Apoio e criação de BCDs na Região Nordeste
Núcleo de Economia Solidária na Universidade de São Paulo (NESOI-USP)	Apoio, pesquisa, incubação de empreendimentos solidários fortalecimento e criação de bancos comunitários na Região Sudeste.

Atelie de Ideias do Espírito Santo.	Ações de fomento ao BCDs da Região Sudeste e Centro Oeste.
Instituto Capital Social da Amazônia	Reponsável pelos BCDS da Região Norte

Fonte:adaptado de Rio et al.(2013,p.5).

Apesar da importância da intervenção das instituições de apoio e fomento e de parcerias públicas e privadas para a criação e desenvolvimento dos bancos comunitários, a capacidade de mobilização e a participação por livre iniciativa da comunidade, são condições essenciais para a constituição desse tipo de empreendimento solidário, uma vez que os bancos comunitários são geridos pela própria comunidade. São os atores locais que reconhecem e identificam as necessidades e os potenciais produtivos dos territórios, possibilitando a construção de atividades socioprodutivas e consequentemente a criação de uma rede de produtores e consumidores locais.

Sendo assim, foi nessa perspectiva de originar um empreendimento solidário que apoiasse outras práticas de economia solidária com capacidade de promover a articulação entre produtores do município de Iporá, ligados ao movimento da economia solidária com prestadores de serviços e consumidores local ,que nasceu o Banco Comunitário Pequi amparado pela organização não governamental Atêlie de Ideias(Luzia Luzinete,2015- Agente de desenvolvimento Comunitário e membro da COOPERCOISAS).

Em 2011, a Associação Ateliê de Ideias, responsável por acessar os BCDs do Centro-Oeste e o Núcleo de Economia Solidária/SP- NESOL desencadeou um conjunto de ações para reestruturar e criar empreendimentos de microcrédito solidário na Região Centro-Oeste, por meio da celebração do convênio de nº 750780/2010 firmado com a SENAES/MTE em 2010 para fomentar “às Finanças Solidárias através do apoio a um banco comunitário já existente e a implantação de outros 09 (nove)bancos na Região Centro-Oeste do Brasil’, por meio da alocação de o valor total do será de R\$ 1.086.956.56, entre eles estava o Banco Pequi (ATELIÊ DE IDEIAS,2012; DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO,2010, p.253.)

As discussões sobre a criação de um banco comunitário de Iporá foram iniciadas em 2012 (figura 22) por atores da economia solidária vinculados ao

Fórum goiano de Economia Solidária como Deusdete Oliveira⁹ na época coordenador do Fórum Goiano de Economia Solidária e por membros da COOPERCOISAS, entidade escolhida para ser gestora do Banco Pequi em Iporá e por filiados da antiga Organizacional Cultural e Artística de Iporá-OCA (IOLANDA,2016- Agente de desenvolvimento comunitário).



Figura 22: Palestra realizada por Leonora Michelin Laboissière Mol, sobre a implantação do banco comunitário, no Salão Paroquial Santa Gema em Iporá –GO, no dia 10.07.2012. Fonte: OESTE GOIANO,2012.

O Banco Pequi foi inaugurado em 20 de dezembro de 2012, em Iporá, diferentemente de outros bancos comunitários do Brasil e do Centro-Oeste, a determinação da sua área de abrangência não foi limitada a um bairro, devido ao número de habitantes existentes no município, pois a metodologia de implantação dos bancos comunitários sugere que um território com 50.000 habitantes seja atendido por um só banco comunitário. Assim os serviços do Banco Pequi foram direcionados a toda população iporaense que estivesse expropriada de condições para realizar sua atividade econômica e postergada pelo sistema financeiro convencional.

⁹ Deusdete Oliveira foi um grande ator da economia solidária no Estado de Goiás, coordenador do Fórum Goiano Economia Solidária, acreditava no desenvolvimento sustentável da zona rural. Era defensor da Agricultura Familiar e lutava pelo fortalecimento dos empreendimentos solidários deste segmento. Seu falecimento em 20 de fevereiro de 2013, aos 44 anos de idade fez com que Goiás perdesse um dos protagonistas do movimento da economia solidária estadual e Iporá perdesse o principal articulador e apoiador desse movimento no município, enfraquecendo a Economia Solidária no iporaense.



Figura 23: Inauguração do Banco Pequi, do Centro de Comercialização de Iporá e da feira da agricultura familiar e da economia solidária (esquerda para direita: Antônio das Chagas, Deusdete José de Oliveira, Valdion Marques, Leonora Michelin Laboissière Mol, Prefeito José Antônio, Fausto Pachêco e Valdeci Borges).
Fonte: Oeste Goiano,2012.

Como os outros bancos comunitários, o Banco Pequi é uma organização de natureza comunitária e solidária, gerido pela própria comunidade, por meio de um comitê gestor e de um fórum de desenvolvimento, formado pela própria população, pelos empregados¹⁰ do banco e pela COOPERCOISAS, entidade gestora do Banco Pequi, oferecendo crédito de produção para os empreendimentos solidários em real e crédito para consumo pessoal e familiar em moeda social. Dessa forma, o Banco Pequi tornou-se a única experiência desse tipo de empreendimento em Goiás, disponibilizando acesso a linhas de créditos de produção para os empreendimentos solidários e ao crédito de consumo para as famílias para a compra de itens essenciais como gás ou pagamento de serviços como fornecimento de água e energia, garantindo às pessoas sanar necessidades básicas e urgentes.

O que difere o sistema de financiamento do Banco Pequi, do modelo de concessão de crédito tradicional, é a política de crédito baseada em relações de proximidade entre o tomador do crédito e a comunidade, permitindo que empréstimos sejam realizados pelo Banco Pequi, sem a necessidade de consulta a nenhum tipo de serviço de proteção ao crédito e exigências de garantias de pagamento.

¹⁰ Em março de 2012 por meio de um edital de seleção 015/2012 a Associação Ateliê de Ideias contratou dois empregados para o Banco Pequi, um para a vaga de agente de crédito comunitário e outro para cumprir a função de agente de desenvolvimento solidário, tendo como área de atuação Iporá (Associação Ateliê de ideias,2012).

No banco Pequi, os financiamentos são cedidos à população, respaldados nas relações entre vizinhanças, são através de informações adquiridas pelo agente de crédito sobre a vida do tomador de crédito na comunidade, que os empréstimos são liberados. Assim a própria comunidade faz o controle da concessão de créditos e da cobrança, tornando a responsabilidade sobre o financiamento coletiva e a taxa de inadimplência baixa, pois as transações dos BCDs se sustentam em laços de proximidade e relações morais recíprocas.

Apesar de a democratização ao crédito realizado pelo Banco Pequi ser considerado como um dispositivo capaz de estimular o desenvolvimento dos territórios de maneira a impulsionar a economia local, ainda não é suficiente para tornar os empreendimentos solidários iporaenses sustentáveis e promover o desenvolvimento. Barbosa (2007, p.172) corrobora com esta ideia argumentando que

Não basta facilitar o crédito, é preciso desenvolver ações que fortaleçam a manutenção dos empreendimentos financiados, consolidem parcerias e cadeias produtivas que coloquem em relação produtores e consumidores. Na narrativa a respeito, no campo da economia.

Para a autora, o papel dos bancos comunitários como um instrumento catalisador de desenvolvimento, está além da oferta de crédito. Para estimular o desenvolvimento local é necessária a geração de propostas que envolvam o potencial econômico local e as características socioculturais da comunidade, resultando em projetos socioeconômicos que sejam capazes de movimentar as finanças locais.

Ainda em relação à função dos bancos comunitários Silva Júnior (2015, p.155) afirma que os bancos comunitários são empreendimentos de concessão de microcrédito com uma natureza bastante *sui generis*, pois não apenas concede microcréditos, como articula produtores, consumidores, comerciantes e moradores do local redimensionando e reorganizando a economia local no espaço onde ele se instala.

Nessa perspectiva da criação de um projeto socioeconômico direcionado para estimular o desenvolvimento local, foi inaugurado juntamente com o Banco Pequi, o Centro de comercialização de Iporá, a Feira da agricultura familiar e economia solidária, além de ser colocada em a circulação a moeda social Pequi.

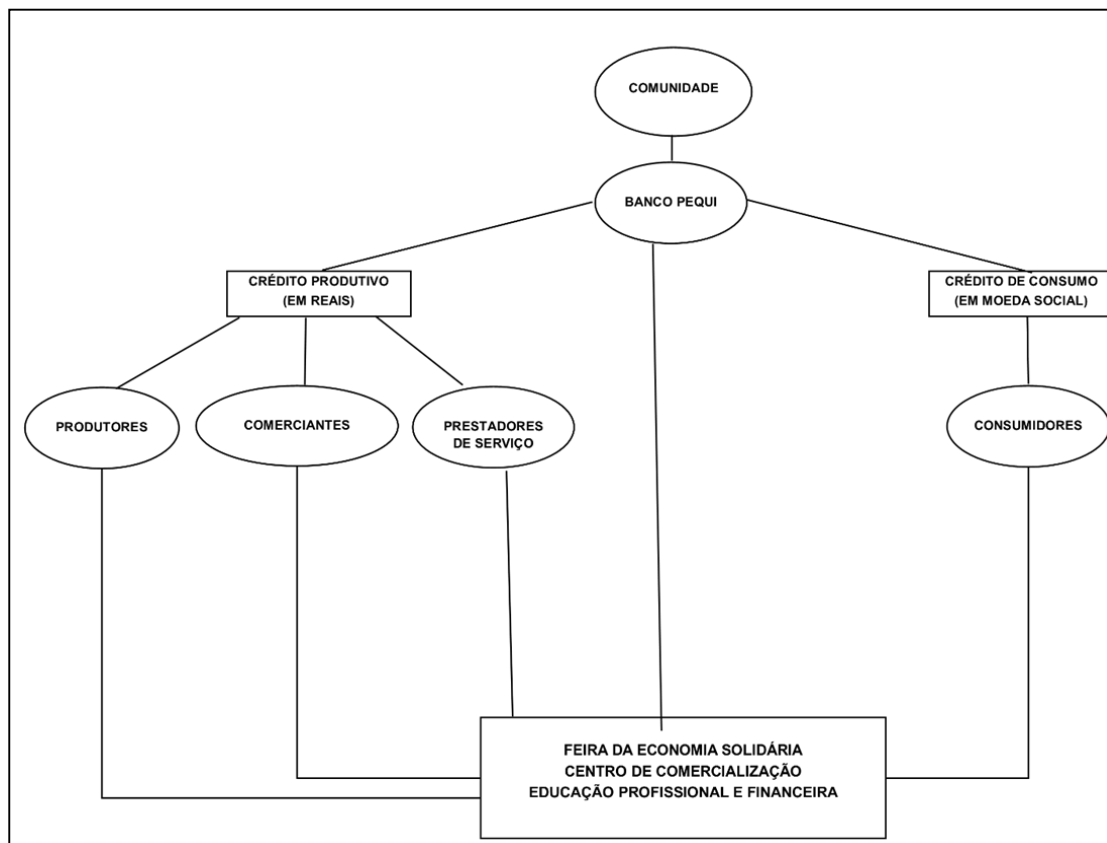


Figura 24: Rede de colaboração solidária articulada pelo Banco Pequi em Iporá.
Fonte: adaptado de Rede Brasileira de Bancos Comunitários.

Todas essas iniciativas criadas em Iporá, tem como finalidade estimular a criação de um canal em que consumidores e moradores sejam estimulados a comprar e a consumir dos produtores, comerciantes e prestadores de serviços locais, promovendo a estruturação de oferta e demanda de acordo com as necessidades identificadas pela própria comunidade, formando uma rede de presumidores, termo utilizado por França Filho e Silva Júnior (2009) para definir esse sistema de relações de troca que reorganiza as cadeias produtivas locais e estimula o desenvolvimento territorial, essa rede é constituída principalmente de agricultores familiares.

Na visão de Mance (2002, p.242), a formação desses tipos de rede nos territórios como o de Iporá, pode atender o carecimento urgente da população por trabalho, pelo aumento do consumo, por educação, introduzindo novos modos de produzir e consumir, como acontece em outros locais como no bairro Palmeiras em Fortaleza no Ceará e em Vitória no Espírito Santo, como também criam um espaço democrático em que todos podem participar, discutir e decidir sobre os demais domínios políticas da sociedade de forma igual, impugnando

qualquer tipo de exploração de trabalhadores, a expropriação dos consumidores e qualquer dominação política e cultural.

Ao longo desses 17 anos da existência dos bancos comunitários brasileiros, esta experiência multiplicou-se por todo o país. Muitos estudos evidenciam a relevância dos bancos comunitários, ressaltando as externalidades positivas, produzidas pelos empreendimentos de finanças solidárias nos territórios em que estão inseridos, assim como, emergem discussões sobre os desafios a serem enfrentados por esses empreendimentos e as condições de sustentabilidade que eles possuem (ABRAMOVAY e JUNQUEIRA,2005, p.19-33; RIGO, FRANÇA FILHO e LEAL ,2015, p.103-104).

Esse debate também é um tema corrente no cenário da economia solidária da microrregião de Iporá, pois, o Banco Pequi encontra-se com suas atividades parcialmente interrompidas desde 2012.

Segundo relatos da agente de desenvolvimento do Banco Pequi, contratada pelo Ateliê de Ideias em março de 2016, para realizar a reestruturação do empreendimento iporaense, “o estado atual do banco é de adormecimento desde a sua inauguração em 2012”, estágio provocado por uma crise institucional e política.

Após investigações e por meio de informações coletadas em entrevistas realizadas em janeiro de 2016, com 3 atores envolvidos com o Banco Pequi, elencou-se os principais fatores que têm levado o Banco Pequi ao abortamento de suas atividades. São eles:

Conflitos internos, capacidade de gestão e técnica administrativa -

De acordo com as informações, verificou-se que a proposta estabelecida para a criação do empreendimento de finanças solidárias, ou seja, a gestão comunitária dos recursos e das atividades, não foi compreendida por todos os agentes incluídos no grupo gestor do Banco Pequi, confundindo os serviços prestado pelo Banco com os serviços financeiros tradicionais. Fato confirmado no depoimento abaixo.

...o primeiro problema é que as pessoas que foram escolhidas não se adaptaram a essência, pois tinham vínculo de formação com bancos convencionais, o banco comunitário é o oposto dos bancos convencionais ,a proposta do banco pequi é diferente. E aí...eles não souberam caminhar, porque o banco comunitário é o oposto do banco tradicional...chegou-se a fazer os empréstimos, mas muito pouco, sabe! E depois parou por aí, que o banco não e só empréstimo né! Não é só linha de crédito né! Ele trabalha com o desenvolvimento social da

comunidade, e o que se entendiam era que só questão de números, né! Que o banco fazia...então eles não deram conta de caminhar, porque a proposta é diferente (ENTREVISTADA NSI -1 ,2016).

Levando em consideração o depoimento do entrevistado NSI -1, esse fato fez com que as ações dos gestores entrassem em oposição com os objetivos do banco Pequi e com a própria comunidade, gerando conflitos políticos internos e conseqüentemente, reduzindo as demandas pelos serviços do Banco. Outra divergência interna está associada à vinculação da COOPERCOISAS como entidade gestora local do Banco e a dissociação do conselho gestor local. Como entidade gestora a COOPERCOISAS é a representante legal do Banco Pequi, tornando-se responsável legal pela gestão do empreendimento e por estabelecer parcerias entre o banco e outras organizações. Entretanto, com sua estrutura organizacional insolúvel a COOPERCOISAS, não consegue impulsionar a expansão do Banco Pequi.

Além disso, o conselho gestor não possui força para tomar decisões que interfiram sobre o futuro do banco, contribuindo para seu estado de estagnação. Enfraquecido pelo desânimo dos líderes comunitários e principalmente pela falta de participação das entidades públicas, conseqüentemente esta imobilidade, inviabiliza a criação de novas parcerias, a elaboração de projetos de fomento e extingue as discussões sobre a constituição de políticas públicas que favoreçam o Banco Pequi, tornando o conselho apático diante dos problemas do empreendimento, quando a função do mesmo é tomar decisões estratégicas relacionadas às ações do CDBs, através de assembleias constituídas de instituições públicas, organizações locais e representantes da comunidade (RIGO, FRANÇA FILHO e LEAL,2015, p.8).

Outro problema identificado está relacionado à gestão do Banco, conforme informações primárias adquiridas por meio de entrevista, evidenciam que banco não seguia nenhum tipo de planejamento que determinasse os objetivos e metas a serem alcançados. Esse relato sobre a falta de um planejamento estratégico do Banco Pequi, também é feito por Carvalho (2015, p.13), em seu estudo sobre a importância do planejamento estratégico para os bancos comunitários, o Banco Pequi aparece entre oito bancos sem referência de planejamento estratégico em um universo de dezoito bancos comunitários espalhados pelo Brasil.

Atualmente não é possível obter nenhuma informação sobre as operações realizadas pelo Banco Pequi dos empréstimos realizados em 2012, demonstrando a ineficiência no controle das operações financeiras e da gestão da informação sobre a carteira de clientes. Da mesma forma não é possível afirmar, se atualmente o banco possui ou não recursos para fundo de crédito.

A **sustentabilidade financeira** caracteriza-se como um grande gargalo a ser superado, pois o Banco Pequi, não consegue fazer a manutenção das suas despesas operacionais e constituir um fundo de crédito expressivo, requisitos necessários para o banco manter suas portas abertas.

Todavia vale ressaltar que as fontes de geração e captação dos fundos de créditos dos BCDs são bastante plurais para esse tipo de empreendimento, entre elas são consideradas: os fundos comunitários de finanças solidárias; o montante proveniente de prestação de serviços ou de comercialização de produtos, alocação de recursos junto a entidades públicas e privadas e doações voluntárias. Para França Filho e Silva Júnior (2009, p.35) como resultado desse mecanismo diverso de captação de recursos ocorre a hibridação de princípios econômicos diversos entre as economias mercantil, não mercantil e não monetária, demonstrando que os bancos comunitários possuem uma concepção plural acerca da lógica da economia.” Essa concepção opõe-se a interpretação habitual da economia sempre como sinônimo exclusivo de economia de mercado” evidenciando que é possível haver uma outra economia.

Apesar dos diversos meios para a alocação de recursos, o Banco Pequi não tem realizado nenhum evento para a arrecadação de fundos (bingos, rifas, feiras), como também não consegue firmar convênios com o poder público devido à inabilidade em elaborar projetos e parcerias com organizações da comunidade. Diante desse aspecto é possível notar que o Banco Pequi, não consegue articular-se com a comunidade iporaense.

Questionada sobre essa falta de interação entre o banco e a comunidade a entrevistada NSI (2016) relata que a falta de articulação social acontece desde a criação do banco, pois quem “cria o banco é a comunidade”. “E a criação do Banco Pequi ficou centralizada na entidade gestora” uma vez, que a mesma não consegue envolver a comunidade, conseqüentemente provocando o desfalecimento desse tipo de atividade realizada por esse modelo de empreendimento, cujo arranjo institucional depende da mobilização da comunidade do território em que está inserido.

A falta de articulação social tem prejudicado a formação de parcerias, como relata a entrevista NSI (2016) “O Banco Pequi está só”. A carência de apoio, também prejudicou a circulação da moeda social Pequi em Iporá (figura 25), sem ganhar a confiança da comunidade, foi retirada do mercado em 2014.



Figura 25: Moeda Social Pequi.
Fonte: Arquivo da pesquisa (2016)

As moedas sociais são instrumentos utilizados pelos Bancos Comunitários para incentivar o consumo local, fazendo com que o dinheiro da comunidade circule pelo comércio local. Diferente da moeda tradicional, não visa à acumulação, apresentando os seguintes significados para as comunidades que decidem implantá-la em seus territórios conforme descreve Soares (2009, p.255), caracterizando a moeda social

(1) como “meio de troca” alternativo ou complementar, capaz de gerar melhores condições de vida aos aderentes e/ou (2) como uma prática de reinvenção da economia, reconstruindo-a em moldes responsáveis e participados, de forma integrada com as outras esferas da vida. De qualquer forma ela deve ser interpretada como uma relação monetária que procura desmascarar e colocar em evidência as relações de poder que estão por trás das atitudes mercantis em geral e ainda mais especificamente do instrumento monetário tradicional.

Existem no Brasil algumas experiências quanto ao uso da moeda social como ferramenta de desenvolvimento local, remetendo-se principalmente a moeda Palma que circula há 14 anos no Bairro Palmeiras em Fortaleza no estado do Ceará, gerida pelo Banco Palma. Em março de 2015, o Banco Palma através de uma parceria com a empresa MadeApp, desenvolveu uma plataforma

digital, transformando a moeda social Palma em e-dinheiro, ou seja, em uma moeda social eletrônica, permitindo que a população pudesse realizar operações como compra, venda e pagamentos via celular, sem a necessidade de sinal de internet. Essa nova tecnologia utilizada pelo Banco Palma, permitirá que a moeda social Palma amplie sua circulação para além das fronteiras territoriais do Banco Palma, de modo que o diretor da Rede Brasileira de Bancos Comunitários Joaquim Melo Neto – prevê a utilização dessa plataforma por 1 milhão de pessoas por todo país e um montante em circulação de 25 milhões (em moedas sociais) (LIMA,2015).

A circulação da moeda social foi um desafio para o Banco Pequi, por causa da pequena área de circulação da moeda o que tornava sua vida útil curta. O Pequi logo era devolvido ao Banco em troca do Real. Os comerciantes recebiam de seus clientes a moeda, pois necessitavam adquirir produtos de fornecedores que não recebiam a moeda local, então precisavam realizar a troca, impedindo a reprodução da moeda, com poucas empresas cadastradas para receber o Pequi, o ciclo da moeda torna-se curto, sem o interesse e confiança da população em trocar o real pela moeda Pequi, sem fundo de crédito, a moeda acabou perdendo seu lastro (ENTREVISTADO NSI ,2016) que tinha o mesmo valor do Real.

Em entrevista, o Sr. Donizete Mendes da Silva, proprietário do Supermercado Nosso Mercado em Iporá, lamenta a retirada da Moeda Pequi de circulação, depõe que recebia a moeda social em seu supermercado, esclarece que a ideia da Moeda Pequi, era excelente, incentivava o consumo local e para ele “era muito bom incentiva as compras no supermercado”. Na opinião do comerciante faltou entendimento da comunidade sobre o que era e como funcionava a moeda, além de incentivo da gestão pública.

A falta de políticas públicas locais voltadas para o incentivo aos empreendimentos solidários, também atinge o Banco Pequi. Após muitas visitas à prefeitura “parece que os gestores locais ainda não entenderam ainda o projeto do Banco Comunitário”(Entrevistada NSI,2016),pois na microrregião de Iporá , ainda não estão inseridas na agenda política do poder público municipal a constituição de uma lei que regulamente políticas de desenvolvimento e fomento aos empreendimentos solidários, como acontece em alguns estados brasileiros e em alguns municípios do Centro - Oeste como Apiacás - MT (Lei n.º 0615/2009), Tangará da Serra- MT (2.460/2005). Dourados – MS (Decreto

de Lei n.º 861/2014) (Portal da Economia Solidária do Estado de São Paulo, 2016).

No entanto, a partir da pesquisa bibliográfica e de visita a outro Banco Comunitário, pode-se perceber que essas dificuldades não são distintas somente ao Banco Pequim tal como afirma Silva Júnior (2007, p.14) em sua pesquisa sobre experiências de microfinanças solidárias no Nordeste

[...] percebemos que estas são comuns a todos e podem ser elencadas assim: 1.Gestão (necessidade de capacitação dos gestores dos bancos); 2.Fundo de Crédito (necessidade de parcerias para captação dos recursos); 3. Sustentabilidade (necessidade de desenvolver produtos que reduzam a dependência dos projetos governamentais);4. Moedas Sociais (necessidade de lastro para emissão e de transferência de confiança que garanta a circulação)

Conforme o autor as dificuldades seriam semelhantes, uma vez que esses empreendimentos nascerem a partir de um processo de organização comunitária semelhante.

Em visita, ao Banco Comunitário Nascente no bairro Jardim Gonzaga, no município de São Carlos, localizado no Estado de São Paulo, em 26 de novembro de 2015, em entrevista concedida por Rose Cristina Macedo - agente de crédito, declarou que após 3 anos de funcionamento do Banco Nascente, sua principal dificuldade é tornar –se autônomo, não depender de atos fortuitos do poder público, de entidades privadas ou de doações para manter suas atividades. Outro gargalo é a falta de participação da comunidade e de confiança na moeda social, pois a dificuldade de circulação e a falta emancipação da moeda pela comunidade é a mesma identificada em Iporá.



Figura 26: Visita ao Banco Comunitário Nascente em São Carlos –SP
Fonte: arquivo da pesquisa.

Para Rose Cristina de Macedo, a maioria dos problemas do Banco Nascente seria resolvida se o empreendimento se tornasse uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) como o Banco Palmas, recebendo esse título o Banco Nascente teria mais credibilidade diante da sociedade e receberia o repasse de bens, tecnologias e verbas públicas, em um vínculo legitimado pela Lei n.º Lei 9.790/99.

No entanto, OSCIP é uma qualificação designada a organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, criadas por iniciativas particulares no intuito de desempenhar serviços sociais, incentivadas e fiscalizadas pelo Poder Público. Este título é disponibilizado pelo Ministério da Justiça e tem como objetivo instigar o surgimento de parcerias e convênios entre todos os níveis de Governo (Federal, Estadual e Municipal) e permitir que os montantes doados por empresas privadas aos empreendimentos sociais sejam abatidos no imposto de renda (CARDOSO et al.,2014, p.10).



Figura 27: Sede do Banco Pequi na sede do Centro de Comercialização de Iporá
Fonte: Banco Pequi, maio de 2016.

Em meio a essas dificuldades é que o Banco Ateliê de Ideias, juntamente com os agentes de desenvolvimento comunitário pretende reavivar o Banco Pequi, mesmo diante das dificuldades elencadas nessa pesquisa. Após ações

realizadas pelas agentes de desenvolvimento contratadas pelo Ateliê de Ideias, o Banco Pequi retomou suas atividades e reabriu suas portas em maio de 2016, passando a funcionar na sede do Centro de Comercialização de Iporá.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Comprovou-se ao longo desta pesquisa que o caráter multidimensional e plural dos empreendimentos solidários promove condições para alavancar o desenvolvimento local e ampliar a inclusão social e a cidadania, entretanto, ainda existem muitos obstáculos no dia a dia de suas atividades, comprometendo permanentemente sua sobrevivência. Observou-se que a sustentabilidade dos empreendimentos econômicos solidários não depende apenas da capacidade financeira, mas da aptidão para obter recursos materiais associado ao atendimento das dimensões social, ambiental e política.

A pesquisa realizada para a elaboração desse trabalho demonstrou que os empreendimentos econômicos solidários da microrregião de Iporá enfrentam diversos obstáculos, alguns relacionados ao ambiente interno das organizações, outros provocados por variáveis externas, que fogem do seu controle.

Dentre os problemas internos destaca-se a dificuldade da autogestão, provocada pela falta de articulação/participação dos associados e cooperados e a escassez de capital humano para renovar o grupo gestor, que via de regra, é composto pelas mesmas pessoas por anos.

A falta de conhecimento técnico, também é apontada como problema, pois os empreendimentos solidários não possuem habilidade técnica para gerir as rotinas administrativas, elaborar projetos e construir planejamentos estratégicos. Por isso é importante que se estabeleça articulação entre as organizações e as instituições de ensino existentes na região, e a criação de incubadoras para promover a qualificação dos atores envolvidos. Do contrário, à medida que os empreendimentos vão crescendo, pode ocorrer o abandono dos princípios ideológicos desse jeito de produzir.

Outro gargalo enfrentado pelos empreendimentos solidários são as condições para comercialização de seus produtos, afetada pela inexistência de legislação que facilite seu enquadramento na normatização legal. A legislação sanitária nacional e estadual, e a inexistência de leis em nível municipal, cria barreiras para o beneficiamento de produtos de origem animal e vegetal, prejudicando assim os agricultores familiares que queiram agregar valor aos alimentos que produzem.

Verificou-se que na microrregião de Iporá existiam apenas políticas públicas federais de fomento à economia solidária, não havendo fomento em

nível estadual e municipal. Demonstrou-se, assim, a falta de efetividade da Lei Estadual de nº 17.142 de 10 de setembro de 2010, decretada pela Assembleia Legislativa de Goiás, instituindo no

Art.1º. A Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária no Estado de Goiás –PEFEPS–, que tem por diretriz a promoção da Economia Popular Solidária e o desenvolvimento de grupos organizados auto gerenciáveis de atividades econômicas, de forma a integrá-los no mercado e a tornar suas atividades autossustentáveis, por meio de programas, projetos, parcerias com a iniciativa privada, convênios e outras formas admitidas em lei (Lei nº 17.142, /2010,).

Quanto à esfera municipal, verificou-se que as gestões públicas municipais não demonstraram interesse em estimular os empreendimentos e que algumas parcerias que existiam entre o poder público e os empreendimentos foram revogadas pela gestão municipal da cidade de Iporá de 2012-2016. Nessas circunstâncias, apenas duas políticas de fomento estão sendo executadas na microrregião, especificamente no município Iporá. Trata-se do Programa de Aquisição Alimentar (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Os relatos de atores envolvidos com empreendimentos solidários como a COOMAFIR, COOPERCOISAS, Banco Pequi, confirmaram a relevância destas duas políticas. Através do PAA e do PNAE abriu-se a possibilidade de novos mercados para comercialização, conseqüentemente gerando renda, garantindo a segurança alimentar de escolas, creches e instituições filantrópicas e da comunidade.

Além dos ganhos financeiros, faz-se necessário ressaltar os ganhos imateriais provenientes das relações estabelecidas a partir da troca entre os empreendimentos solidários, as entidades beneficiárias do PAA, escolas, creches e gestão pública, como a troca de saberes, a legitimação dos ideais de solidariedade e sustentabilidade, a preservação da identidade e da culinária local, o reconhecimento e a valorização do cooperativismo.

É preciso que haja entendimento amplificado dessas duas políticas, reconhecendo as mesmas como um instrumento que permite o desenvolvimento local em diversas dimensões: econômica, social, ambiental e política, e que, mesmo com limitações, vêm contribuindo para que os empreendimentos solidários se mantenham viáveis.

Os problemas relacionados ao acesso e a execução desses programas afirmam a necessidade para que políticas públicas locais levem em conta as carências e as potencialidades dos empreendimentos solidários. Os empreendimentos da microrregião de Iporá carecem de políticas amplas, que não sejam apenas compensatórias e que não se limitem à comercialização, mas que abranjam o acesso à qualificação técnica, ao crédito, à logística adequada, investimentos na malha viária municipal e em obras de armazenamento e distribuição. Trata-se de desenvolver políticas inovadoras que estabeleçam a integração entre o social, econômico e as potencialidades locais, fazendo fluir novas experiências transversais envolvendo o poder público e a sociedade.

Quanto ao Banco Pequi, vários desafios a alcançar, como a implantação da moeda social eletrônica, o estabelecimento de parcerias com entidades públicas, privadas e universidades. Muitas dificuldades percebidas em diversos bancos comunitários são superadas através da composição de parcerias, que permitem não só a alocação de recursos financeiros, humanos e materiais, como impulsiona o desenvolvimento social, político e civil.

A reestruturação do Banco Pequi exige que atividades emergenciais sejam executadas, entre elas: a elaboração de um planejamento estratégico que determine quais as ações a serem desenvolvidas pelo banco, a constituição de um fundo de crédito e de manutenção, criação de ferramentas de controle para os processos administrativos.

É preciso também que o Banco Comunitário Pequi se movimente para a criação de um espaço público de discussão que acolha a comunidade, os agentes envolvidos no banco comunitário, instituições públicas e privadas para a formulação de políticas públicas sólidas (fórum, conselho). Faz-se necessário a criação de uma lei de apoio e fomento aos empreendimentos solidários, produzindo um marco legal municipal, que ajude a superar o assistencialismo, tornando o Banco Pequi parte de um conjunto de ações para o desenvolvimento da microrregião. Para isso, é preciso que se amplie a compreensão por parte da sociedade iporaense, dos princípios da economia solidária, do cooperativismo e do seu modelo de gestão e do valor da agricultura familiar para microrregião. Uma sociedade mais consciente cobrará da gestão pública fomentos que incentivem os empreendimentos solidários e que mantenham sua autonomia, assim, políticas públicas municipais poderão emergir.

A identificação das dificuldades, e ao mesmo tempo, do potencial dos empreendimentos solidários da microrregião de Iporá foi o objetivo principal deste trabalho. Para pesquisas futuras, percebeu-se a necessidade de estudos sobre a autogestão, o reconhecimento do capital social produzido pelas redes de relações criadas pelos EES e a efetividade das políticas públicas voltadas para essas novas organizações de trabalho. Além disso, o contato direto com os sujeitos que compõem essas organizações me fez compreender a importância da função social do conhecimento.

Comprovou-se ao longo desta pesquisa que o caráter multidimensional e plural dos empreendimentos solidários abre condições para alavancar o desenvolvimento local e ampliar a inclusão social e a cidadania, entretanto, ainda existem muitos obstáculos no dia a dia de suas atividades, comprometendo permanentemente sua sobrevivência. Observou-se que a sustentabilidade dos empreendimentos econômicos solidários não depende apenas da capacidade financeira, mas da aptidão para obter lucro associado ao atendimento das dimensões social, ambiental e política.

A pesquisa realizada para a elaboração desse trabalho demonstrou que os empreendimentos econômicos solidários da microrregião de Iporá enfrentam diversos obstáculos, alguns relacionados ao ambiente interno das organizações, outros provocados por variáveis externas, que fogem do seu controle.

Dentre os problemas internos destaca-se a dificuldade da autogestão, provocada pela falta de articulação/participação dos associados e cooperados e a escassez de capital humano para renovar o grupo gestor, que via de regra, é composto pelas mesmas pessoas por anos.

A falta de conhecimento técnico, também é apontada como problema, pois os empreendimentos solidários não possuem habilidade técnica para gerir as rotinas administrativas, elaborar projetos e construir planejamentos estratégicos. Por isso é importante que se estabeleça articulação entre as organizações e as instituições de ensino existentes na região, e a criação de incubadoras para promover a qualificação dos atores envolvidos. Do contrário, à medida que os empreendimentos vão crescendo, pode ocorrer o abandono dos princípios ideológicos desse jeito de produzir.

Outro gargalo enfrentado pelos empreendimentos solidários são as condições para comercialização de seus produtos, afetada pela falta de existência de legislação que facilite seu enquadramento na normatização legal.

A legislação sanitária nacional e estadual, e a inexistência de leis em nível municipal, cria barreiras para o beneficiamento de produtos de origem animal e vegetal, prejudicando assim os agricultores familiares que queiram agregar valor aos alimentos que produzem.

Verificou-se que na microrregião de Iporá existiam apenas políticas públicas federais de fomento à economia solidária, não havendo fomento em nível estadual e municipal. Demonstrou-se, assim, a falta de efetividade da Lei Estadual de nº 17.142 de 10 de setembro de 2010, decretada pela Assembleia Legislativa de Goiás, instituindo no

Art.1º. A Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária no Estado de Goiás –PEFEPS–, que tem por diretriz a promoção da Economia Popular Solidária e o desenvolvimento de grupos organizados auto gerenciáveis de atividades econômicas, de forma a integrá-los no mercado e a tornar suas atividades autossustentáveis, por meio de programas, projetos, parcerias com a iniciativa privada, convênios e outras formas admitidas em lei (Lei nº 17.142, /2010,).

Quanto à esfera municipal, verificou-se que as gestões públicas municipais não demonstraram interesse em estimular os empreendimentos e que algumas parcerias que existiam entre o poder público e os empreendimentos foram revogadas pela gestão municipal da cidade de Iporá de 2012-2016. Nessas circunstâncias, apenas duas políticas de fomento estão sendo executadas na microrregião, especificamente no município Iporá. Trata-se do Programa de Aquisição Alimentar (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Os relatos de atores envolvidos com empreendimentos solidários como a COOMAFIR, COOPERCOISAS, Banco Pequi, confirmaram a relevância destas duas políticas. Através do PAA e do PNAE abriu-se a possibilidade de novos mercados para comercialização, conseqüentemente gerando renda, garantindo a segurança alimentar de escolas, creches e instituições filantrópicas e da comunidade.

Além dos ganhos financeiros, faz-se necessário ressaltar os ganhos imateriais provenientes das relações estabelecidas a partir da troca entre os empreendimentos solidários, as entidades beneficiárias do PAA, escolas, creches e gestão pública, como a troca de saberes, a legitimação dos ideais de

solidariedade e sustentabilidade, a preservação da identidade e da culinária local, o reconhecimento e a valorização do cooperativismo.

É preciso que haja entendimento amplificado dessas duas políticas, reconhecendo as mesmas como um instrumento que permite o desenvolvimento local em diversas dimensões: econômica, social, ambiental e política, e que, mesmo com limitações, vêm contribuindo para que os empreendimentos solidários se mantenham viáveis.

Os problemas relacionados ao acesso e a execução desses programas afirmam a necessidade para que políticas públicas locais levem em conta as carências e as potencialidades dos empreendimentos solidários. Os empreendimentos da Microrregião de Iporá carecem de políticas amplas, que não sejam apenas compensatórias e que não se limitem à comercialização, mas que abranjam o acesso à qualificação técnica, ao crédito, à logística adequada, investimentos na malha viária municipal e em obras de armazenamento e distribuição. Trata-se de desenvolver políticas inovadoras que estabeleçam a integração entre o social, econômico e as potencialidades locais, fazendo fluir novas experiências transversais envolvendo o poder público e a sociedade.

Quanto ao Banco Pequi, vários desafios a alcançar, como a implantação da moeda social eletrônica, o estabelecimento de parcerias com entidades públicas, privadas e universidades. Muitas dificuldades percebidas em diversos bancos comunitários são superadas através da composição de parcerias, que permitem não só a alocação de recursos financeiros, humanos e materiais, como impulsiona o desenvolvimento social, político e civil.

A reestruturação do Banco Pequi exige que atividades emergenciais sejam executadas, entre elas: a elaboração de um planejamento estratégico que determine quais as ações a serem desenvolvidas pelo banco, a constituição de um fundo de crédito e de manutenção, criação de ferramentas de controle para os processos administrativos.

É preciso também que o Banco Comunitário Pequi se movimente para a criação de um espaço público de discussão que acolha a comunidade, os agentes envolvidos no banco comunitário, instituições públicas e privadas para a formulação de políticas públicas sólidas (fórum, conselho). Faz-se necessário a criação de uma lei de apoio e fomento aos empreendimentos solidários, produzindo um marco legal municipal, que ajude a superar o assistencialismo, tornando o Banco Pequi parte de um conjunto de ações para o desenvolvimento

da microrregião. Para isso, é preciso que se amplie a compreensão por parte da sociedade iporaense, dos princípios da economia solidária, do cooperativismo e do seu modelo de gestão e do valor da agricultura familiar para microrregião. Uma sociedade mais consciente cobrará da gestão pública fomentos que incentivem os empreendimentos solidários e que mantenham sua autonomia, assim, políticas públicas municipais poderão emergir.

A identificação das dificuldades, e ao mesmo tempo, do potencial dos empreendimentos solidários da microrregião de Iporá foi o objetivo principal deste trabalho. Para pesquisas futuras, percebeu-se a necessidade de estudos sobre a autogestão, o reconhecimento do capital social produzido pelas redes de relações criadas pelos EES e a efetividade das políticas públicas voltadas para essas novas organizações de trabalho. Além disso, o contato direto com os sujeitos que compõem essas organizações me fez compreender a importância da função social do conhecimento e a necessidade de estudos mais profundos.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R.; JUNQUEIRA, R. G. P. A sustentabilidade das microfinanças solidárias. **RAU-Revista de Administração da USP**. São Paulo, v. 40, n 1, p. 19-33. jan.-fev.-mar./2005.

ABRAMOVAY, R. **Preservar para lucrar com os cerrados**. Ricardo Abramovay -Para juntar economia e ética, sociedade e natureza. 23 de maio de 2000. Disponível em <http://ricardoabramovay.com/preservar-para-lucrar-com-os-cerrados/>. Acesso em 23 de dezembro de 2015.

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.15, n.1, p.137-157, jan.-abr.1998. Disponível em <https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/viewFile/8932/5051>. Acesso em 20 de maio de 2016.12:08.

ABRAMOVAY, R. **Laços financeiros na luta contra a pobreza**. São Paulo: FAPESP, Ed. Annablume, 2004.

ALVES, E.; ROCHA, D. P. Ganhar tempo é possível. In: GASQUES, José Garcia VIEIRA FILHO, J. E. R.; NAVARRO, Z. (Org.) **A Agricultura Brasileira: desempenho, desafios e perspectivas**. Brasília: Ipea, 2010.p.293.

ANDRADE, M.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.

ARAÚJO, E. H. A migração como fator de distribuição de pessoas com alta escolaridade no território brasileiro. In: BOUERI, R.; COSTA, M. A. (Editores). **Brasil em desenvolvimento 2013: estado, planejamento e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2013.

ARAÚJO, H. (coord.). **Avaliação das políticas públicas de Economia Solidária (relatório final do convênio MTE/ IPEA/ ANPEC – 01/2003)**. Brasília: MTE, IPEA, ANPEC, 2005.p.93

ARRIEL, M.F.; COSTA, R.R. **Aspectos a economia solidária em Goiás**. Goiânia: IMB, 2014, p.27.

ASSOCIAÇÃO ATELIÊ DE IDEIAS. **Ateliê divulga resultado de seleção para Agente de Desenvolvimento Solidário e Agente de Crédito**. Vitória, 06 de março de 2012. Disponível em http://ideiasdoateliê.blogspot.com.br/2012_03_01_archive.html. Acesso em 15 de janeiro de 2016, 15:55.

ABAM-ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PRODUTORES DE AMIDO DE MANDIOCA. **Recuperação do mercado da mandioca não anima produtor**. Disponível em <http://www.abam.com.br/noticias-detalle.php?id=MDAwNjU=>. Acesso em 15 de julho de 2016, 10:15.

AZAMBUJA, L.R. Os valores da economia solidária: um estudo sobre a heterogeneidade ideológica de trabalhadores de cooperativas autogeridas. **Sociologias**, v. 11, n. 21, 2004. Disponível em <http://www.seer.ufrgs.br/sociologias/article/view/8869>. Acesso em 10 de julho de 2016.15:02.

BARBOSA, R. N. de C..**Economia solidária como política pública uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil**. São Paulo: Editora Cortez, 2007.

BASTOS, R. L. **Ciências Humanas e Complexidades: projetos, métodos e técnicas de pesquisa: o caos, a nova ciência**. 2.ed. Rio de Janeiro: E-papers. 2009.146p.

BIALOSKORSKI NETO, S. **Economia e Gestão de Organização cooperativas**. 2° ed. São Paulo: Atlas, 2013.

BIALOSKORSKI NETO, S. **Economia e Gestão das Cooperativas**. São Paulo: Atlas,2012.

BOISIER, S. Em busca do esquivo Desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, nº. 13 – Jun., p.111-143, 1996. Disponível em http://www.unc.br/mestrado/mestrado_materiais/boisier,_s_em_busca_do_esquivo.pdf. Acesso em 10 de maio de 2016.

BRANDÃO, C. Territórios com Classes Sociais, Conflitos, Decisão e Poder. In: ORTEGA, A. C.; ALMEIDA F., N. A. (organizadores). **Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária**. Campinas, Editora Alínea, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.

Disponível em

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompila. Acesso em 18 de janeiro 2015, 15:18.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. **Planalto Central**, 2015. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm Acesso em 21 março de 2015, 18:30.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 - Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Planalto Central**, 2015 Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em 21 de março de 2015, 10:02.

BRASIL. Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. **Planalto Central**, 2015. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5764.htm. Acesso em 21 de março 2015.16:03

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Anuário da RAIS 2014**. Disponível em http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_anuario_rais/anuario.htm. Acesso em 18.03.2015.19:02.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Economia Solidária**. Disponível em <http://www.mtps.gov.br/trabalhador-economia-solidaria>. Acesso em 18 de junho de 2016.

BRASIL. Decreto de nº 5.063 de maio de 2004. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Trabalho e Emprego, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 3 de maio de 2014. Disponível em <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/97765/decreto-5063-04>. Acesso em 18 de junho de 2016.12:03

CALDAS, R. W. (Coord.). **Políticas Públicas: conceitos e práticas**. Belo horizonte, 2008, SEBRAE /MG, 48 p.

CARDOSO, N. C.; CARNEIRO, Vânia Lúcia Nogueira; RODRIGUES, Edna Rabelô Quirino. **OSCIP: organização da sociedade civil de interesse público**. Brasília: Sebrae, 2014, 38p.

CARVALHO, E. R. de; WANDER, A. E.; SALVIANO, P. A. P.; PENA, J. S.; SILVA, M. M. Características socioeconômicas dos produtores rurais de Iporá e região, Estado de Goiás. In: **52º Congresso da Sober- Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. Goiânia, julho de 2014. Disponível em <http://sober.org.br/congresso2014/>.

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE GOIAS S.A. - **CEASA-GO**. Cotação de preço dia 17.07.2014. Disponível em http://www.sgc.goias.gov.br/upload/arquivos/2014-07/17_07_2014.pdf. Acesso em 05 de novembro de 2014, 09:00.

CENTROLEITE. **Preço pago ao produtor de leite neste ano é o menor desde 2010**. Goiânia-GO, 05 de janeiro de 2016. Disponível em <http://www.centroleite.com.br/informativos/preco-pago-ao-produtor-de-leite-neste-ano-e-o-menor-desde-2010>. Acesso em 06 de janeiro de 2016. 23:07.

CGU – CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. **Portal da Transparência**. Disponível em: < <http://www.portaltransparencia.gov.br> >. Acesso em 28 de outubro de 2016. 12:02.

CHIAVENATO, I. **Introdução a Teoria Geral da Administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações** 7. ed. rev. e atual. - Rio de Janeiro: Elsevier, 2003 p.

CONAB-COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **PROGRAMA DE AQUISIÇÃO ALIMENTAR**. Brasília, 2014. Disponível em http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/16_04_29_10_49_23_sumario_executivo_29.pdf. Acesso em 15 de maio de 2015.

CONAB-COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Conjuntura mensal- Raiz de mandioca e derivados. Agosto de 2015**. Disponível em http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/15_09_16_16_13_52_mandioca_conjuntura_agosto_2015.pdf. Acesso em 10 de agosto de 2016. 20:05.

CORAGGIO, J. L. **“Economía social, acción pública y política: Hay vida después del neoliberalismo”**. 1ª ed. Buenos Aires: CICCUS, 2007. p.144. Disponível em http://www.coraggioeconomia.org/jlc_publicaciones_ep.htm. Acesso em 15 de maio de 2015. 22:02.

CORAGGIO, J. L. Da economia dos setores populares à economia do trabalho. IN: Gabriel Kraychete, Francisco Lara e Beatriz Costa (org.) **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis, RJ, Vozes.

CORNELIAN, A. R. **A concepção de economia solidária em Paul Singer: descompassos, contradições e perspectivas**. Dissertação de Mestrado da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP. Araquara-SP. 2006. p.99. Disponível

em

http://portal.fclar.unesp.br/possoc/teses/anderson_ricardo_cornelian.pdf. Acesso em 10 de junho de 2016.12:02.

CULTI, M. N. Economia solidária no Brasil – **Tipologia dos empreendimentos econômicos solidários**. São Paulo: Todos os Bichos, 2010. 120 p.

DINIZ, J. D. de A.S.; SILVA, D. B.; ROCHA, D. M. S. da; COSTA, F. M.P. da. Conservação ambiental e aproveitamento econômico em áreas de reserva legal de agricultores familiares na região do cerrado. In: SAMBUICHI, R. H. R.; SILVA, A.P. M. da; OLIVEIRA, M. A. C. de; SAVIAN, M. (orgs.). **Políticas agroambientais e sustentabilidade: desafios, oportunidades e lições aprendidas / organizadores**. Brasília: Ipea, 2014. 273 p.

DOGERALDINE, D. G. Agricultura familiar Goiana: desempenho e Inserção. **Revista de Economia da UEG**, Anápolis-GO, v.3, n.1, p.01-45, Jan/jun,2007. Disponível em <http://www.nee.ueg.br/seer/index.php/economia/issue/view/20>. Acesso em 22 de dezembro de 2015.18:06.

ECCON ROCHA, B.; CECCON, E. **La red del Comercio Justo y sus principales actores**. Invest. Geog, México , n. 71, p. 88-101, abr. 2010 . Disponível em http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-46112010000100008&lng=es&nrm=iso>. Acesso em 19 de novembro de 2015.

FIORI, A.; GOLDMARK, L.; ASSUMPÇÃO, C.; DAEZÉ, A.; CARDOSO, M. Aurélio. A evolução das microfinanças nos anos 70. In : ROCHA, Â. da R. ; MELLO, R.C.(orgs.). **O desafio das microfinanças**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

FILHO, J. F. F.; FRANÇA, L.R. A evolução da avicultura de corte em Goiás. In: PEREIRA, Sebastião Lázaro (Org.). **O agronegócio nas terras de Goiás**. Uberlândia, MG: EDUFU, 2003. 341 p.

FRANÇA, G. C. de; DZIMIRA, S. Economia solidária e dádiva. **Organizações & Sociedade**, v. 6, n. 14, p. 141-183, 1999. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-92301999000100006&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em 10 de julho de 2016.

FRANÇA FILHO, G. C. de. A problemática da economia solidária: uma perspectiva internacional. Revista **Sociedade e Estado**, v. 16, n. 1-2, p. 245-275, 2001.

FRANÇA FILHO, G. C. de; SILVA JÚNIOR. J.T. Bancos Comunitários de Desenvolvimento. IN: CATTANI, A. D.; LAVILLE, J-L; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P **Dicionário internacional da outra economia**. São Paulo: 2009, Ed. Alamedina, 344 p.

FRANTZ. W.. **Associativismo, cooperativismo e economia solidária**. Ijuí: Ed. Ijuí, 2012.162 p.

FREITAS, A.de; FREITAS, A. F. de; DIAS, M. M. O uso do diagnóstico rápido participativo (DRP) como metodologia de projetos de extensão universitária. **Em Extensão**, v. 11, n. 2, 2013. Disponível em <file:///C:/Users/Aline/google%20Drive/LIVROS%20DIGITAIS/diagnostico%20rapido%20participativo.pdf>. Acesso em 15 de maio 2016.23:12.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – FBES. **Economia Solidária: outra economia a serviço da vida acontece**. 2010.disponível em http://base.socioeco.org/docs/cartilha_fbess.pdf. Acesso em 20 de agosto de 2016. 13:03.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA.**O que é FBES**.2016. Disponível em <http://cirandas.net/fbes/o-que-e-o-fbes>. Acesso em 04 de agosto de 2016. 15:02

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Nota de repúdio diante da indicação de secretário interino nacional de Economia Solidária**. Brasília, 15 de junho de 2016. Disponível em <http://cirandas.net/fbes/noticias-gerais/nota-de-repudio-diante-da-indicacao-de-secretario-interino-nacional-de-economia-solidaria>.

FUNDAÇÃO ROSA LUXEMBURGO. **Para secretário-adjunto, demissão de Paul Singer poderia encerrar política de economia solidária**.04de setembro de 2015.Disponível em: <http://rosaluxspba.org/para-secretario-adjunto-demissao-de-paul-singer-poderia-encerrar-politica-de-economia-solidaria/>. Acesso em 12 de agosto de 2016.20:52.

GAIGER, L.I. Empreendimentos econômicos e solidários. In: CATTANI, A. D.; LAVILLE, J-L; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. **Dicionário internacional da outra economia**. São Paulo: 2009, Ed. Alamedina, p.344

GAIGER, L.I; LAVILLE, J.L. Economia Solidária In: CATTANI, A. D.; LAVILLE, J-L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. **Dicionário internacional da outra economia**. São Paulo: 2009, Ed. Alamedina, p.344.

GAIGER, L. I. **Eficiência**. In: CATTANI, A. D.; LAVILLE, J-L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. **Dicionário internacional da outra economia**. São Paulo: 2009, Ed. Alamedina, p.344.

GARCIA, Daniel Bruno. A contextualização teórica de Bancos Comunitários de Desenvolvimento. **Revista Temas de Administração Pública**, v.4. n.07, 2012.Disponível em <http://seer.fclar.unesp.br/temasadm/article/view/6182/4647>. Acesso 20 de março de 2016.18:06.

GOIÁS. Instituto Mauro Borges Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB). **I D M - Índice de Desempenho dos Municípios**. 2015. Disponível em <http://www.imb.go.gov.br>. Acesso em 18 de maio de 2015, 15:22

GOIÁS. Instituto Mauro Borges Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB). **Perfil Socioeconômico dos Municípios Goianos**. 2015. Disponível em <http://www.imb.go.gov.br>. Acesso em 18 de maio de 2015, 13:02

GOIÁS. Instituto Mauro Borges Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB). **Perfil e Potencialidades dos Municípios Goianos**.2012.p.112.

GOIÁS. Instituto Mauro Borges Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB). **Series históricas- Produto Interno Bruto Municipal - Goiás – 2010**. <http://www.imb.go.gov.br/> Acesso em 18 de maio de 2015, 12:06.

GOIÁS. Junta comercial de Goiás. **Cooperativas,2015** <http://www.juceg.go.gov.br/component/content/article?id=30.11,15:20>.

GOMIS, M. A. **Uma viagem no tempo de Pilões**. Iporá: 2002, Universidade Estadual de Goiás, p.295.

GRAZIANO DA SILVA, J. Do complexo rural aos complexos agroindustriais. In:**A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP /IE, 1996. p.1-40.

GRISA, C.; SCHNEIDER S.; CONTERATO, M. A. Produção para autoconsumo no Brasil: uma análise a partir do censo agropecuário 2006. In: SCHNEIDER, S.; FERREIRA, B.; ALVES, F. (orgs.). **Aspectos multidimensionais da agricultura brasileira: diferentes visões do Censo Agropecuário 2006**. Brasília: Ipea, 2014.387p.

GOULART, J. O; MARIN, T. R. Políticas públicas de Economia Solidária e a SENAES: um balanço preliminar (2003-2006). **Otra Economía**, v. 5, n. 8, p. 48-58, 2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/. Acesso em 21 de junho de 2014, 13:50

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico de 2000**. <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/>. Acesso em 21 de junho, 14:22

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico de 2010**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.s>. Acesso em 21.11.2014, 11:03.

INSTITUTO PALMAS DE DESENVOLVIMENTO E SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA **O que são bancos comunitários?**. Disponível em <http://www.institutobancopalmas.org/o-que-e-um-banco-comunitario/>. Acesso em 20 de janeiro de 2016.15:02.

INSTITUTO PALMAS DE DESENVOLVIMENTO E SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA **Relatório 2010-2011**. Fortaleza-Ce,2012.Disponível em <http://www.institutobancopalmas.org/wp-content/uploads/Relat%C3%B3rio-do-Instituto-Palmas-10-11.pdf>. Acesso em 18 de dezembro de 2015.14:33.

INSTITUTO PALMAS DE DESENVOLVIMENTO E SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA **Boletim de atividades –Janeiro a Abril de 2013** .Disponível

http://www.institutobancopalmas.org/wp-content/uploads/boletim_janeiro_-_abril_2013_opo_2.pdf. Acesso em 18 de dezembro de 2015.14:50.

INSTITUTO PALMAS DE DESENVOLVIMENTO E SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA. **Boletim de atividades- Janeiro de 2012 a maio de 2012** . Disponível em: <http://www.institutobancopalmas.org/numeros/>Acesso em 18 de dezembro de 2015. 15:05.

JORNAL OESTE GOIANO. **Criada para as “quintas” uma feira para valorizar nosso produtor. Iporá-GO,21 de dezembro de 2012.**Disponível em <http://www.oestegoiano.com.br/noticias/edicoes-anteriores/criada-para-as-quintas-uma-feira-para-valorizar-o-produtor>.Acesso em 10 de junho de 2015.15:06.

JORNAL OESTE GOIANO. **Presidente da Cooprol desmente boatos ao mostrar força da cooperativa.**Iporá-GO,25 de dezembro de 2015.Disponível em <http://www.oestegoiano.com.br/noticias/economia/presidente-da-cooprol-desmente-boatos-ao-mostrar-forca-da-cooperativa>.Acesso em 28 de dezembro de 2015. 17:03.

JORNAL OESTE GOIANO. **Normatizada inspeção sanitária. Mas falta providências do prefeito.** Iporá –GO, 31 de outubro de 2016. Disponível em <http://www.oestegoiano.com.br/noticias/economia/normatizada-inspecao-sanitaria-mas-falta-providencias-do-prefeito>.Acesso em 06 de novembro de 2016.12:15.

LAVILLE, J.-L. Economia solidária, a perspectiva européia. **Sociedade e estado**, v. 16, n. 1-2, p. 57-99, 2001.

LEITE, M. de P. **A economia solidária e o trabalho associativo: Teorias e realidades.** Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 24, nº 69, p.31-51, Fevereiro, 2009.

LIMA, L. M. **Moeda Social Palmas ganha versão eletrônica.** Jornal Estadão. São Paulo, 07 de junho de 2015. Disponível em <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,moeda-social-palmas-ganha-versao-eletronica,1701248>.Acesso 15 de março de 2016.

LOWDER, S.;K., SKOET, J. ; SINGH, S. 2014. **What do we really know about the number and distribution of farms and family farms worldwide?** Background paper for The State of Food and Agriculture 2014. ESA Working Paper No. 14-02. Rome: FAO,2014.

MANKIW, N.G. **Introdução à economia: princípios da micro e macroeconomia.** 2º ed. traduzida. Rio de Janeiro: Elsevier,2001, p.831.

MARCHI, D.; BIALOSKORSKI NETO, S. Capital social e desenvolvimento da agricultura: mecanismos de transmissão e estudo de caso da microrregião Sudoeste de Goiás. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL.** 2004.

MANCE, E. A. **Redes de colaboração solidária: aspectos econômico-filosóficos: complexidade e libertação**. Editora Vozes, 2002.

MANCE, E. A. A Revolução das Redes de Colaboração Solidária. IN: **Encontro Internacional de Economias Salesianas**.2005.Disponível em <https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&q=A+Revolu%C3%A7%C3%A3o+das+Redes+de+Colabora%C3%A7%C3%A3o+Solid%C3%A1ria&btnG=&lr=.>Acesso em 15 de maio de 2016.10:02

MEIRELES, E. **Políticas públicas de economia solidária no município de São Carlos-SP, de 2001 a 2011**.Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana. Universidade Federal de São Carlos. 2012. Disponível em <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/4352/5195.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.Acesso 15 de setembro de 2016.20:04.

MENDONÇA, M.R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no cerrado do Sudoeste goiano**.2004.457f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente – SP. Disponível em file:///C:/Users/Aline/OneDrive/Disserta%C3%A7%C3%A3o%202016/capitulo%201/04_MARCELO_RODRIGUES_MENDONCA.pdf.Acesso em 10 de julho de 2016.15:03.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Microrregiões Brasileiras - tipologia da PNDR.2015**.Disponível em http://www.mi.gov.br/microregioes_pndr.Acesso em 04 de maio de 2015, 18:00

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **PPA, 2014**. Disponível em <http://www.mda.gov.br/sitemda/s>.Acesso em 22 de julho de 2015, 23:02.

MOYSÉS, A.; SILVA, E. R. da S. Transformações econômicas e urbanização dos Cerrados: desafios para a sustentabilidade.IN: MOYSÉS, A (coord.). **Cerrados brasileiros: desafios e perspectivas de desenvolvimento sustentável**. Goiânia: Ed. PUC-Goiás/Ed. América.2012.375p.

NAMORADO, R. **Cooperativismo um horizonte possível**. Universidade Federal do Paraná: Coimbra,2005.

OBSERVATÓRIO DO MUNDO DO TRABALHO. **Estudos e pesquisas econômicas, sociais e educacionais sobre as microrregiões do estado de Goiás – Microrregião de Iporá**. Universidade Federal de Goiás: Goiânia, 2014.p.39.

OLIVEIRA, D. A. **SOCIEDADES COOPERATIVAS: SURGIMENTO E EXTINÇÃO À LUZ DA LEI 5764/71 (BREVE REFERÊNCIA AO CÓDIGO CIVIL)**.2010. Disponível em https://scholar.google.com.br/scholar?q=related:W8gP3goudcJ:scholar.google.com/&hl=pt-BR&as_sdt=0,5.Acesso em 09 de novembro de 2015, 18:15.

PIVOTO, D.; WAQUIL, P. D.; OLIVEIRA, C. A. de O.; MORES, G. de V. M.; CORTE, V. F. Gestão de organizações cooperativas: o problema do portfólio em cooperativas agropecuárias do Rio Grande do Sul. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas - RGCGC** - Vol. 01, N° 02, 2° Sem. 2014, p. 51-62. Disponível em cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/rgc/article/.../pdf. Acesso em 10 de janeiro de 2015, 20:15

PEIXOTO, P. **Desemprego, Pobreza e Exclusão Social**. Afonso Bento: Universidade de Coimbra, 2010, p.21.

PORTAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Legislação. 2016. Disponível em http://www.economiasolidarias.org.br/?pg=leis_municipais_ecosol. Acesso em 10 de abril de 2016. 18:06

PRODANOV, C. C.; FREITAS E. C. **Metodologia do trabalho científico e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo: 2013, Feevale 2ªEd.p.275.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO–PNUD. Atlas do **Desenvolvimento Humano no Brasil- 2013**. Disponível em <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/home/>. Acesso em 06 de setembro de 2015, 18:00.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO–PNUD. Ranking dos municípios. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013**. <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/ranking>. Acesso em 04 de maio de 2015, 18:00.

QUEIROZ, S. N.; SANTOS, J.M. Os Fluxos Migratórios do Estado de Goiás no Período Recente: 1986-2010. **Revista Conjuntura Econômica. Instituto Mauro Borges**, n.32, Março, 2015, p.01-16. Disponível em http://www.imb.go.gov.br/pub/conj/conj32/artigo_02.pdf. Acesso em 05 de junho de 2015, 18:36.

RAMOS, P. Agricultura família e desenvolvimento: fundamentos teóricos e analíticos, trajetória históricas e a situação do Brasil. In: MOYSÉS, Aristides (coord.). **Cerrados brasileiros: desafios e perspectivas de desenvolvimento sustentável**. Goiânia: Ed. PUC-Goiás/Ed. América.

RANGEL, R. R.; MANOLESCU, F.M. K. Economia Solidária pela perspectiva histórico-teórica. **Revista da Faculdade Eça de Queirós**, n. 8, p. 1-30, 2012. Disponível em <http://www.faceq.edu.br/regs/downloads/numero08/economiaSolidaria.pdf>. Acesso em 10 de julho de 2016, 15:03.

REDE BRASILEIRA DE BANCOS COMUNITÁRIOS DO BRASIL. **Mapa da Rede**. Instituto Palmas. Maio de 2013. Disponível em <http://www.institutobancopalmas.org/rede-brasileira-de-bancos-comunitarios/>. Acesso em 05.01.2016. 18:05.

REDE BRASILEIRA DE COMERCIALIZAÇÃO SOLIDÁRIA. **Boletim Informativo do Instituto Marista de Solidariedade**. Edição 27, janeiro de 2014.

REDE DE GESTORES DE GESTORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Carta de compromisso com a implementação ou ampliação da política pública de economia solidária no município**. 12 de setembro de 2016. Disponível em <http://www.rededegestoresecosol.org.br/categoria/noticias/>. Acesso em 15 de setembro de 2016.22:10.

REINERT, J. N. **Desemprego: causas, consequências e possíveis soluções**. Revista de Ciências da Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis Ano 3, n. 5, p.45-48, Santa Catarina, março de 2001.

REZENDE, G. C. de. Ocupação agrícola, estrutura Agrária e mercado de trabalho rural no cerrado: o papel do preço da terra, dos recursos naturais e das políticas públicas. In: HELFAND, S.M.; REZENDE, G. C. de. **Região e espaço no desenvolvimento agrícola brasileiro**. Rio de Janeiro: IPEA ,2003,390 p.

RIGO, A.S.; CANÇADO, A.C. Gestão social e construção de Espaços Públicos: Reflexões a partir da rede brasileira de bancos comunitários do Brasil. **Revista Desenvolvimento em Questão**. Editora Unijuí, ano 13 n. 31, p. 70-107, jul./set.2015.Disponível em <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/3012>. Acesso em 18 de janeiro de 2016.15:08.

RIGO, A. S.; FRANÇA FILHO, G. de C. LEAL, L. P. **Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento do Nordeste na Política Pública de Finanças Solidárias: apresentando a realidade e discutindo proposições**. IN: XXXVII encontro da ANPAD. Rio de Janeiro de 7 a 11 de setembro de 2013.Disponível em http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2013_EnANPAD_APB452.pdf. Acesso em 18 de maio de 2016.16:20.

SAGRILO, E.; GIRÃO, E. S.; BARBOSA. F. J. V.; RAMOS, G.M.; AZEVEDO, J.N. de; MEDEIROS, L. P.; NETO, R. B. de A.; LEAL, T. M.. Validação do Sistema Alternativo de Criação de Galinha Caipira. **Revista Sistemas de produção EMBRAPA Meio Norte**: Junho, 2003.Disponível em: <https://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/AgriculturaFamiliar/RegiaoMeioNorteBrasil/GalinhaCaipira/index.htm>. Acesso em 10 de julho de 2016.15:06

SANTOS, M. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

SCHNEIDER, S.; FERREIRA, B; ALVES, F. **Aspectos multidimensionais da agricultura brasileira: diferentes visões do Censo Agropecuário 2006**.Brasília: Ipea, 2014.378 p.

SCHIOCHET, W. Políticas Públicas. In: CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio; HESPANHA, Pedro. **Dicionário internacional da outra economia**. São Paulo, 2009, Ed. Alamedina.p.344.

SCHMIDT, R. M.; TEODORO, P. A. V. B.; MIYAZAKI, J.; GAFFURI, J.; NAZZARI, R. K.; BERTOLINI, G. R. F.. Cooperativismo, uma alternativa de geração de renda para pequenos e médios produtores rurais. In: **SEMINÁRIO NACIONAL ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL**, v. 2, 2005.

SCHWENGBER, A. Diretrizes para uma política pública de economia solidária no Brasil. In: FRANÇA FILHO, G.; LAVILLE, J.; MEDEIROS, A.; MAGNEN, J. P. (Org.). **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre/Salvador: Edufrgs-Edufba, 2006.

SERVET, J.-M. Microcrédito. In: CATTANI, A. D.; LAVILLE, J.-L.; GAIGER, L.I.; HESPANHA, P. **Dicionário internacional da outra economia**. São Paulo, 2009, Ed. Alamedina.

SEBRAE. **Selo de indicação geográfica - estratégia para valorização de produtos**. Milkpoint Indústria, 27 de julho de 2015. Disponível em <http://www.milkpoint.com.br/industria/cadeia-do-leite/giro-de-noticias/sebrae-selo-de-indicacao-geografica-estrategia-para-valorizacao-de-produtos-96097n.aspx>. Acesso em 10 de janeiro de 2015.18:02.

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA; MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL. **Relatório de Gestão do Exercício de 2015**. Brasília: Senaes, 2016. Disponível em <ftp://ftp.mtps.gov.br/portal/acesso-a-informacao/auditorias/2015/somente-relatorio/senaes-relatorio-gestao.pdf>. Acesso em 05 de agosto de 2016.10:03.

SECRETARIA NACIONAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Atlas da Economia Solidária 2013**. Projeto SIES, 2014. Disponível em <http://sies.ecosol.org.br/atlas>. Acesso 01.10.2014, 17:02.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras. 2010. 464p.

SILVA, E. M.da; LE BOURLEGAT, C.; ROEL, A. R. **Inovações Sustentáveis na Agricultura Familiar da Região Centro Oeste**. Agroecol: Dourados-MS, novembro de 2014. Disponível em <http://www.aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/cad/article/viewFile/16617/10576> Oeste. Acesso 10.01.2016

SILVA, Margot R. C., ESTEVAM. L.A. O esvaziamento das regiões rurais: o caso da Bacia leiteira de Piracanjuba – GO – Brasil (2000-2010). **REDES - Rev. Des. Regional, Santa Cruz do Sul**, v. 18, n. 3, p. 62 - 81, set/dez 2013. Disponível em <http://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/3383/3072>. Acesso em 15 de dezembro de 2015.18:20.

SILVA, M.R. C. Modernização da produção e benefícios para os produtores e trabalhadores: a bacia leiteira de Piracanjuba. In: MOYSÉS, A. (coord.).

Cerrados brasileiros: desafios e perspectivas de desenvolvimento sustentável. Goiânia: Ed. PUC-Goiás/Ed. América.2012.375p.

SILVA JR, J. T. **Avaliação de impactos e de imagem: Banco Palmas -10 anos.** Juazeiro do Norte: LIEGS – Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social da UFC– Universidade Federal, do Ceará/Campus do Cariri. Fevereiro de 2008.

Disponível em http://www.institutobancopalmas.org/wpcontent/uploads/avaliacao_de_impactos_e_imagem.pdf.

SILVA JR, J. T.; RIGO, A. S.; PASSOS, Ó. A. V. D. Gestão Social nas Finanças Solidárias: Reflexões sobre a Necessidade da Avaliação da Utilidade Social dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento no Brasil. **NAU Social**, v. 6, n. 10, p151-164.2015.

SINGER, P. **Introdução a Economia Solidária.** São Paulo: Perseu Abramo. 2002.127p.

SINGER, P. Economia solidária. In: CATTANI, A. David. **A outra economia.** Porto Alegre: 2003, Veraz.p.306.

SINGER, P. **Aprender Economia.** São Paulo: Editora Contexto. 25.ed.2010.

SINGER, P.; SOUZA, A.R. de. (Org.). **A 'economia solidária' no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, P.; SOUZA, A.R. **de Finanças solidárias e moeda social.** LE FELTRIM; ECF VENTURA; AVB DOLD, Projeto inclusão financeira. Brasília, Banco Central do Brasil, p. 69-78, 2009. Disponível em [:http://acesso.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3ADC4216013AF4E0DA6514F7/FINAN%C3%87AS%20SOLID%C3%81RIAS%20E%20MOEDA%20SOCIAL.pdf](http://acesso.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3ADC4216013AF4E0DA6514F7/FINAN%C3%87AS%20SOLID%C3%81RIAS%20E%20MOEDA%20SOCIAL.pdf). Acesso em 15 de maio de 2016.

SINGER, P. **Economia solidária contra o desemprego.** Jornal Folha de São Paulo. Seção – Tendências/Debates. p.1-3. 11/Jul/96. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/7/11/opiniaio/9.html>. Acesso em: 05.08.2016.

SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. IN: SANTOS, Boaventura Santos. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 2, p. 81-129, 2002.

SOUZA, A. R. Economia Solidária: um movimento nascente da crise do trabalho. In: SOUZA, A. R.; CUNHA, G. C; DAKUZAKU, R. Y. (orgs.). **Uma outra economia é possível: Paul Singer e a economia solidária.** São Paulo: Contexto, 2003.p.320.

RIBEIRO, K. Á.; NASCIMENTO, D. C; DA SILVA, J. F. B. A importância das cooperativas agropecuárias para o Fortalecimento da agricultura familiar: o caso da associação de produtores rurais do núcleo VI – Petrolina/PE.**II Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo,2012.**

WANDERLEY, M.de N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos sociedade e agricultura**, v. 1, 2003. Disponível em <http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/238>. Acesso em 15 de junho de 2016.18:05.

WELLEN, H. **Para a crítica da Economia Solidária**. São Paulo: Outras Expressões, 1ª.ed.,2012,440 p.

VICECONTI, P. E. V.; NEVES, S. das. **Introdução à economia**.10º ed. São Paulo: Frase Editora,2010, p.330.